

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

*Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e  
Filosofia*

Mestrado em Psicologia

# **Práticas *psi* e suas sutis capturas: a construção de pedidos de proteção.**

Filipe de Conti Asth

Orientadora: Profa. Dra. Cecília Maria Bouças Coimbra.

**Niterói, setembro de 2014.**

**Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá**

**1**

**2 A853 Asth, Filipe de Conti.**

Práticas *psi* e suas sutis capturas: a construção de pedidos de proteção / Filipe de Conti Asth. – 2014.

97 f. ; il.

Orientadora: Cecília Maria Bouças Coimbra.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2014.

Bibliografia: f. 93-97.

1. Risco ambiental. 2. Medição de risco. I. Coimbra, Cecília Maria Bouças. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.

CDD 158

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

*Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e  
Filosofia*

Mestrado em Psicologia

# **Práticas *psi* e suas sutis capturas: a construção de pedidos de proteção.**

Filipe de Conti Asth

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Psicologia, na área de concentração Subjetividade, Política e Exclusão Social.

Orientadora: Profa. Dra. Cecília Maria Bouças Coimbra.

**Niterói, setembro de 2014.**

# **Práticas *psi* e suas sutis capturas: a construção de pedidos de proteção.**

Filipe de Contti Asth

## **BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Cecilia Maria Bouças Coimbra (Orientadora)**  
Universidade Federal Fluminense

---

**Profa. Dra. Maria Livia do Nascimento**  
Universidade Federal Fluminense

---

**Profa. Dra. Estela Scheinvar**  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

**NITEROI**  
**2014**

## **Agradecimentos**

Aos meus pais e a minha irmã, Rafaela, que possibilitaram minha chegada até aqui, por seu amor incondicional.

À Cecília pela presença marcante não só na orientação deste trabalho, mas principalmente em sua influência na construção de uma ética militante pra vida.

As professoras Maria Livia e Estela pela parceria de sempre e pela leitura precisa e preciosa deste e de outros trabalhos.

A todos os amigos que me acompanharam nesse processo de pesquisa e aos que vivenciam comigo essa transformação contínua e maravilhosa que é a vida. Aos amigos guerreiros, aos amigos da escola, aos amigos da faculdade, aos amigos que fiz no cerrado, aos amigos que fiz no trabalho, aos amigos que simplesmente reconheço no dia-a-dia, aos de ontem, aos de hoje, aos de sempre, o meu profundo agradecimento pelo acolhimento dessa “existência errante e intempestiva”.

Ao Gabriel pela alegria contagiante de um menino, pela intensidade do encontro e pela aprendizagem com os desencontros.

À equipe de profissionais do Instituto Estadual do Ambiente/RJ pelas parcerias possíveis, pelas conversas, pelo apoio nos momentos difíceis, especialmente às companheiras que insistiram na construção de uma prática *psi* “menos ordinária”!

À possibilidade de continuar arriscando e com isso, vivendo...

## RESUMO

Esta dissertação problematiza a intervenção do Estado realizada em algumas bacias hidrográficas da região serrana do Rio de Janeiro, em especial a de Nova Friburgo, proposta a partir da noção de “risco de inundação”, no contexto da execução do projeto chamado “Rios da Serra”. Problematizar, portanto, não é apenas responder a algumas perguntas, mas colocar em análise as condições que levaram a sua formulação. O projeto em questão envolveu uma série de ações; uma delas seria a criação de equipes que realizariam o que denominam trabalho técnico social, no qual me inseri durante um determinado período, e no qual foram focadas as análises deste trabalho. Nesta direção, foi realizado um recorte no qual se fez necessário colocar em análise a minha própria prática enquanto “especialista”, ao situá-la como um dos instrumentos dessa conduta dos homens pela qual se deu a intervenção estatal sobre a população residente às margens do Córrego D’antas. Para isso, fora necessário problematizar a própria noção de especialista entendendo-a como um mecanismo de exercício de poder que atua na produção e organização de realidades. Apesar das análises aqui propostas se voltarem para o contexto do referido projeto, pretendeu-se percorrer um caminho que possibilitasse a análise do surgimento de uma série de outras políticas ditas sociais, construídas para responder a uma intencionalidade do Estado de controle em especial da população pobre a partir da noção de “risco”. Esse conceito tem sido forjado no seio das ciências humanas e sociais e tem justificado, sobretudo, a construção e a implementação de políticas ditas públicas voltadas para prevenção e proteção. Contudo, o que se tem produzido em nome da prevenção e proteção? Levantar esta interrogação é destacar a urgência de um posicionamento crítico sobre nossas práticas, colocando especialmente em análise a nossa implicação diante delas. Profissionais responsáveis pela execução e planejamento das chamadas políticas públicas que reproduzem e potencializam lógicas estabelecidas, por mais bem intencionados que dizem estar, utilizam de seu poder para enfraquecer e proibir o discurso do sujeito sobre si mesmo, respaldando-se em sua atuação enquanto especialistas de uma ciência dita neutra por meio de técnicas, mecanismos e aparelhos institucionais de controle e dominação. Deste modo, esta dissertação propõe uma análise dos efeitos e das formas de poder que exercem alguns saberes, cujo valor de verdade, não é dado *a priori* apenas pela condição de ser científico, mas principalmente por sua habilidade em produzir subjetividades.

**Palavras chave:** Risco, Especialismos, Análise de implicações

## ABSTRACT

This dissertation discusses the intervention of the State held in some watersheds in the mountainous region of Rio de Janeiro, especially of Nova Friburgo, proposed the notion of "flood risk" in the context of implementation of the project called "Rivers of Sierra ". To question, therefore, is not just to answer some questions, but as an analysis of the conditions that led to its formulation. The project in question involved a series of actions; one would be to create teams that would accomplish what they call social work technician, in which I enter during a given period, and in which the analyzes of this study were focused. In this direction, a clipping in which it was necessary to put in question my own practice as an "expert", to situate it as one of the instruments that the conduct of men who gave state intervention on the resident population was held on the shores of D'stream tapirs. For this, it had been necessary to problematize the notion of expert understanding it as a mechanism for exercise of power that operates in the production and organization realities. Despite the analysis proposed here turn to the context of this project, we sought to follow a path that would allow the analysis of the emergence of a number of other social policies known, built to respond to an intentionality of State control especially the poor from the notion of "risk". This concept has been forged within the humanities and social sciences and has justified, especially the construction and implementation of public policies for said prevention and protection. However, what has been produced on behalf of prevention and protection? Raise this question is to highlight the urgent need for critical positioning on our practices, especially putting in question our involvement before them. Professionals responsible for the planning and execution of so-called public policies that reproduce and enhance logical set, however well intentioned they say they are, they use their power to weaken and prohibit the speech of the subject on itself, supporting himself on his performance while experts a science dictates neutral by means of techniques, mechanisms and institutional apparatus of control and domination. Thus, this dissertation proposes an analysis of the effects and forms of power they exert some knowledge whose truth value is not given a priori only by the condition of being scientific, but mostly for his ability to produce subjectivities.

**Keywords:** Risk, specialisms, Analysis of implications

## SUMÁRIO

O perigo ronda nossas práticas: recortes de uma trajetória.....	8
Exercício arriscado: construção de uma metodologia e de um lugar diferenciado para o “intelectual-pesquisador”.....	22
Análise de implicações: a experiência como acontecimento .....	25
<b>CAPÍTULO 1 - Os presentes perigosos que a vida nos oferece: risco como sinônimo de liberdade.....</b>	<b>30</b>
“Inflação Contemporânea da noção de risco”.....	32
A incessante busca por proteções e segurança.....	40
<b>CAPÍTULO 2 - UTOPIA DE CONTER O IMPREVISÍVEL DA VIDA.....</b>	<b>50</b>
O mito da cientificidade.....	52
Enchentes, cotidiano e história.....	54
Quando o transbordamento habitual torna-se “arriscado”.....	59
“Os amoladores de facas”.....	67
Desnaturalizando os especialismos.....	72
<b>CAPÍTULO 3 - ÉTICA COMO POTÊNCIA E AS PRÁTICAS DE CUIDADO.....</b>	<b>75</b>
A dobra e a produção de outros sentidos.....	82
Considerações finais.....	91
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>93</b>



## O perigo ronda nossas práticas: recortes de uma trajetória

*"Vem por aqui" — dizem-me alguns com os olhos doces  
Estendendo-me os braços, e seguros  
De que seria bom que eu os ouvisse  
Quando me dizem: "vem por aqui!"  
Eu olho-os com olhos lassos,  
(Há, nos olhos meus, ironias e cansaços)  
E cruzo os braços,  
E nunca vou por ali...  
A minha glória é esta:  
Criar desumanidades!  
Não acompanhar ninguém.  
— Que eu vivo com o mesmo sem-vontade  
Com que rasguei o ventre à minha mãe  
Não, não vou por aí! Só vou por onde  
Me levam meus próprios passos...  
Se ao que busco saber nenhum de vós responde  
Por que me repetis: "vem por aqui!"?*

*Prefiro escorregar nos becos lamacentos,  
Redemoinhar aos ventos,  
Como farrapos, arrastar os pés sangrentos,  
A ir por aí...  
Se vim ao mundo, foi  
Só para desflorar florestas virgens,  
E desenhar meus próprios pés na areia inexplorada!  
O mais que faço não vale nada.*

*Como, pois, sereis vós  
Que me dareis impulsos, ferramentas e coragem  
Para eu derrubar os meus obstáculos?...  
Corre, nas vossas veias, sangue velho dos avós,  
E vós amais o que é fácil!  
Eu amo o Longe e a Miragem,  
Amo os abismos, as torrentes, os desertos...*

*Ide! Tendes estradas,  
Tendes jardins, tendes canteiros,  
Tendes pátria, tendes tetos,  
E tendes regras, e tratados, e filósofos, e sábios...  
Eu tenho a minha Loucura!  
Levanto-a, como um facho, a arder na noite escura,  
E sinto espuma, e sangue, e cânticos nos lábios...  
Deus e o Diabo é que guiam, mais ninguém!  
Todos tiveram pai, todos tiveram mãe;  
Mas eu, que nunca principio nem acabo,  
Nasci do amor que há entre Deus e o Diabo.*

*Ah, que ninguém me dê piedosas intenções,  
Ninguém me peça definições!  
Ninguém me diga: "vem por aqui!"  
A minha vida é um vendaval que se soltou,  
É uma onda que se alevantou,  
É um átomo a mais que se animou...  
Não sei por onde vou,  
Não sei para onde vou  
Sei que não vou por aí!*

*(Cântico negro – José Régio)*

Como todo encerramento de um ciclo, o retorno para o Rio de Janeiro foi atravessado por um turbilhão de sentimentos. Depois de dois anos morando em Brasília é inevitável não me referir àquela cidade com um carinho e um reconhecimento especial já que aquela etapa me proporcionou uma experiência desafiadora e bastante potente.

No entanto, morar numa cidade como aquela não é fácil. Há que se ter uma disponibilidade ao encontro diferente da que temos no Rio. Em Brasília, não se esbarra com gente nas esquinas, pois não há esquinas. A menos que se proponha a fazer de cada contorno bem delineado de suas quadras projetadas, múltiplas esquinas.

E, abrindo para a possibilidade dessas múltiplas esquinas, arriscando, os encontros acontecem. E aconteceram. Com a cidade, com amigos de todos os estados do Brasil, com o clima seco, com o cerrado, com as minhas práticas.

E, arriscando-me, pude enfrentar alguns desafios.

O desafio de ir morar tão distante de minhas referências se deu pelo convite de compor uma equipe de assessoria técnica à Coordenação Nacional do PPCAAM – Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.

O PPCAAM, programa vinculado à Secretaria Nacional de Direitos Humanos – SDH, foi criado pelo Governo Federal em 2003. Trata-se de uma iniciativa que diz da “garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes”, cujo objetivo seria responder aos altos índices<sup>1</sup> de letalidade desse público, registrados no Brasil.

---

<sup>1</sup> De acordo com Waiselfisz (2010), no ano de 2007, com todas as quedas havidas, aconteceram acima de 47,7 mil homicídios, o que representa 131 vítimas diárias. Segundo estimativas, contávamos no ano de 2007, com um contingente de 35 milhões de jovens, o que representa 18,6% do total de 189,3 milhões de habitantes que o país contava nesse ano. Ainda assim, a participação dessa faixa na violência homicida excede, em muito, seu peso na população. Nesse ano de 2007, as vítimas na faixa de 15 a 24 anos de idade representaram 36,6% do total de homicídios no país. A proporção de homicídios de jovens, no total, foi crescendo ao longo do tempo, passando de menos 30% do total no início da década de 80 para perto de 40% no início da década atual.

Mesmo após vinte e três anos da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>2</sup>, a existência do PPCAAM é justificado pelas altas estatísticas de “violação ao direito fundamental”, o direito à vida. Neste momento, sem a pretensão de discorrer sobre a questão da violência no país, faz-se necessário uma pausa para pensá-la também como a produção de um discurso de verdade. Neste caso, discurso ancorado na noção de “situação de risco e/ou ameaça de morte” cujas subjetividades produzidas sobre uma certa infância e adolescência delineiam e justificam a intervenção de especialistas.

Desde sua criação o programa vem ganhando diferentes formatos. No entanto, é a prática da equipe de cada estado que se propõe a executá-lo em parceria com o governo federal, que dá o contorno para a “proteção” que se pretende garantir. A “proteção” apresentada pelo PPCAAM diz criar condições de possibilidade<sup>3</sup> para que a criança e/ou adolescente que se encontra ameaçado de morte, possa dar prosseguimento às suas vidas em local adverso ao do “risco”, preferencialmente acompanhado pelo seu núcleo familiar. Neste contexto, a responsabilidade da equipe que, em determinado momento, passei a compor era estabelecer parâmetros nacionais para balizar a atuação dos programas estaduais e propor uma metodologia de acompanhamento de casos em estados nos quais o programa ainda não estava implementado.

Pensar criticamente as práticas presentes neste programa de proteção, a partir da análise de seu modo de funcionamento, não significa negar ou negligenciar as violências contra crianças e adolescentes, que em geral não são denunciadas, mas problematizar um modelo de proteção instituído com o advento de um novo paradigma apresentado a partir de ordenamentos jurídicos e de normativas internacionais. Segundo Oliveira (2008 apud Augusto 2013):

Hoje, em nome da defesa efetiva de crianças e jovens transformados em sujeitos de direitos, ampliaram-se as mãos abjetas e as bocas falantes que avançam sobre seus corpos. Não cabe mais somente aos pais e ao Estado protegê-los dos outros e de si mesmos, mas agora alega-se que é necessário protegê-los, também, de quem deveria defendê-los. E, então, todos estão autorizados a falar por eles e a fazer de cada criança e jovem um

---

<sup>2</sup> Lei Federal, nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

<sup>3</sup> De acordo com o guia de procedimentos do programa, as crianças e/ou adolescentes inseridos na proteção com seus familiares, deveriam ser acompanhados por uma equipe técnica que desempenha o que denominam de “(re)inserção social”. Na impossibilidade de ser acompanhado pelo seu núcleo familiar de origem, a criança e/ou adolescente pode ser inserida no programa na modalidade de acolhimento institucional. Para isso, utiliza-se a rede de instituições de acolhimento da própria rede.

prisioneiro preventivo da chamada responsabilização e do combate à impunidade. Chamam a isso de proteção integral.

Nesse contexto “propõe-se uma legislação como o ECA, destacado por apoiar a garantia de tradicionais reivindicações que passam a adotar a forma de direitos, nos moldes de uma tendência universalista” (Scheinvar, 2009, p. 66). Assim, todas as crianças e todos os adolescentes deveriam ter direitos à liberdade, à dignidade, à integridade física, psíquica e moral, e a outros tantos chamados direitos fundamentais<sup>4</sup>. Assim, o ECA nos convocava diariamente a costurar seus parágrafos e artigos junto ao cotidiano daqueles que acompanhávamos a partir do que nos chegava como “ameaça de morte”. Como nos alerta Coimbra, Andrade, Leitão e Brasil (2002):

O conhecimento/reconhecimento da violência em seus corpos, suas afecções e as possibilidades de construção de relações produtivas prazerosas só teriam sentido se contextualizados nos agenciamentos das produções dessas violências: de onde vêm, como vêm, para que vêm, quem as porta, quem as produz, quais os momentos em que se presentificam... Não há, pois, propostas de trabalho prontas, mas perguntas, elucidações, construção contínua de acontecimentos e ações produzidas no acontecimento – atendimento. (p.118)

Neste sentido, se passarmos pela literatura que aborda a temática, veremos que muitas são as questões apresentadas como causa para o “fenômeno do homicídio contra crianças e adolescentes”. A minha experiência na execução do referido programa as confirma.

Trata-se de um emaranhado de situações que contribui para a construção do que denominávamos “ameaça de morte”. Efeito de muitas violências e de um histórico de desfiliação<sup>5</sup> das chamadas políticas públicas.

Aqueles que se encontram em “situação circunstancial de ameaça”<sup>6</sup> são, em sua grande maioria, espelho daqueles que os estão ameaçando. Tal afirmativa se dá a partir

---

<sup>4</sup> “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (Brasil, 1990, art. 4º)

<sup>5</sup> Desenvolvida por Robert Castel (1998), a noção de desfiliação é caracterizada por um modo particular de dissociação social, de ruptura de vínculo social e de pertencimento. Para o autor, desfiliação “não equivale necessariamente a uma ausência completa de vínculos, mas também à ausência de inscrição do sujeito em estruturas portadoras de um sentido” (p. 536).

<sup>6</sup> É sempre importante ressaltar que ameaça de morte não é perfil, e sim uma condição circunstancial. Tal posicionamento é uma tentativa de ultrapassar os estigmas gerados cotidianamente pelas máquinas de controle social do capitalismo contemporâneo. Ou seja, não se trata de um “ameaçado de morte”, mas sim

das estatísticas apresentadas pelos dados<sup>7</sup> do programa que apontam o “envolvimento com o tráfico de drogas” como grande causa do que nos era encaminhado. No que pese à imensa gama de situações contempladas neste termo, cabe-nos problematizá-lo por se tratar de uma importante ferramenta para colocar em análise não apenas a questão social brasileira, bem como a prática instituída e a lógica presente no referido programa de proteção.

Apesar da grande maioria dos casos de risco de morte encaminhados ao programa de proteção ser proveniente de questões ligadas ao envolvimento com o comércio varejista de drogas, e em todos os estados essa realidade se repetir, existem muitas outras situações que também acabam ocasionando situações de ameaça de morte, tais como envolvimento com rede de exploração sexual infanto-juvenil, denúncia de abuso sexual por exemplo. Todavia, quase todas têm alguma ligação com redes consideradas ilícitas, o que em alguma medida exigia o diálogo com a política de segurança pública.

É inegável que o comércio varejista de drogas qualificadas como ilícitas, mais conhecido como “tráfico de drogas”, é uma questão social relevante. No entanto, a reprodução acrítica de termos tais como traficante, tráfico, crime organizado, narcotráfico, entre outros, atravessam/constituem de forma naturalizada as diretrizes da política e da atuação dos profissionais que a executam.

Tais práticas se fortalecem e se justificam a partir do que Nilo Batista (2010) chama de “senso comum criminológico”, processo de subjetivação competentemente construído por determinados setores conservadores da política, pela mídia e por nossas próprias práticas cotidianas. Desta maneira, o “senso comum criminológico” se constitui cada vez mais como fio condutor da dita política pública em questão, de forma que a chamada militância pelos direitos humanos naquele programa de proteção vinha sendo tratada, quase que exclusivamente, como uma questão de segurança pública. Como nos alerta Augusto (2013), “as novas diretrizes da doutrina de proteção integral do ECA, mais do que ampliar esse governo das ruas, vai entregar a sua condução à polícia e aos seus obedientes habitantes” (p. 74).

---

de uma criança e/ou adolescente em situação de ameaça. O acolhimento institucional fora negado a algumas dessas crianças e adolescentes sob a justificativa de que os mesmos não se enquadravam no “perfil” da instituição.

<sup>7</sup> Os documentos utilizados pelas equipes para a inserção no programa e a planilha apresentada pela Coordenação Nacional do PPCAAM para a sistematização dos casos apresentam o termo “envolvimento com o tráfico de drogas” como uma das alternativas para preenchimento do campo “motivo da ameaça”.

Sem perceber, vamos caindo em armadilhas impostas pelo pensamento dominante, contribuindo para o movimento que Loic Wacquant (2001) denomina como “criminalização das consequências da miséria”. Duas são as principais vertentes desse movimento: a gestão policlesca dos conflitos e a judicialização da vida. A aliança entre polícia e justiça tem constituído um “ativismo jurídico” como resposta às questões sociais do contexto do país em que vivemos e no mundo, sendo estas mesmas questões as que contribuem para a construção das inúmeras situações de “ameaças de mortes” encaminhadas ao programa.

Atualmente percebemos a difusão de uma visão em que diferentes administrações públicas reforçam os mecanismos de repressão e, principalmente, medidas de assistência pautadas em um ideário higienista, que se combinam, aniquilando a autonomia dos indivíduos. Percebemos ainda que, a ameaça de um sujeito “perigoso”<sup>8</sup> tem sido reconfigurada pela tecnicidade dos “índices de vulnerabilidade”, passando a ser a ameaça de populações mais facilmente captadas pela “rede de serviços”, cuja oferta é delegada aos guardas civis ou à polícia militar.

Essas ações podem traduzir, conforme nos alerta Teixeira e Matsuda (2012), as mais contemporâneas formas de atuação das forças policiais e dos aparatos repressivos, que extrapolam suas competências legais e tradições históricas de gestão e repressão ao crime, para voltar-se também à gestão de populações e territórios considerados “de risco”.

Para além de mobilizar a idéia de urgência, alimentada, sobretudo por uma suposta criminalidade violenta, ameaça permanente que demanda repressão e prevenção, constrói-se também a noção de vulnerabilidade das populações e dos territórios sobre os quais a lógica intervencionista opera, permitindo que ela se instale na busca da restauração da ordem ameaçada, autorizando, portanto, medidas de exceção. Segundo a análise de Augusto (2013, p. 74), o “conceito de vulnerabilidade é usado nos planos de segurança pública como maneira de designar pessoas e lugares passíveis de sofrer ou praticar violência, para efetivação de intervenção de planos e projetos assistenciais voltados para a prevenção geral”.

Podemos notar desta forma que a noção de “prevenção da violência” vem sendo reapropriada pelas sucessivas gestões públicas para ser transmutada para diminuição da

---

<sup>8</sup> De acordo com Coimbra (1995), a ciência, a mídia e a política, são os poderes que, competentemente, foram ajudando ao longo da nossa história a produzir as subjetividades sobre a pobreza, mecanicamente vinculadas à periculosidade/violência/criminalidade. Construiu-se competentemente a idéia de que com os pobres está o perigo.

criminalidade, sendo seguida da tutelar proteção das pessoas “em risco”. No entanto, as políticas de proteção, em sua grande maioria, não descrevem ou definem as “situações de risco”, mas apenas apresentam as “medidas” estratégicas para geri-las eficazmente, combinando ações de vigilância e repressão, a abordagem e o eufemismo “encaminhamento”, como medidas de “proteção social”.

Vemos assim, serem desenhados os deslocamentos que se configuram “do perigo ao risco”. Trata-se de práticas instituídas no bojo de um crescente movimento de crença no dogma da pena, práticas essas que se fortalecem a partir do já referido “senso comum criminológico”. Neste sentido, as operações em andamento demonstram a execução de um projeto de Estado fortemente amparado no controle e na repressão, sob a vestimenta do social, produzindo “populações vulneráveis, de risco e delinquentes”. Necessário se faz uma análise de nossas implicações, pois se tem reproduzido acriticamente alguns desses conceitos que incidem em nossa perspectiva de atuação.

Nesse contexto, o desafio é: Como pensar a construção de práticas éticas de cuidado? Como contribuir para a construção de práticas de cuidado que estejam na direção da liberdade e não do controle, que em nome de um “bem maior”, institui estados de dominação?

Questionamentos esses que pautaram minha prática e que, em alguns momentos, estabeleceram limites para a minha atuação naquele local, qual seja, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos. As relações de poder presentes no campo dos direitos humanos podem produzir diálogos – mesmo que provisórios - para a construção de espaços sociais um pouco mais abertos, mas podem igualmente autorizar ações autoritárias que violam esses mesmos direitos. Não quero, desta forma, colocar essências negativas ou positivas em algumas dessas práticas, mas apontar que elas podem produzir efeitos de assujeitamento que não têm sido objeto de nossas análises e que, em alguns momentos, não há interesse em analisar.

O período de eleição presidencial<sup>9</sup> fez com que a condução de alguns casos fosse pautada pela mídia hegemônica. A pasta dos direitos humanos estava recheada de assuntos polêmicos, o que gerava um clima de vigilância e tensão constantes, pois qualquer atitude que desagradasse a determinados setores da sociedade poderia ter consequências diretas no resultado das urnas.

---

<sup>9</sup> Trata-se do período final do segundo mandato do presidente Lula (2007-2010) em que se preparava a candidatura da então ministra Dilma Rousseff como sua possível sucessora, isto em 2010.

Podemos usar como exemplo o caso do adolescente envolvido na morte do menino João Hélio. Trata-se do episódio em que uma criança ficou presa no cinto de segurança do carro que havia sido assaltado por um grupo de três homens, sendo um deles um adolescente que na época tinha 16 anos. Com o ocorrido, este adolescente foi encaminhado para o cumprimento de “medida socioeducativa privativa de liberdade”. Após o período máximo de internação, que segundo o ECA é de três anos, os rumores de sua iminente saída pautaram novamente o caso nos grandes veículos de comunicação, o que gerou um clima de tensão muito grande na localidade em que viviam seus familiares. As ameaças constantes aos familiares, caso o adolescente retornasse para aquele bairro, os fizeram procurar ajuda por temer pela segurança do mesmo. Deste modo, fora acionado o PPCAAM para a avaliação desta situação. De acordo com os critérios<sup>10</sup> do programa, aquele se tratava de um caso a ser acompanhado pela chamada rede de proteção, e assim fora feito com a sua saída da internação. Contudo, após a divulgação de que o adolescente não estava mais internado, as especulações a respeito de seu paradeiro se multiplicaram, até se tornar pública a informação de que o mesmo estava sob proteção de um programa do governo federal.

Deste modo, o clamor público provocado especialmente pela pauta da redução da maioridade penal, insistentemente veiculada por quase todos os telejornais e programas de TV e rádio, ocasionou o recuo por parte do governo. Pressionadas, a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e a Vara da Infância do Rio de Janeiro retomaram a avaliação do caso e o adolescente foi desligado do programa de proteção. O juiz aplicou uma medida de semi-liberdade, mesmo após o adolescente já ter cumprido três anos de medida socioeducativa. Esse encaminhamento para cumprimento de medida socioeducativa em outro município do estado inviabilizava que ela fosse cumprida como tal, ou seja, que parte do tempo fosse cumprido junto aos familiares que moravam na capital. Deste modo, o adolescente permaneceu em regime integral de internação, agradando aos que clamavam por “justiça”.

Assim, este e outros “casos”, colocaram-me diante da possibilidade da minha atuação estar contribuindo apenas para o mero fisiologismo do programa, o que me levou ao questionamento sobre a minha permanência naquele espaço. Os

---

<sup>10</sup> De acordo com o Decreto N° 6.231, de 11 de outubro de 2007, que institui o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM, “as ações do PPCAAM podem ser estendidas a jovens com até vinte e um anos, se egressos do sistema socioeducativo”.



encaminhamentos e a condução dos casos vinham sendo cada vez mais orientados pela necessidade de apresentar um “bom” funcionamento do programa e menos pelo acolhimento das especificidades apresentadas pelas situações de cada caso. Restava cada vez mais aos “casos” se curvarem às orientações recebidas, num contexto em que “quem protege pode definir condutas, crenças, desejos” (Nascimento, 2012a, p. 57). Tal condição me levava a crer que o modo de operar garantia uma proteção ao próprio programa, muito mais do que ao seu “beneficiário”, lógica esta que muito interessa ao Estado capitalista.

Enfim, decido pelo retorno. Decisão difícil, pois já se havia estabelecido uma rotina, muitos vínculos. Mas as parcerias foram ficando cada vez mais escassas, e o desgaste de um trabalho solitário contribuiu para a opção de voltar para o Rio.

O retorno é permeado por muitas expectativas. Uma delas era o desejo de colocar em análise essas questões no espaço da pós-graduação. Escrever sobre essa experiência foi o que me impulsionou inicialmente para o envio do projeto para o programa de mestrado em psicologia da Universidade Federal Fluminense. Entre a escrita do projeto e o resultado final da seleção, eu me insiro em uma outra esfera governamental para a realização de um trabalho, a princípio, bastante diferente.

Neste sentido, me deixar afetar por outro campo de trabalho fez com que as questões se multiplicassem. Por indicação de uma amiga, sou chamado para uma entrevista que tinha como objetivo selecionar um membro para a equipe do Trabalho Técnico Social<sup>11</sup> do Instituto Estadual do Meio Ambiente - INEA, vinculado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Rio de Janeiro. Meio sem saber do que se tratava, vou ao encontro daqueles que já compunham a equipe. Para minha surpresa, a equipe seria formada basicamente por psicólogos<sup>12</sup> e a vaga era para coordenar o trabalho técnico social de uma intervenção na bacia hidrográfica do município de Nova Friburgo (RJ), local de residência dos meus pais e de muitos amigos e familiares.

Durante o período em que residia na capital federal, minha cidade natal, qual seja, Nova Friburgo, viveu um dos capítulos mais trágicos de sua história. Na madrugada do dia 12 de janeiro de 2011 a região serrana do estado do Rio de Janeiro foi

---

<sup>11</sup> Termo designado pelo Caderno de Orientação Técnica Social (COTS) da Caixa Econômica Federal. Este documento estabelece as diretrizes do modo de operar do que chamam de Trabalho Técnico Social no contexto de intervenções em que se apresenta a necessidade de realocação de populações de seus locais de origem para execução de obras. A CEF é o órgão que faz o repasse da verba federal e fiscaliza a execução de alguns projetos dos estados mediante a orientação do documento acima referido.

<sup>12</sup> Trabalhos dessa natureza têm sido geralmente delegados a psicólogos e assistentes sociais por uma competente produção de que essas profissões sabem lidar melhor com a população pobre. Interessante que a crença é que determinadas profissões convencem melhor para se alcançar certos objetivos.

afetada por uma intensa precipitação pluviométrica, o que ocasionou a cheia dos rios, grandes deslizamentos de terras e o maior número de atingidos<sup>13</sup> de uma catástrofe convencionalmente chamada de natural, registrado no Brasil.

Sem querer negligenciar o índice pluviométrico atípico da ocasião, afirmo que calamidades como essas não são naturais. A partir das contribuições de autores como Foucault (1979), podemos perceber, dentro de um enfoque genealógico, que os objetos não são naturais e nem possuem uma verdade permanente e única. Suas obras indicam que as práticas/discursos são construídos historicamente, a partir de um contexto social e político que sempre é datado e, portanto, não existindo desde sempre. Para Foucault os saberes, compreendidos como materialidade, práticas e acontecimentos, são dispositivos políticos articulados com as diferentes formações sociais inscrevendo-se, portanto, em suas condições políticas e históricas.

A partir dessa perspectiva, podemos entender que os riscos de desastres se constituem socialmente através de processos que se estruturam na dinâmica do desenvolvimento econômico e social, bem como da proteção social e ambiental. Se devem, na maioria das vezes, à chamada ineficiência da política de desenvolvimento urbano das cidades quanto ao planejamento da ocupação do solo que, via de regra, resulta na ocupação em áreas de encosta e ribeirinhas, na impermeabilização crescente e excessiva do solo, e na prática comum e, por vezes, desnecessária da canalização mal projetada de rios e córregos. Os resultados quantitativos da combinação desses processos no escoamento pluvial são o aumento do seu volume e, por consequência, frequentes inundações nas cidades.

Desta maneira, o processo de urbanização ocorrido na última década trouxe profundas modificações à região serrana, aumentando a ocupação de encostas e margens dos rios. Associado a estes fatos, tem-se o desmatamento e a grande quantidade de lixo deixado nas ruas, o que provoca o entupimento do sistema de drenagem e, conseqüentemente, acarreta maior incidência de inundações e deslizamentos como o ocorrido em janeiro de 2011 na mesma região.

Desde a ocasião, diversas equipes de órgãos municipais, estadual e federal se diziam atuar nas áreas atingidas. O INEA, que já estava presente nos meses subsequentes à tragédia, realizando ações de limpeza e dragagem dos principais rios

---

<sup>13</sup> Em termos de consequências humanas foram registrados aproximadamente 905 óbitos, 8.795 desabrigados e 22.604 desalojados, resultando no impacto direto sobre a vida de mais de 32 mil habitantes, principalmente nos municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, com o total de sete municípios decretando estado de calamidade pública.

afetados pelas chuvas, iniciou em janeiro de 2012 ações que diziam visar à suplementação das atividades que já estavam sendo desenvolvidas.

Essas ações se referem ao conjunto de atividades previstas no Plano de Trabalho Técnico Social<sup>14</sup> que seria realizado em conjunto com as obras de um grande projeto de Dragagem e Proteção de Taludes<sup>15</sup> de alguns rios localizados nas cidades de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo. De acordo com esse plano, o chamado trabalho técnico social que acompanha a execução das obras teria como objetivo “promover a participação<sup>16</sup> da sociedade na implementação desse projeto”.

Contudo, para a realização da intervenção física seria necessária a identificação da população residente nas áreas de execução das obras, no intuito de promover a realocação das famílias residentes nos locais mapeados como “áreas de risco iminente de inundação”, bem como ações relativas às questões de sustentabilidade e preservação ambiental.

O mapeamento e a delimitação das áreas ditas de risco foram realizados pela equipe de engenheiros projetistas do instituto a partir de estudos hidrológicos simulados em computador. O estudo apresentou um zoneamento de risco de inundação definindo três áreas específicas: risco iminente de inundação, na qual a realocação seria compulsória; alto risco de inundação, na qual a realocação seria optativa e risco de inundação moderado, no qual os moradores seriam avisados de uma possível inundação a partir de um plano de contingência<sup>17</sup> e um sistema de alerta.

Desta forma, a equipe técnica social deveria efetuar o trabalho de reparação econômica por meio do cadastramento, vistoria, avaliação e negociação das “benfeitorias”<sup>18</sup> que estivessem nas áreas demarcadas para realocação. Além disso,

---

<sup>14</sup> Plano elaborado em conformidade com as orientações do Caderno de Orientação Técnico Social (COTS) da Caixa Econômica Federal.

<sup>15</sup> Compreendem-se como talude quaisquer superfícies inclinadas que limitam um maciço de terra, de rocha ou de terra e rocha. Podem ser naturais, caso das encostas e calha de rios, ou artificiais, como os taludes de cortes ou aterros.

<sup>16</sup> O projeto prevê a criação de um Comitê de Acompanhamento de Obras, espaço que supostamente proporcionaria a participação da população no acompanhamento do projeto. Trata-se de práticas que investem na suposta “participação” nas quais “torna-se possível incluir tudo e todos. O modelo da obediência vertical, característico da sociedade disciplinar, cede espaço para as modulações de participação em atividades específicas acionadas horizontalmente segundo um programa de compartilhamento, que mantém a centralidade acionando os envolvidos, prontos a colaborar” (Augusto, 2013, p. 177).

<sup>17</sup> Um plano de contingência é um tipo de plano preventivo que apresenta uma estrutura estratégica e operativa para ajudar a controlar uma situação de emergência e a minimizar as suas consequências negativas.

<sup>18</sup> Benfeitoria de acordo com o dicionário Michaelis é “melhoramento feito em um bem móvel ou imóvel, para atender necessidades, dar mais conforto ou produzir maior rendimento”, sendo este o termo utilizado

deveria haver ações necessárias para mobilização da população afetada, tais como reuniões com as associações de moradores, prefeituras, secretarias municipais, ministério público e todos os envolvidos direta ou indiretamente com o projeto.

É importante ressaltar que o início da execução deste projeto, um ano depois da tragédia, não tinha a pretensão de reparar os danos causados pelo evento ocorrido<sup>19</sup>. Trata-se de uma obra cujo intuito seria prevenir novas enchentes. Por uma coincidência oportuna, o governo estadual justifica a necessidade da execução deste projeto a partir do cenário de destruição do desastre.

Klein (2009) em *A Doutrina do Choque* mostra a forma como alguns eventos como o 11 de setembro, o furacão Katrina ou o tsunami do sudoeste asiático, têm sido palcos ativos e deliberados para o que ela denomina como doutrina do choque. A autora relata como em diferentes contextos o Estado aproveitou a “oportunidade” da desorientação pública no seguimento de enormes choques coletivos - guerras, ataques terroristas ou desastres naturais - para impor uma “terapia de choque econômica”.

Esta autora põe um fim ao mito de que o mercado livre global triunfou democraticamente. Expõe a trajetória histórica através de um modo de pensar construído ao longo de crises e guerras mundiais no decorrer das últimas quatro décadas e analisa como as políticas de "mercado livre" da América têm se dado por meio da exploração de “povos e países em choque” devido a inúmeros tipos de desastres.

Para tal, traça um percurso que nos leva a cinquenta anos atrás, à Universidade de Chicago sob o domínio de Milton Friedman, que produziu muitos dos principais pensadores neoliberais cuja influência, nos nossos dias, ainda é profunda em Washington e no mundo. São estabelecidas ligações entre a política econômica, a guerra de "choque e pavor" e as experiências secretas financiadas pela CIA em electrochoques e privação sensorial na década de 1950, pesquisa essa que ajudou a escrever os manuais de tortura usados hoje na Baía de Guantánamo e nas ditaduras latino-americanas em décadas passadas.

---

pelo projeto para se referir as residências, comércios ou qualquer outra construção que se localizava na área demarcada para execução da obra. Ou seja, foi utilizado no projeto como sinônimo de bem imóvel.

<sup>19</sup> Esta intervenção se confundia com outra ação do Estado. A Secretaria de Obras do Estado (SEOBRAS) também mantinha escritório nas três cidades mais atingidas e realizava a reparação econômica das “benfeitorias” que se encontravam nas encostas e que haviam sido atingidas pela tragédia. Logo após o episódio de 12 de janeiro, o governo do estado contratou empresas que diziam ser especializadas em cadastramento para que fossem identificadas as residências atingidas pelos deslizamentos e pelas enchentes. Depois de identificadas, os prontuários referentes a essas residências foram divididos entre os órgãos do Estado, pois há uma diferença entre o INEA e a SEOBRAS no que se refere à atribuição, sendo o primeiro responsável pela margem dos rios e o segundo pelas encostas.

Klein mostra que o “capitalismo de desastre”, ou seja, a rápida reorganização corporativa de sociedades que tentam se recuperar de algum choque, não começou com o 11 de Setembro de 2001 e se faz presente em diversas ações governamentais em diferentes situações na atualidade.

Nesta direção, retomo a ideia de proteção apresentada por meio do projeto de recuperação da calha dos rios, proposto pelo Estado através do INEA, intitulado “Projeto Rios da Serra”, na qual a mesma aparece em um período de emergências e profunda desorientação da população. O “risco” para as famílias ribeirinhas, apresentado pelo estudo realizado, respaldava a atuação do Estado naquele momento. No entanto, após a liberação da verba para a execução do projeto, a obra ganha tamanha relevância que esse risco passa a ter outra conotação, outro sentido.

Algumas residências, muitas delas estabelecidas ali há décadas, passam a atrapalhar o andamento da obra. E o trabalho “técnico social” tem a “missão” de convencer (termo muito utilizado pelos engenheiros para definir nosso trabalho) as famílias a saírem de seus locais de origem recebendo a reparação<sup>20</sup> proposta pelo Estado. Tudo isso no tempo de execução da obra, pois o chamado trabalho social só poderia acontecer com a autorização para a execução do projeto.

Porém, a flexibilização de alguns trechos do zoneamento que define as áreas de risco, nos indica que a objetividade das ciências exatas também pode ser questionada. Muitos interesses atravessam a execução de um projeto desse porte. No fim, o que justifica uma intervenção como essa perde a relevância quando interesses outros sobrepõem o objetivo que se propõe a ser a “proteção da população de um risco de inundação”.

O “trabalho social” assume um papel perverso que facilmente é capturado pela dinâmica de funcionamento da máquina do Estado. Sem perceber vamos azeitando essa máquina de forma que o entendimento do que seja “trabalho social” vai ganhando contornos definidos por orientações de gestões bastante comprometidas com interesses do capital, com acordos político-partidários e até mesmo com interesses particulares dos próprios gestores.

---

<sup>20</sup> As reparações oferecidas aos moradores da região serrana estão previstas no decreto N° 43.415 de 09 de Janeiro de 2012 que aprova as diretrizes para a demolição de edificações e realocação em assentamentos ou bairros populares. O referido decreto foi atualizado a partir do que havia sido assinado pelo governador do estado do Rio de Janeiro dois anos antes da tragédia, no contexto das reparações previstas para realização das obras do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, nas favelas cariocas. Ou seja, o instrumento utilizado para as referidas reparações não contemplava as situações específicas apresentadas pelo contexto da região serrana naquele momento.

Deste modo, as diretrizes que balizam a atuação profissional daqueles que são convocados para a realização do “trabalho social”, geralmente advogados, assistentes sociais e psicólogos, são colocadas em xeque a todo o momento na medida em que passam a ocupar o limite tênue do que seriam práticas éticas. Esses lugares que somos chamados a ocupar exigem uma constante postura crítica do nosso fazer para que a prática não recaia na mera reprodução de verdades e modelos hegemônicos. Porque sem perceber, naturalizamos o discurso oficial, fazendo dele o nosso discurso.

Parto da premissa de que essas verdades são produções histórico-sociais e que os especialistas e peritos são uma parcela importante daqueles que têm tido a tarefa de construir verdades. Coimbra e Nascimento (2001) destacam que o pensamento de Foucault tem sido uma potente ferramenta que nos possibilita colocar em análise as crenças que produzimos e as que em nós são produzidas pelo pensamento dominante.

Para as autoras, Foucault “levanta questões sobre como a ciência tem sido organizada em disciplinas estanques, em territórios isolados e mesmo excludentes, construindo-se, assim, verdades específicas e próprias, inerentes a esses determinados campos” (Coimbra e Nascimento, 2001, p.245). Verdades consideradas científicas e, portanto, neutras, objetivas e universais. Verdades que totalizam e passam a ser vistas como permanentes, eternas e ahistóricas.

Ao levantar essa questão pretendo pensar sobre as “funções gerais do dispositivo de verdade em nossas sociedades” (Foucault, 1979, p. 13), pois de acordo com este autor,

há um combate ‘pela verdade’ ou, ao menos, ‘em torno da verdade’ – entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer ‘o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou fazer aceitar’, mas o ‘conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder’, entendendo-se também que não se trata de um combate ‘em favor’ da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. (p. 13).

Sendo assim, ao fazer esse recorte no qual apresento um breve relato da passagem pela Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e pelo Instituto Estadual do Ambiente, pretendo problematizar neste último alguns sentidos de verdade que circulam nas chamadas práticas de proteção, onde esta proteção vem ocupando lugares naturalizados, passando a ser dispositivo de controle e tutela em diferentes esferas da gestão pública.

## **Exercício arriscado: construção de uma metodologia e de um lugar diferenciado para o “intelectual-pesquisador”**

Neste momento, o relato da trajetória por essas duas experiências me conduz à análise do que essas experiências de campos tão distintos apresentam e do que elas dizem do modo de funcionamento da dita gestão pública no contexto da sociedade em que vivemos. Apesar de se tratarem de formas muito específicas de gerir territórios e populações consideradas “de risco”, apresentam aspectos similares no que se refere à atuação dos chamados especialistas não só na construção desse próprio risco, como também na forma de conduzir o que apresentam como práticas de prevenção e proteção, políticas cada vez mais sofisticadas de controle e de governo da vida.

Sendo assim, qual o meu campo problemático? Trata-se de uma análise do percurso de minha “cotidiana imersão numa realidade feita de dobras, redobras e desdobras” (Orlandi, 2009, p. 207). Ou seja, não é exatamente uma análise dos espaços de onde deveriam acontecer as chamadas políticas públicas, mas sim uma análise das minhas implicações com esses espaços. Seja no campo dos Direitos Humanos, seja no do Meio Ambiente, as práticas de assujeitamento atravessavam a chamada política pública e constituíam a *práxis* dos profissionais que a executavam. Apesar do “risco” em cada uma dessas experiências ser bastante distinto, as questões se repetiam de uma maneira perversa não só na forma de organização da dita política pública, como também na maneira como esta organização contribui para a produção de subjetividades assujeitadas. Práticas de assujeitamento percebidas na execução do PPCAAM se repetiam em um espaço tão distinto quanto o da execução de um projeto como o do INEA. Ambas sob a justificativa “bem intencionada da proteção”.

No entanto, não quero com isso traçar um paralelo comparativo entre as duas experiências. Pretendo especialmente nesta dissertação, pontuar apenas alguns episódios ocorridos nas experiências vividas no Instituto Estadual do Ambiente e colocá-las em análise. Entendendo essas experiências como espaços de visibilidade e enunciação, ou seja, como territórios de pesquisa a serem explorados. Escrever a partir da experiência vivida, de acordo com os afetos que circularam e a constituíram, exige assumir alguns riscos. Torna-se um exercício arriscado porque podemos simplesmente estar reforçando determinadas lógicas ao invés de afirmar outras voltadas para a vida.

Assim, a reprodução de falas oficiais na primeira versão deste texto foi colocada em análise no exercício da orientação coletiva<sup>21</sup>. Os encontros em grupo mostram-se como potentes estratégias para criar um espaço onde podemos construir, no coletivo, possíveis análises quanto à pesquisa e sua função social no contemporâneo. O grupo como dispositivo, tal como proposto por Barros (2009), permite a mistura e o contágio de mundos diferentes, criando um plano de enfrentamento no qual se desestabilizam as formas rígidas de ser, de modo que possa dar passagem a novas dimensões de si e do outro. Ouvir o outro se torna ouvir outros, outros modos de ser e de experimentar.

Desta forma, a reprodução naturalizada de algumas falas oficiais, quando o que se propõe é afirmar a diferença, ou seja, colocar em análise o modo como funciona nossas práticas, evidencia que estamos a todo o momento sendo atravessados e constituídos pelas forças que estão no mundo, de modo que, por vezes, podemos assumir em nós a própria forma-Estado<sup>22</sup>. Clarice Lispector (1999) nos leva a pensar como funciona, na contemporaneidade, o que chamamos processos de subjetivação:

Os passos estão se tornando mais nítidos. Um pouco mais próximos. Agora soam quase perto. Ainda mais. Agora mais perto do que poderiam estar de mim. No entanto, continuam a se aproximar. Agora não estão mais perto estão em mim. Vão ultrapassar e prosseguir? É a minha esperança. Não sei mais em que sentido percebo distâncias. É que os passos agora não estão apenas próximos e pesados. Já não estão apenas em mim. Eu marcho com eles (p. 84).

Que práticas estão se produzindo nas tramas de saber-poder? Neste sentido, é interessante pensar o lugar que ocupava na equipe do “Trabalho Técnico Social” do INEA. Assumi o cargo de Coordenador de Campo e, na verdade, exercia uma função de fiscalização da empresa contratada pelo Estado para executar o serviço que denominavam “trabalho social”. Existe uma questão de mercado muito forte atravessando a produção dos especialistas nessa área, um movimento forte de preservação de territórios-mercados exaustivamente construídos “para que haja

---

<sup>21</sup> Orientação coletiva é uma aposta da professora Cecília Coimbra, orientadora deste trabalho, na desindividualização de práticas entendidas aqui como sociais e históricas. Trata-se de forças que podem atravessar qualquer um de nós. Assim, “alguns acontecimentos que emergiram no grupo de pesquisa, ao se configurarem como situações analisadoras, nos possibilitaram problematizar/experienciar movimentos de binarização, hierarquização, burocratização do trabalho, fixação e cristalização de lugares... que nos desafiavam, constantemente, a inventar novas formas de trabalhar, de estar no grupo e até sair dele...” (Coimbra & Abbês, 2002, p. 48).

<sup>22</sup> Termo proposto por Barros *et al* (1996).



empregos destinados aos técnicos bacharéis em humanidades, para que o Estado persista como uma instituição indispensável na vida das pessoas” (Augusto, 2013, p. 134).

Entretanto, como nos indaga Deleuze (1992): a que estamos “sendo levados a servir?” (p. 226). A questão de mercado que atravessa perversamente a produção desses especialistas possibilita que a superabundância deles permita ao capitalismo selecionar aqueles que melhor servirão aos interesses do Estado.

Deste modo, o que atravessa essa escrita é também uma dificuldade em reconhecer que, em alguns momentos, meu modo de funcionamento operava de acordo com a forma-Estado. Daí o embaraço em fazer críticas àquilo que durante um período eu me propus a fazer e, em certa medida, até mesmo me esforçar em acreditar no que estava fazendo, como forma de suportar ocupar aquele espaço. Naquele momento, aquele trabalho era o que garantia o meu sustento. A remuneração para uma tarefa como essa é significativamente maior, comparada aos salários que se pagam para os profissionais da rede pública.

Mas o incômodo com relação à maneira com que o Estado “tratora<sup>23</sup>” a vida das pessoas e tem se utilizado das “humanidades científicas<sup>24</sup>” como forma de “suavizar” esse movimento, foi o desencadeador de meu processo de desligamento daquela equipe. O percurso que antecedeu a primeira de muitas recusas, na qual se pode afirmar: “Eu prefiro não!”, assim como o fez *Bartleby*<sup>25</sup>, se constituiu por situações de profundo estranhamento, bem como em alguns momentos, se deu sutilmente sem que ao menos pudesse percebê-lo. Eis o desafio de ocupar o lugar do agente do Estado ou de especialista, desmontando-o. No entanto, como perceber ou estabelecer um limite ético para a prática profissional? Mesmo no terreno fortemente instituído do Estado acredito que é possível o fortalecimento – mesmo que provisório - do que Deleuze e Parnet (1998) nos apresentam como linhas de fuga<sup>26</sup>. Contudo, há que se ter cautela ao assumir o risco de minar essa relação que foi a condição de possibilidade de determinados discursos, pois sempre há efeitos.

---

<sup>23</sup> Não se trata apenas de uma linguagem metafórica, pois o termo utilizado traduz bem o movimento que o Estado imprimiu na execução deste projeto. Os tratores eram utilizados inclusive como forma de pressionar os moradores a negociarem com rapidez a reparação econômica proposta pelo Estado para agilizar a demolição de suas casas.

<sup>24</sup> Termo utilizado por Latour (2012).

<sup>25</sup> *Bartleby, o Escrivão* ou *Bartleby, o Escrivão* é um conto do escritor norte-americano Herman Melville (1819-1891). Revela a história de um jovem escrivão que executava cada vez menos suas tarefas no escritório simplesmente respondendo ao seu chefe: "Eu preferiria não fazer".

<sup>26</sup> Assim a definiram: “há como que uma terceira espécie de linha, esta ainda mais estranha: como se alguma coisa nos levasse, através dos segmentos, mas também através de nossos limiares, em direção de uma destinação desconhecida, não previsível, não preexistente” (Deleuze e Parnet, 1998, p. 146).

A recusa em participar de determinadas dinâmicas institucionais, ou o próprio dizer “não” para alguns modos instituídos de funcionamento, pode ser uma atitude parresiasta. No entanto, como nos alerta Foucault (2011), para que haja *parresía*, “o sujeito, ao dizer essa verdade que marca como sendo sua opinião, seu pensamento, sua crença, tem de assumir certo risco, risco que diz respeito à própria relação que ele tem com a pessoa a quem se dirige” (p. 12).

### **Análise de implicações: a experiência como acontecimento**

Assim, as experiências vividas no INEA serão aqui tomadas como analisadores<sup>27</sup> que funcionam como catalisadores de sentido expondo os saberes de uma sociedade na medida em que desnaturalizam algumas práticas. A análise decorre da experiência de contato com essa modalidade de “política social”. Trata-se de um jeito de olhar relacionado a uma experiência direta com uma tecnologia de poder, não um conjunto de técnicas em pesquisa.

É desse modo que irei procurar marcar a experiência como acontecimento. Para isso, é preciso entender por acontecimento, assim como nos propõe Foucault (1979),

não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada (p.28).

Nesse sentido, colocar em análise algumas práticas através de acontecimentos analisadores é apontar como “se instaur[am] novos regimes de verdade, baixos começos que movem montanhas, lutas que se opõem à mitificação de pequenos segredinhos, banalidades da ação que preservam (ou ferem) grandes dominações” (Rodrigues, 1993, p. 444 apud Rocha e Aguiar, 2007). Desta forma, ao realizar análises, é possível desestabilizar o cenário supostamente natural de um cotidiano que nos parecia estático.

Permitir-me afetar pelo cotidiano do campo de trabalho tem sido a forma como venho construindo uma postura ético-profissional no decorrer da minha breve trajetória pelos equipamentos sociais nos quais passei. Assim como Nascimento e Scheinvar

---

<sup>27</sup> Conceito ferramenta da análise institucional que fala de objetos, de situações e de acontecimentos que acionam e possibilitam análises. Os analisadores seriam pensados aqui “no sentido daquilo que produz rupturas, que cataliza fluxos, que produz análise, que decompõe” (Barros, 2009, p. 231).

(2010), acredito que é no processo, no movimento, que se constroem as práticas profissionais. Deste modo, “é se misturando ao cotidiano que se pode promover e potencializar os conflitos, os questionamentos políticos, enfim, a crise como oportunidade para produzir novas análises e valorizar o coletivo nesse processo” (p. 26). Isto faz parte de uma forma de me posicionar diante dos modelos clássicos de produção de conhecimento e assim aceitar ser modificado em meu modo de pensar e agir. Entretanto, como nos alerta Favret-Saada (2005) “aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer” (p. 160).

No entanto, aceitar ser afetado não tem nada a ver com uma operação de conhecimento por empatia, menos ainda com um projeto de conhecimento por observação participante. E embora, durante a pesquisa de campo, não soubesse o que estava fazendo, e tampouco o porquê, hoje penso em minhas escolhas metodológicas. Tudo se passou, e ainda se passa, como se tivesse tentado fazer da própria intervenção um instrumento de conhecimento.

No entanto, “o que muda em uma intervenção?” indaga-nos Barros (2009, p. 233). Para a autora é o olhar dos atores em relação às instituições<sup>28</sup> vividas em cada situação. Neste sentido, o método vai se fazendo no acompanhamento dos movimentos das subjetividades e dos territórios traçando cartografias. “Cartografias para serem desenhadas só o são quando o pesquisador definitivamente recusa o lugar protegido da neutralidade. Pensando sobre isso, vale perguntar: protegidos de que? De quem?” (Barros, 2009, p. 234).

A resposta, um pouco lenta, se apresentou em fragmentos: medo da mistura dos corpos, do caos onde não se consegue classificar e controlar, dos riscos de inventar. Medo da Lei, da Moral. Medo da vida. Medo da morte. Corpo desencarnado de si próprio – desencarnado, sem carne, sem cheiro, sem cor, sem ritmo, sem jeito -, um corpo sem corpo. A neutralidade aparece aqui em toda sua crueza estratégica: não é uma questão de ingenuidade ou ignorância, é opção política. (Barros, 2009, p. 235)

Nesta mesma direção, a recusa à neutralidade não se trata “de uma metodologia com justificativas epistemológicas, e sim, de um dispositivo de intervenção no qual se afirme o ato político que toda investigação constitui” (Rocha & Aguiar, 2007, p.648). Ou seja, a recusa à neutralidade também se constitui como uma opção política.

---

<sup>28</sup> Para a Análise Institucional, o conceito de instituição difere do de organização ou estabelecimento. Instituição é aqui entendida como práticas sociais historicamente produzidas.

Trata-se, desta forma, de uma metodologia que convoca a criação de outras instituições, baseada na argumentação que desmancha os territórios constituídos. No entanto, a própria noção de instituição é modificada, já que ao não ser identificada à de estabelecimento, remete ao processo de produção constante de modos de legitimação das práticas sociais. Por isso, as estratégias de intervenção têm como alvo o jogo de interesses que se fazem presentes no campo da investigação, “colocando em análise os efeitos das práticas no cotidiano institucional, desconstruindo territórios e facultando a criação de novas práticas”. (Rocha & Aguiar, 2007, p. 71).

Na proposta da Análise Institucional, gênese teórica e social são indissociáveis. Desta maneira, Rodrigues, Leitão e Barros (2000) questionam: o que quer a análise institucional?

Em primeiro lugar, o que a movimenta, o que a coloca em processo não é uma vontade de atingir a verdade, mas a vontade política de produzir novos problemas, a invenção. Nesse sentido, é necessário multiplicar ao máximo a implicação, utilizá-la no plural, deslocá-la da totalização individual, pulverizá-la em singularidades pré-individuais. Para que isso aconteça é preciso colocá-las em análise, decompor seus elementos, misturá-los entre si, em várias composições possíveis e inéditas (p. 12).

Assim, a análise institucional nos apoia com suas ferramentas no que denomina de pesquisa-intervenção. A pesquisa-intervenção, ou apenas a intervenção, como procedimento de aproximação com o campo, mostra-nos que ambos – pesquisador e pesquisado, ou seja, sujeito e objeto do conhecimento – se constituem no mesmo momento, no mesmo processo e ocorre com a construção e utilização de analisadores.

Na pesquisa-intervenção, sujeito e objeto, pesquisador e campo de pesquisa, se criam ao mesmo tempo. A relação que se estabelece é da ordem da imanência. As práticas produzem políticas de subjetivação. Produzem-se objetos e sujeitos pelo agenciamento dos fluxos. Não há determinação causal de um sobre o outro (Barros, 2009, p. 232).

Ou seja, o momento da pesquisa é o momento da intervenção. Contudo, a intervenção é encarada como um processo que busca questionar os vários sentidos cristalizados nas instituições, remetendo assim, a um movimento de desnaturalização permanente delas, incluindo a própria instituição da pesquisa. Deste modo, em uma pesquisa-intervenção o que interessa são os movimentos, os processos. Assim, ao priorizarmos os movimentos, a dimensão processual é o que entra em jogo através da

análise de implicações. Coimbra e Nascimento (2008) chamam a atenção para a necessidade da análise de implicações com as instituições em jogo e afirmam que,

ao considerarmos a análise de implicações como um dispositivo, recusamos os universalismos, as totalizações e unificações e afirmamos as processualidades, as singularidades e as multiplicidades. Para tanto, é fundamental que possamos empreender uma análise constante e cotidiana dos lugares por nós ocupados e das forças que nos atravessam e nos afetam em diferentes momentos, não somente em nossos trabalhos de intervenção como também em nossas vidas. Ou seja, queremos mostrar que a análise de implicações, tomada enquanto um dispositivo, é sempre micropolítica, é sempre um colocar em análise nossos modos de existência que, segundo Espinoza e Nietzsche, devem ser pensados a partir de critérios imanentes, sem nenhum apelo a valores transcendentais. Assim, a análise de implicações por ser micropolítica encontra-se no plano da imanência, no plano dos encontros em que se produzem as enunciações, e nos quais estão presentes o “fazer ver e o fazer falar”. Ou seja, utilizar a análise de implicações é tornar visível e audível as forças que nos atravessam, nos afetam e nos constituem cotidianamente. (p. 147)

Assim, a aposta em uma pesquisa-intervenção, baseia-se na mudança de parâmetros de investigação ao afirmar processos de subjetivação, de objetivação e de criação de campos que ao mesmo tempo criam sujeitos-objetos, que se revezam, como teorias e práticas.

É nesse sentido que a desnaturalização dos acontecimentos corresponde à desnaturalização de nossas práticas, de nossos dizeres, dos nossos fazeres no rastreamento de suas tramas, nas relações de força, tratando-se deste modo da constituição do sujeito do conhecimento que não é independente daquela do sujeito ético-político.

A abordagem da política como ética, a abertura para uma formação que se faça de outro modo (transformação) e a construção de um lugar diferenciado para os intelectuais-pesquisadores fizeram convergir diversas contribuições, num exercício arriscado, mas que nos incita a assumir o caráter sempre perigoso de nossas práticas. (Rocha & Aguiar, 2007, p. 654).

Desta forma, percorrer a trama de algumas práticas discursivas e não discursivas num exercício de compreensão e análise “é sempre fazer escolhas, ainda que

provisórias, puxar alguns fios de um presente, efetuar ‘cortes de vida’ e afastar-nos de nossos pretensos objetos naturais”. (Rocha e Aguiar, 2007, p. 654).

Colocar em análise as práticas é uma tentativa de encontrar ferramentas e construir caminhos que nos permitam desviar das generalizações e dos relativismos permitidos pelo determinismo das circunstâncias. E, assim quem sabe, construir “instrumentos para quem tem a urgência guerreira de lutar pela afirmação da vida, urgência por um devir revolucionário”. (Barros, 2009, p. 235)

Para isso, com relação à organização da escrita, esta dissertação estará dividida em três capítulos através de situações analisadoras de minha prática no INEA. Inicialmente pretendo analisar algumas condições que tornam possível a caracterização da sociedade contemporânea como uma ‘Sociedade do Risco’. Parto da proposição de que vivemos no contexto de uma sociedade de controle contínuo dos riscos cotidianos, na qual se apresenta uma inflação da noção de risco. Buscarei, com isso, problematizar a relação entre subjetividade e risco, a partir dos dispositivos de poder. Deste modo, gostaria de pensar de que modo a retórica dos riscos pode estar servindo de veículo para reforçar conteúdos morais e conservadores, além de justificar uma série de práticas que se dizem preventivas e/ou protetivas; ou seja, a noção de risco entendida como um mecanismo de poder e controle.

A seguir pretendo pensar as gêneses dos chamados especialismos técnico-científicos em um contexto no qual sonhamos resolver tecnicamente todos os conflitos e almejamos manter tudo sob o controle da ciência. Assim, os especialistas serão aqueles que contribuirão decisivamente para a construção das situações de risco e para a apresentação da melhor forma de preveni-lo, tratá-lo ou protegê-lo. Contudo, levando isso em conta, o segundo capítulo pretende abordar o saber científico enquanto produção social, contrariando a lógica dominante que atribui como única verdade, aquela advinda da ciência e dos chamados especialistas, seus porta-vozes.

Finalizando, o terceiro capítulo buscará colocar em análise as já apontadas formas de produção de subjetividades no contemporâneo, possibilitando a criação de novos territórios existenciais. Pensando a partir do “caráter circunstancial das alianças” (Orlandi, 2009, p. 207), que movimentos de resistência cotidianos vêm ocorrendo dentro dessa produção de uma incessante busca por proteções, não apenas entre aqueles que se encontram nas chamadas situações de risco, mas também entre os que habitam o contemporâneo de modo geral.

## CAPÍTULO 1

### **Os presentes perigosos que a vida nos oferece: risco como sinônimo de liberdade**

*Aquele seria o último dia como integrante da equipe. Por motivos alheios ao meu desejo, muito do que havia sido programado para aquela ocasião não pôde ser realizado. A dinâmica institucional e a forma como nos inseríamos nela por vezes impossibilitava um olhar de acolhimento ou um abraço de despedida. Isso para uma equipe que em algum momento vislumbrava um trabalho de cuidado com o outro, ainda que este não fosse o objetivo do Estado. Isto nos colocava diante de um paradoxo: como cuidar do outro se não cuidamos de nós mesmos? Como construir uma prática ética de cuidado sem que essa fosse a diretriz da chamada política pública em questão? No entanto, em meio às dificuldades postas pela ocasião, foi possível abrir espaço para uma questão que considero importante.*

*O convite inusitado feito à equipe era para compor uma dança. Porém, essa atitude em meio à rotina já bem definida do dia-a-dia de um escritório, cujas atividades se resumiam à produção de relatórios e participação em reuniões, provocou tamanho estranhamento que alguns prontamente toparam, enquanto outros aceitaram o convite desconfiados.*

*A sensação de desconfiança atravessava o funcionamento da equipe na maioria das vezes de forma paralizante. As incertezas com relação à execução de um projeto proposto por um governo, que não sabíamos se teria continuidade, a encomenda feita à chamada equipe social neste contexto, entre outras situações menos relevantes para esse relato, geravam um clima de insegurança que em última instância produzia desconfiança entre os próprios integrantes da equipe. Afastávamo-nos do sentido de “fiar com”, de construir conjuntamente, na medida em que se constituía uma prática cada vez mais individualizada.*

*A proposta para compor a dança veio inicialmente pelo convite de que todos dessem os braços em forma de círculo, de maneira que nossos corpos estivessem lado a lado formando um corpo só. Com os braços entrecruzados, a orientação era que o círculo girasse em sentido horário seguindo o ritmo demarcado pela batida forte do pé direito de cada integrante no chão através de movimentos cadenciados. O sincronismo desse movimento seria seguido pelo pronunciamento das vogais de nossos nomes. Cada integrante pronunciaria uma vogal de seu próprio nome de forma intercalada no*

*compasso da dança. A velocidade do movimento e a altura do som deveriam ser controladas por alguém cuja função era perceber no grupo a capacidade de aumentar ou não sua intensidade. E que assim o faria com o levantar ou o baixar da mão direita.*

*A cada pisada, uma vogal seria pronunciada, na composição de um som que se caracterizaria pelo cruzamento da enunciação do traço fônico de todas as vogais de forma simultânea. Todos em uníssono!*

*O convite era também para experimentar transversalizar nossas funções na constituição de um novo grupo, ainda que naquela pequena experiência. Uma experiência de grupo que deixasse de ser o modo como nos organizávamos enquanto equipe para ser um dispositivo capaz de produzir novos acontecimentos. No entanto, os afetos que circularam não deram vigor à dança. É interessante perceber o quanto nossos corpos vão assumindo determinados formatos. O quanto somos docilizados por determinados espaços que nos enquadram em formas pré-definidas de estar. Vamos ficando cada vez menos atentos às possibilidades de se fazer diferente e experimentar o novo. Temos construído zonas de conforto que nos prendem em movimentos de mera reprodução do mesmo. A busca por proteções se instaura sutilmente em nosso cotidiano de forma a produzir subjetividades acomodadas, conformistas e assujeitadas.*

*O constrangimento em realizar uma atividade tão diferente daquelas que usualmente se fazem em um escritório, a possibilidade de entrar alguém na sala, entre outras razões, fizeram com que alguns aderissem, outros não.*

*Ao final pergunto para o grupo se alguém sabia o que significava aquela dança. A reação com a resposta foi o link necessário para a análise almejada. Tratava-se de um ritual indígena mais conhecido como dança da chuva. A idéia surgiu em uma conversa durante aquela semana, na qual me preparava para o desligamento da equipe. Lembrei-me de uma oficina em que participei no Fórum Social Mundial de Porto Alegre no ano de 2006, quando ainda era estudante de graduação. A sensação com a lembrança dessa oficina, conduzida por índios Yanomamis, me despertou para a análise do quanto estávamos naturalizando algumas de nossas práticas.*

*Reviver aquela experiência com o grupo do trabalho seria uma forma de produzir escape ao que estava naturalizado. Sem ter a pretensão de estar sendo fiel aos movimentos e significados de cada gesto e som de um ritual indígena original, o objetivo com aquela simulação era provocar no grupo uma análise a respeito do*



*significante “chuva”. E o quanto aquele entendimento influenciava as nossas decisões e ações cotidianas.*

*Para muitos indígenas o ritual da dança da chuva é parte de uma cerimônia onde são invocados os espíritos da terra e dos antepassados para trazer a chuva, como também assegurar a fartura na colheita, a fertilidade da terra e espantar os espíritos que vivem perdidos pelo mundo. Esse ritual faz parte da tradição cultural de diferentes tribos indígenas do Brasil e do mundo. E o que ele teria a nos dizer?*

*Em especial, aquela equipe havia assumido o termo chuva como significado de algo ruim, terrível. Não por acaso, a reação foi de espanto quando fora apresentado o sentido daquela dança. Como alguém poderia sugerir naquela equipe uma atividade que evocasse chuva?*

*Colocar em análise determinadas práticas a partir do deslocamento produzido pela experiência de uma simples dança nos permitiu abrir o diálogo para outras questões. Fazer circular a palavra nos permitiu questionar a serviço de quem e do que estaria a nossa prática naquele contexto.*

*A convocação para “dançar conforme a música”, como assim afirma o jargão popular, com o risco de sermos excluídos de alguns processos se não o fizermos, pode paralisar nossos processos de criação. A encruzilhada a que se refere (Guattari e Rolnik, 2008) sugere a possibilidade de operar bifurcações no nosso cotidiano. A recusa para alguns convites também se apresenta como caminho. Inventar e afirmar uma nova dança, ou o não dançar, é o desafio.*

### **“Inflação Contemporânea da noção de risco”<sup>29</sup>**

Ao iniciar este capítulo com um diário de campo<sup>30</sup> rememorado pretendo disparar análises sobre algumas práticas de governo que orbitam a vida que se pretende proteger no contexto da sociedade em que vivemos. Trata-se de uma das maneiras de colocar as chamadas políticas públicas em análise, pois são inúmeras as possibilidades de debate.

---

<sup>29</sup> Termo utilizado por Castel (2005, p. 62).

<sup>30</sup> O diário de campo foi uma ferramenta trabalhada por René Lourau (1993) ao discutir a proposta da pesquisa-intervenção. Trata-se de um instrumento metodológico que permite ao pesquisador criar uma narrativa a partir das memórias sensíveis de uma experiência e mapear as condições de emergência dos dados, trajetões e afetos da pesquisa, através do exercício de registrar o processo a partir das impressões experienciadas.

Nesta dissertação, pretendo problematizar a intervenção do Estado em algumas bacias hidrográficas da região serrana, em especial a de Nova Friburgo, proposta a partir da noção de “risco de inundação”, no contexto da execução do projeto “Rios da Serra”. E, com isso, “mostrar que na mesma proliferação de organismos do Estado tenha aparecido uma diversidade de programas e políticas voltados para a solução dos ‘problemas da proteção’” (Nascimento, 2012a, p. 63).

Problematizar, portanto, é muito mais do que multiplicar algumas perguntas, mas sim colocar em análise as condições que levaram a sua formulação. Deste modo, a opção aqui será relacioná-las com a emergência do conceito de risco, entendendo que “o acontecimento risco ganha espaço e vai sendo tecido no interior das práticas sociais como preocupação do governo dos corpos” (Nascimento, 2012a, p. 63), ou assim como sugere Foucault (2008), como controle, vigilância e intervenção governamental sobre os fenômenos populacionais.

A região serrana teve sua geografia totalmente reconfigurada na madrugada do dia doze de janeiro de dois mil e onze e após este evento as áreas tidas até então como “áreas de risco” foram reavaliadas<sup>31</sup>. Atribui-se este fato a uma chuva de proporções gigantescas. Os técnicos em meteorologia dizem que o tempo de recorrência<sup>32</sup> da precipitação pluviométrica registrada na ocasião foi de aproximadamente 350 anos. O que provocou inundações, deslizamentos de encostas e rolamentos de blocos enormes de pedras, atingindo milhares de residências que historicamente foram se estabelecendo às margens dos rios e das encostas.

No primeiro momento, as ações governamentais diziam se concentrar na reparação emergencial dos danos causados por esse evento: desobstrução das vias, limpeza dos rios, procura por desaparecidos, etc. Em seguida, o governo estadual contrata empresas para realizar o cadastramento das famílias atingidas, ação que foi realizada sem nenhum planejamento conjunto com as administrações municipais, o que gerou uma série de duplicidades nos cadastros dessas famílias, entre outras situações.

---

<sup>31</sup> A Secretaria Municipal de Defesa Civil de Nova Friburgo apresentou no plenário da Câmara de Vereadores, durante uma audiência pública em 16/08/2013, um estudo que seria utilizado para revisar o plano de redução de riscos do município. Esse estudo aponta que um a cada seis friburguenses, reside em área de risco de deslizamento ou de enchente.

<sup>32</sup> É o intervalo de tempo estimado de ocorrência de um determinado evento. É um termo bastante utilizado em Hidrologia e é definido como o inverso da probabilidade de um evento ser igualado ou ultrapassado. Embora tenha sido amplamente adotado pela hidrologia, esse termo também pode ser utilizado por outras áreas do conhecimento, como a meteorologia e climatologia, onde a expressão "período de retorno" pode se referir ao tempo de recorrência de chuvas, ventos intensos, granizo, dentre outros fenômenos meteorológicos.

Alguns meses depois, o INEA apresenta um projeto de “recuperação”<sup>33</sup> da bacia hidrográfica dos municípios atingidos, utilizando como proposição, mesmo que isto não estivesse em termos precisos, a necessidade de “proteção às famílias ribeirinhas” que se encontram nas “áreas de risco de inundação”.

O projeto em questão envolve uma série de ações, uma delas seria a criação de equipes que realizariam o que denominam trabalho técnico social, no qual me inseri durante um determinado período, e no qual pretendo focar minhas análises. O trabalho social seria responsável por coordenar as ações que visavam realizar a reparação econômica às famílias que se encontravam na faixa delimitada para realocação compulsória.

Muitos são os questionamentos com relação à execução deste projeto. A começar pelo rio escolhido para a realização da obra. Qual o critério para a escolha daquele trecho tendo em vista que quase todas as margens dos rios do município encontram-se habitados? Devido à própria configuração geográfica da região, as margens dos rios do município foram sendo ocupadas ao longo dos anos sem que tivesse uma fiscalização dos órgãos responsáveis.

A primeira legislação que regulamenta<sup>34</sup> a ocupação das margens dos rios, diz que os terrenos reservados vão até a distância de 15 metros para a parte de terra, contados desde o ponto médio das enchentes ordinárias, ou seja, do transbordamento habitual. Após a publicação deste decreto, uma série de outras legislações foi publicada, entretanto as contradições entre elas fazem com que a demarcação dessas áreas edificantes seja uma tarefa bastante controversa. Além disso, os rios modificam os seus cursos com o decorrer do tempo e da ação das chuvas e ventos, o que altera essa distância ao longo dos anos.

Contudo, apesar da existência de uma legislação, ainda que controversa, a justificativa para a realocação compulsória das famílias que viviam às margens do rio Córrego D’antas, no bairro de mesmo nome, não era sua base legal, mas sim os critérios apresentados pelos estudos hidrológicos, realizados através de simulação em

---

<sup>33</sup> Esta recuperação, de acordo com o que estava previsto no projeto, dizia ser a realização do alargamento da calha do rio de modo que comportasse um volume maior de água, a recomposição de suas margens com diferentes insumos materiais e a construção do que chamavam de Parque Fluvial. Os Parques Fluviais previam a instalação de diferentes equipamentos (ciclovias, praças, etc) nas áreas não edificantes, para que a população não voltasse a construir casas nas áreas tidas como de risco de inundação.

<sup>34</sup> Com a edição do Decreto Nº 24.643, de 10 de Julho de 1934, conhecido como Código de Águas, as margens dos rios não são passíveis de parcelamento e edificação. As margens eram designadas como "terrenos reservados" e tratados nos artigos 14 e 31 do Código de Águas. Os terrenos reservados tiveram sua denominação alterada para terrenos marginais pelo Decreto-lei 9.760/46.

computador, que definiam o que chamavam de “áreas de risco de inundação”. Estudos esses que foram apresentados de forma apressada no contexto em que as ações governamentais encontravam-se completamente desarticuladas e sem comando.

Apesar das análises aqui propostas se voltarem para o contexto do referido projeto, pretendo percorrer um caminho que possibilite a análise do surgimento de uma série de outras políticas ditas sociais, que vem para responder a uma intencionalidade do Estado de controle em especial da população pobre a partir da construção da noção de “risco”. Para isso, faz-se necessário pensar como se engendram determinadas práticas que habitam a encruzilhada a que se referem Guattari e Rolnik (2008), quando sugerem que os trabalhadores sociais,

ou vão fazer o jogo dessa reprodução de modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização ou, ao contrário, vão estar trabalhando para o funcionamento desses processos na medida de suas possibilidades e dos agenciamentos que consigam por para funcionar (pág. 37).

Algumas dessas políticas ditas públicas tratam a manifestação da pobreza como aberração que serve de resposta às contradições próprias da sociedade moderna. Para Macerata (2010, p. 41), “essa manifestação rapidamente é capturada, categorizada, catalogada, separando-se normais e anormais, bárbaros e civilizados e, posteriormente, os saudáveis e os em/de risco”.

Assim, parto da proposição de que vivemos atualmente em um contexto de controle contínuo dos riscos cotidianos. Alguns autores, como Beck (2000), por exemplo, propõem o risco como uma noção central para a compreensão da atualidade, cunhando a expressão “Sociedade do Risco”. Para Giddens (1991), outro autor que também trabalha com este conceito, diz que se trata de um contexto em que os chamados leigos e peritos de áreas específicas devem fazer escolhas diariamente em termos de riscos, num cenário em que a estimação dos mesmos é em grande parte imponderável.

De certa forma, podemos dizer que estamos em plena passagem de uma sociedade fundada na normalização dos sujeitos para aquilo que poderíamos chamar de uma sociedade de controle dos riscos. No entanto, essa passagem não significa a superação de uma pela outra, mas uma complementaridade em que ambas se conjugam.

Interessa-nos aqui pensar no quanto esses riscos têm justificado as intervenções para modificar o presente por uma antecipação daquilo que poderá acontecer no futuro. No entanto, de que riscos estamos falando?

Temos acompanhado o crescimento de campanhas governamentais e não governamentais que objetivam a transformação dos comportamentos e desejos considerados “de riscos”. Neste sentido, o conceito de risco tem se tornado cada vez mais um instrumento de controle social no qual os chamados especialistas em nome do dito saber científico são um dos principais elementos de produção de normas e modelos.

O poder disciplinar inaugura a sociedade da norma, do normal, do comportamento que opera em função do modelo e do padrão, um controle que se dá nas pessoas em função daquilo que elas deveriam ser. A norma é uma invenção da nossa sociedade e orienta a justificação para excluir o diferente tornando-o um fardo social e encaminhando-o a estabelecimentos distintos ou incluindo-o em projetos e programas específicos. Para Foucault (2010a, p. 213), “a norma é o que se pode tanto aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar”.

Os dispositivos de poder começam a se interessar pelo que consideram perigos que ameaçam a vida, ou pelas ameaças percebidas como tais: riscos naturais, tecnológicos, industriais. O risco assume tendências positivistas predominantemente voltadas então para a quantificação, através da análise científica, identificação e prescrição de intervenções preventivas ou compensatórias, e se mostrará cada vez mais presente no espaço das ditas políticas públicas e em nosso dia-a-dia. Moraes e Nascimento (2002) apontam que a atenção para o que coloca a vida em risco se tornou

uma tarefa de extrema importância: o cuidado com as crianças e suas brincadeiras perigosas, os ambientes de trabalho considerados insalubres; as más condições de vida das populações pobres; as lutas contra a poluição e as guerras, em particular a guerra nuclear. Enfim, uma série de medidas e reivindicações emergem, buscando minimizar os perigos que colocam a vida em xeque e que reduziriam a liberdade e a segurança das pessoas (p. 99).

Assim são lançadas as campanhas pela saúde, pelo meio ambiente, pelo fim dos hábitos perigosos, pelo controle da violência urbana, por uma alimentação saudável. No entanto, de acordo com Castel (2005), essa “inflação contemporânea da noção de risco” (p. 62) tem alimentado uma confusão entre risco e perigo. Castel (1987) afirma que a cultura do risco fabrica o perigo, ou seja, “trata-se menos de afrontar uma situação já perigosa, do que de antecipar todas as figuras possíveis da irrupção do perigo” (p. 127).

Para Foucault (2010), a noção de “perigo” se apresenta como uma questão de virtualidade, ou seja, como aquilo que poderá vir a ser perigoso.

Frente à possibilidade de ocorrência de eventos danosos no futuro, cria-se a necessidade de apontar as populações que podem mais facilmente ser afetadas ou as que têm maior probabilidade de cair em situações de risco, entendendo assim que o perigo é o que se apresenta como de difícil governamentalidade. Desta forma, segundo Castel (1987):

As novas estratégias médico-psicológicas e sociais se pretendem sobretudo preventivas, e a prevenção moderna se quer, antes de tudo, rastreadora dos riscos. Um risco não resulta da presença de um perigo preciso, trazido por uma pessoa ou um grupo de indivíduos, mas da colocação em relação de dados gerais ou *fatores* (de riscos) que tornam mais ou menos provável o aparecimento de comportamentos indesejáveis (p. 125).

E o que passa a ser entendido como comportamento indesejável orienta intervenções pautadas por um limite tênue entre o que se entende por risco, vulnerabilidade ou até mesmo crime. Esses conceitos têm sido forjados no seio das ciências humanas e sociais e tem justificado, sobretudo, a construção e a implementação de políticas ditas públicas voltadas para prevenção e proteção.

A introdução da noção de vulnerabilidade justifica ainda mais as diversificadas propostas de prevenção. Para Castel (1987), prevenir é se antecipar a emergência de acontecimentos tidos como indesejáveis (doenças, anomalias, comportamentos de desvio, atos de delinquência, etc.), vigiando especialmente as populações assinaladas como portadores desses riscos, “mesmo sabendo que o risco continua sendo altamente aleatório” (Castel, 2005, p. 62). Contudo, o que se propõe são práticas denominadas de prevenção e proteção com efeitos desproporcionais ao risco real. Os gestores que tomam as decisões políticas afirmam que apenas administram e regulam o desenvolvimento. Os chamados especialistas e cientistas dizem que criam novas tecnologias, mas não decidem sobre a maneira como são utilizadas. Os empresários explicam que apenas atendem à demanda do consumidor. Assim, configura-se um campo de controle biopolítico, no qual se constroem e se justificam, as noções de risco e vulnerabilidade das populações e dos territórios sobre os quais a lógica intervencionista opera, permitindo que ela se instale na busca de restaurar uma suposta ordem ameaçada. Com isso, autoriza muitas vezes, medidas de exceção sobre uma população que supostamente encontra-se à disposição das políticas propostas e impostas pelo Estado.

No tempo presente, o que é tomado como portador de risco? Temos acompanhado diariamente a adoção de medidas voltadas à chamada higiene social, que promovem a remoção do espaço da cidade de populações ditas em situações de risco<sup>35</sup> ou considerados, sendo os atingidos geralmente pobres, usuários de drogas, pessoas em situação de rua ou residentes em áreas ocupadas irregularmente, que insistem em evidenciar as mazelas do modelo capitalístico.

Desta maneira, ao sugerir que estamos vivendo em uma sociedade de controle dos riscos, não pretendo discutir a veracidade desta afirmação, mas partir dela para colocá-la em análise, mostrando como a questão do risco é operada pelos mecanismos de poder, tornando-se um instrumento privilegiado de controle em nome de nossa segurança<sup>36</sup>. Deste modo, assim como questiona Foucault (2008, p. 15), “poderíamos dizer que em nossas sociedades a economia geral de poder está se tornando da ordem da segurança?”.

Foucault (2008) destaca a emergência de “tecnologias de segurança” no interior de mecanismos de controle social e de dispositivos que agem sobre o homem não enquanto corpo, como na chamada sociedade disciplinar, mas enquanto espécie, população. O controle na sociedade disciplinar se dá por estratégias de caráter normalizador agindo sobre os corpos individuais, corpos que podem ser criados, forjados, que podem ser utilizados;

já a segurança vai se apoiar em certo número de dados materiais. Ela vai trabalhar, é claro, com a disposição do espaço, com o escoamento das águas, com as ilhas, com o ar, etc. Logo, ela trabalha sobre algo dado. [Em segundo lugar,] não se trata, para ela, de reconstituir esse dado de tal modo que se atingisse um ponto de perfeição, como numa cidade disciplinar. Trata-se simplesmente de maximizar os elementos positivos, de poder circular da melhor maneira possível, e de minimizar, ao contrário, o que é risco e inconveniente, como o roubo, as doenças, sabendo perfeitamente que nunca serão suprimidos (Foucault, 2008, p. 26).

---

<sup>35</sup> Podemos citar como exemplo a política higienista adotada com a publicação da resolução nº 20/2011 da Secretaria Municipal de Assistência Social do Rio de Janeiro, de 27/05/2011, intitulada Protocolo de Abordagem à Pessoa em Situação de Rua ou o Programa de Proteção a Pessoas em Situação de Risco, instituído na cidade de São Paulo com a publicação do decreto nº 50.448/2009. Programas cujo intuito se restringe tão somente a “limpar” as áreas centrais dos grandes centros urbanos.

<sup>36</sup> “É uma racionalidade que aperfeiçoa mecanismos jurídico-legais, de controle de comportamentos e de população no Estado. Está ligada à tecnologia do poder, a princípios de inteligência que criam graus, avaliações, estados e qualidades para cidadania, ordem e consequências sociais derivadas”. Verbetes sobre segurança do Núcleo de Sociabilidade Libertária - Nusol, consultado em <http://www.nusol.org/verbetes/index.php?id=42> no dia 18/04/2014.

Assim, essas tecnologias de segurança podem ser caracterizadas por sua forma específica de ‘normalização’ que vai buscar criar um ambiente em função de uma "série de acontecimentos possíveis", produzindo “espaços da segurança” que o autor denominou de meio. Contudo, “o que é meio? É o que é necessário para explicar a ação à distância de um corpo sobre o outro. É, portanto, o suporte e o elemento de circulação de uma ação” (Foucault, 2008, p. 27).

Meio, deste modo, enquanto espacialidade das sociedades biopolíticas ou de segurança, envolve, portanto a principal questão na nova configuração dos arranjos espaciais: o domínio sobre a circulação, tanto no sentido de controlá-la quanto de estimulá-la, especialmente no fortalecimento dos fluxos econômicos favoráveis à acumulação. O meio “aparece como um campo de intervenção” (p. 28), e como há uma associação direta entre “meio” e população, esta passa a ser o objeto desse controle.

Assim, o que se procura atingir por esse meio é o ponto de uma série de acontecimentos, onde as populações interferem com o que se produz ao redor delas mesmas. Para Foucault (2008), tudo isso se revela como se os dispositivos de segurança criassem, organizassem e planejassem um meio: conjunto de dados naturais (rios, morros, pântanos, etc.), ao mesmo tempo conjunto de dados artificiais (aglomerações de indivíduos, de casas, etc.), ou seja, certos efeitos que agem uns sobre os outros, ou melhor, sobre todos que ali residem.

A população é, de um lado, a espécie humana e, de outro, o que se chama de público: considerado do ponto de vista da população, das suas maneiras de fazer, dos seus comportamentos, hábitos, o que age por meio da educação, das campanhas, dos ‘convencimentos’, dos consentimentos.

Neste contexto, o controle dos riscos assume, conforme apontam Moraes e Nascimento (2002, p. 100), “importância fundamental como poder de autovigilância e como mecanismo de interferência nos hábitos das pessoas ‘pelo seu próprio bem’, ‘pela sua própria vida’”, bem como atravessa a lógica da gestão das ditas políticas públicas produzindo sutilmente formas de exclusão por meio de práticas “bem intencionadas” que, em sua grande maioria, são respaldadas pelo discurso do bem comum. No entanto, como nos alertam Fonseca, Thomazoni, Costa, Souza e Lockmann (2008):

o bem comum, abstração construída acima das singularidades imanentes, sobrecodificando-as a partir do bom-senso e do senso-comum, é o que garante *status* de legalidade às práticas que revertem os limites da legalidade. Posto que é pelo bem-



comum que certas necessidades, certas urgências, despontam como justificativas do senso-comum através do bom-senso, em prol do bem geral. (p. 35)

Desta maneira, balizadas no ideal do bem comum, podemos produzir formas de exclusão e reproduzir determinadas lógicas sem perceber. Evidentemente, tais práticas jamais são vistas como violentas, já que de fato estão amparadas em noções de auxílio, de amparo, em suma do que denominam de proteção.

Ao propor este tema, busco problematizar a relação que se tem estabelecido entre as práticas ditas protetivas e preventivas e os movimentos de repressão, controle e aprisionamento da vida, tão presentes no contemporâneo.

Não pretendo com essa análise recair sobre grandes generalizações a respeito dos conceitos de risco, prevenção e proteção. Interessa-me apenas a investigação do seu atravessamento na constituição de práticas locais, neste caso na execução do Projeto “Rios da Serra”. Pensar sobre alguns conceitos nos dá pistas de como vem sendo construídas determinadas estratégias que põem em funcionamento algumas lógicas estabelecidas na atualidade. Pois, independentemente do que motiva a criação de certas estratégias, uma vez instituídas, as lógicas que justificam sua existência, todas as fazemos funcionar sem pensar nos efeitos que de fato produzem.

O que se tem produzido em nome da proteção? Penso que levantar esta interrogação é destacar a urgência de um posicionamento crítico sobre nossas práticas, colocando especialmente em análise a nossa implicação diante delas. Profissionais responsáveis pela execução e planejamento das chamadas políticas públicas que reproduzem e potencializam lógicas estabelecidas, por mais bem intencionados que dizem estar, utilizam de seu poder para enfraquecer e proibir o discurso do sujeito sobre si mesmo, respaldando-se em sua atuação enquanto especialistas em uma ciência dita neutra por meio de técnicas, mecanismos e aparelhos institucionais de controle e dominação.

### **A incessante busca por proteções e segurança**

A análise da sociedade francesa realizada por Castel em sua obra “A insegurança social” encontra semelhança com as questões da nossa sociedade, como constante produção da angústia de um futuro incerto diante das inseguranças civil e social que

fazem irromper sistemas de proteção cada vez mais sofisticados entre outros aspectos. Diante deste panorama, o autor indaga: o que é ser protegido?

Castel distingue dois tipos de proteção segundo a lógica de um Estado democrático de Direito: a proteção civil, que diz respeito aos bens e às pessoas neste “Estado de Direito”, e a proteção social, que se refere aos riscos de doenças, aos acidentes, ao desemprego, à incapacidade de trabalho devido à idade, etc. Assim, o sentimento de insegurança vai sendo produzido e se refere à possibilidade de estar à mercê de qualquer eventualidade. É repetido a exaustão que se o indivíduo não estiver assegurado contra esses imprevistos, passa a viver a insegurança.

O recorte que faço aqui sugere uma análise a partir do que Castel (2005) denomina como proteção social, pretendendo com isso estabelecer sua relação com o que este autor chama de “inflação contemporânea da noção de risco” (p. 62) e, especialmente, problematizar as práticas que se instituem com o intuito de proteção desse risco. Entende-se que “a produção de protetores diz respeito aos processos de subjetivação construtores da instituição proteção” (Nascimento, 2012a, p. 61) e os modos peculiares que a concretizam. A subjetividade generalizada do risco, quando nos referimos à sociedade do risco, à cultura do risco, se apresenta como uma referência para colocar em análise os dispositivos clássicos de proteção e problematizar a atuação do Estado frente à nova conjuntura econômica e no quanto ela está atravessada por uma noção de que a camada mais pobre da população é a que mais precisa de “proteção”.

“Como fazer para reconstituir controles que não tenham a forma de internamento e que sejam, ao mesmo tempo, mais eficazes?” (Foucault, 2010, p. 127) é o questionamento que parece permear a constituição de algumas dessas práticas contemporâneas ditas de proteção. Foucault relata que a psiquiatria que se desenvolveu no começo do século XIX exercia duas funções, uma que se localizava no interior da instituição asilar e outra que tinha como projeto uma função de ordem social. Essas duas funções coexistem em diferentes esferas da gestão pública atualmente, constituindo práticas discursivas e não discursivas a respeito especialmente disso que é denominado como “campo social”. Para Nascimento (no prelo),

pensar hoje o que é estar ou não protegido, questão social, implica pensar os fatos históricos da construção do social. Por isto é necessário discutir as distintas modalidades em que a proteção se faz “problema” para certa época histórica e como se

conformam ou se institucionalizam as respostas para esse problema. (p. 61)

Deste modo, “social” apresenta-se como um termo que contempla uma gama imensa de situações e possibilidades e tem servido como uma luva a uma série de interesses, especialmente aos do modelo econômico vigente. Ou seja, a ascensão do “social” se deu em meio aos projetos de fundação de um Estado voltado para a formação de uma sociedade orientada pelo liberalismo.

Esse projeto “se realiza historicamente na instituição de um Estado que tutela a sociedade para a formação de uma constituição capaz de equacionar os conflitos sociais e remetê-los ao Estado como agente de pacificação” (Augusto, 2013, p. 103). Este Estado emerge, então, da efetivação de uma sociedade construída de cima para baixo pela ação de governos capazes de absorver as demandas vindas das camadas populares, por meio da criação de regulações jurídicas e instituições estatais para intervenção direta em questões qualificadas como sociais.

E o que foi historicamente produzido como uma questão social ou apresentado como “campo social” surge como uma resposta ao pauperismo, sendo que a filantropia está na base de sua constituição. Construiu-se assim um lugar para a miséria: o social, campo de intervenções das ditas políticas sociais. Deste modo, de acordo com Macerata (2010),

*social* vai referir-se a uma dimensão pretensamente coletiva, mais específica e diretamente ligada ou inserida no contexto da pobreza na sociedade moderna. O ‘social’ agora aparece como uma zona de intervenção que define, marca e delimita uma localização, uma estética e uma condição específica dentro do conjunto da sociedade: sua parcela pobre, carente e marginal. Assim, o social a que nos referimos é o campo de intervenção do Estado e da sociedade sobre a parcela pobre e miserável da população (p. 32).

Deleuze, em prefácio ao livro de Donzelot (2001), diz: “o social tem por referência um setor particular em que se classificam problemas na verdade bastante diversos, casos especiais, instituições específicas, todo um pessoal qualificado” (p.1). Nesta mesma direção, é interessante observar a emergência dos chamados especialistas neste campo com a proliferação das chamadas equipes técnicas sociais, que legitimam a crença na necessidade de intervenções. São convocados, especialmente, os saberes do direito, do serviço social e da psicologia, apresentados como os mais adequados para atuar nesse

campo. Cabe destacar o quanto esse “social é crescentemente psicologizado: cuide-se!; cuidado!; afaste-se dos riscos!; seja belo, saudável, durável, equilibrado, flexível.” (Rodrigues, p. 84, 2005).

Entretanto, sob a vestimenta de um “trabalho social”, podemos estar reproduzindo sutilmente práticas de exclusão e controle sem perceber. Cabe-nos problematizá-lo e tratá-lo, assim como nos indica Rodrigues (2005), como um campo de análise a ser “permanentemente reinventado, em todas as nossas práticas profissionais e acadêmicas, no intuito de impedir a “colagem” entre o que temos feito (campo de intervenção) e o como, historicamente, o temos feito”. (p. 86)

Assim, retomando a questão das proteções, Castel (2005) afirma que é preciso marcar sua distância em relação a esta inflação da noção de risco que alimenta uma demanda incessante por segurança e dissolve de fato a possibilidade de ser protegido, e faz questão de lembrar que em nossa sociedade do capital:

nenhum programa de proteções é suscetível de impor-se o objetivo de garantir o futuro a ponto de ele não comportar mais nenhuma incerteza nem perigo. A “cultura do risco” extrapola a noção de risco, mas esvazia de sua substância, impedindo-a de ser operatória. Evocar legitimamente o risco não consiste em colocar a incerteza e o medo no centro do futuro, mas, ao contrário, tenta fazer do risco um redutor de incerteza, a fim de controlar o futuro desenvolvendo meios apropriados para torná-lo mais seguro. (p. 63)

No entanto, o autor avalia que a redução dessas incertezas tem se constituído por meio de um sentimento generalizado de impotência diante das novas ameaças e riscos que aparecem inscritos no processo chamado de desenvolvimento da modernidade. Construiu-se um panorama em que indivíduos “não encontram, nem em si mesmos, nem em seu entorno imediato, a capacidade de assegurar sua proteção” (Castel, 2005, p. 9), delegando-a assim a outrem supostamente mais capacitado em realizá-la. Segundo Augusto (2013) as pessoas

se entregam ao que é mais conveniente, à comodidade de viver sob a tutela de outrem, continuam a crer no professor, no advogado, no juiz, no técnico de futebol, no médico, no assistente social, no psicólogo, no educador social, no cientista político, no guia turístico, no chefe, no papai e na mamãe; tornam-se elas mesmas, professores, advogados, juízes, técnicos

de futebol, administradores, médicos, assistentes sociais, psicólogos, nutricionistas, economistas, educadores sociais, cientistas, políticos, engenheiros, guias turísticos, ecologistas, chefes, pais e mães. E aí repetem tudo com seus filhos, alunos pacientes, clientes, jogadores, etc. Repetem o ciclo que perpetua o governo e, com ele, as violências, as violações, as torturas, as penas, os controles, os projetos, os programas e as parcerias. Desta maneira, tudo segue normal, na mais perfeita ordem dos fatores e dos fatos, do tempo, do caso e do direito. (p 131-132)

Trata-se, assim, da emergência de um cenário em que se tornou natural ser protegido, baseado na ideia de que a “necessidade de proteção faz parte da natureza social do ser humano contemporâneo, como se o estado de segurança se tivesse tornado uma segunda natureza e até mesmo o estado natural do ser humano”. (Castel, 2005, p. 68). Neste contexto, tornou-se também natural reivindicar que essa proteção fosse assegurada pelo Estado, o que o transforma no principal suporte do indivíduo.

Castel (2005) afirma, ainda, ser uma ingenuidade neoliberal acreditar que a abolição dessas proteções libertaria um indivíduo que esperaria apenas esta ocasião para desdobrar enfim todas as possibilidades. Para o autor ela omite que se leve em consideração o fato de que o indivíduo contemporâneo foi profundamente moldado/produzido pelas regulações estatais. O controle crescente e a garantia de assistência administrada pelo Estado enfraqueceram as relações do indivíduo com as comunidades intermediárias, o que Castel (2005) chamou de “proteções de proximidade” (p. 40), agindo como um poderoso fator de individualização, aumentando sua dependência com relação ao aparato estatal.

Nesta direção, podemos afirmar que a subjetividade conservadora na nossa formação social trabalhou competentemente a difusão do medo<sup>37</sup> como mecanismo

---

<sup>37</sup> “Sentimento reativo, o medo imobiliza. Cumpre papel fundamental na garantia da obediência, do assujeitamento e da continuidade do exercício da autoridade centralizada. É próprio daqueles que pretendem intensificar a cultura da segurança, na qual se multiplicam os dispositivos de controle como pretensa garantia para todos. Quanto mais se exige segurança mais se tem medo; fica-se à mercê de uma autoridade superior que lhe guiará. Abre-se o espaço para a expansão dos grandes e pequenos fascismos. O medo é também um mediador das relações sociais, demandando a intervenção da autoridade, a maior presença do Estado, o crescimento dos governos sobre mim, das várias representações, daqueles que têm poder para formar as forças armadas para protegerem a sociedade dos insurgentes. Conserva a crença que é pela participação que se melhora o mundo, deixando-se levar pelo fluxo institucional democrático, como se esse fosse o caminho da vida no presente em direção à realização da utopia. O medo, todavia, mantém ditaduras, práticas de campos de concentração e extermínio, torturas e o Estado. A educação pelo medo perpetua os assujeitamentos, o prazer em obedecer. A coragem para romper com o medo é própria dos insurgentes. O medo inibe o risco e sem enfrentamento e inovação de perigos não há vida. Diante do medo, a coragem do guerreiro, dos insurgentes”. Verbete sobre o medo do Núcleo de Sociabilidade Libertária Nu-Sol consultado em <http://www.nu-sol.org/verbetes/index.php?id=43> no dia 20/03/2014.

indutor de políticas autoritárias que justificassem o controle social e a tutela. Medo esse que, além de respaldar a atuação do poder público, contribui decisivamente para a produção do desejo por proteções. Essa atuação se dá por meio da prática daqueles que Foucault (2010) chama de “gestores do espaço coletivo”. Nas palavras de Monteiro, Coimbra e Mendonça Filho (2006, p. 9), “é no espaço dos que estão na borda e dos que dela espiaram que “funcionam” os serviços que executam as políticas públicas formuladas pelos gestores atrelados ao Estado (...)”.

Para Batista (2003), o medo tem se corporificado em políticas através de discursos hegemônicos da realidade brasileira, na confluência da história com a antropologia, a sociologia, a psicanálise. E a manipulação do medo sobre um futuro incerto e perigoso produz a necessidade dos chamados especialistas para evitá-lo e de diferentes aparatos sociais.

No Brasil, a difusão desse medo tem servido para detonar estratégias de disciplinamento planejado das massas empobrecidas e a construção de um projeto estético, que entra pelos olhos, pelos ouvidos (Batista, 2003) e produz subjetividades assujeitadas. Assim, conforme nos indica Nascimento (2012b), a estratégia de disseminar a sensação de insegurança generalizada implanta a manipulação dos medos e, desta forma, a proteção passa a ocupar

um lugar naturalizado na escola, no judiciário, nos conselhos tutelares, nas famílias, na mídia, no espaço urbano, enfim, no campo social, na vida. Seguindo nessa direção, a proteção é tomada como algo a ser buscado, desejado, garantido. É percebida como um modo de funcionamento social que impõe uma crença: aquela que diz que a melhor vida é a que se distancia dos riscos, que é segura, mesmo que se tenha que abrir mão de suas potências, de suas possibilidades (no prelo).

Deste modo, podemos perceber que o controle social já não opera só pela norma, abriu-se espaço para outros mecanismos biopolíticos de controle. Assim, as estratégias de contenção ao que Acácio Augusto (2013) chamou de “perigosos políticos da ocasião” têm se reconfigurado em práticas ditas de proteção e prevenção.

Interessa-nos pensar o funcionamento dos mecanismos das ditas políticas protetivas, a partir do entendimento de que elas têm feito parte de estratégias biopolíticas contemporâneas, como práticas que exercem, de certa forma, uma função de ordem social. Aquilo que poderíamos entender como um controle da vida por meio da gestão

dos perigos sociais, induzindo à expectativa de um mínimo de exposição a riscos. Trata-se, desta forma, de “tecnologias políticas de governo das condutas, somados à vontade de assujeitamento de pessoas” (Augusto 2013, p. 183).

Desta forma, o que se apresenta em nome de um ideal de proteção, incide em diferentes espaços e grupos sociais sem que se problematize o contexto de sua emergência, bem como os efeitos de suas práticas. Cabe-nos aqui interrogá-las e, assim como Nascimento (2012b), divergir de sua versão naturalizada. A autora nos convoca a pensar a “proteção como um problema que abarca acontecimentos políticos, econômicos, sociais, subjetivos e que emerge quando diferentes forças entram em ação, produzindo efeitos que não podem ser antecipados” (no prelo). Propõe ainda, discutir as práticas ditas de proteção a partir da ideia de prevenção, do controle da vida, da despotencialização do cotidiano, da problematização das chamadas políticas públicas, dos investimentos econômicos feitos em seu nome, e da produção de saberes e de especialistas nesse campo.

No entanto, Castel (2005) nos chama atenção para o fato de que:

a inflação atual da sensibilidade aos riscos faz da busca da segurança uma busca sem fim e sempre frustrada. Mas é necessário distinguir, no meio do que se entende hoje por riscos, imprevistos da vida que podem ser controlados porque socializáveis, e ameaças cuja presença se deveria reconhecer, sem que se possa prevenir-se contra elas – e, portanto aceitá-las como limites, provisórios talvez, mas atualmente intransponíveis, do programa de proteções que uma sociedade deve assumir. (p. 60 – 61)

Estabelecem-se assim, relações ditas de proteção que operam efetivamente como controle e tutela de determinadas parcelas da população. Para Nascimento (2012b, no prelo), “instituem-se procedimentos tidos como de proteção, com a imposição de discursos competentes, de modelos de assistência especializada, de moralização, culpabilização e criminalização” e sob sua justificativa, por vezes, bem intencionada, “individualizam-se os desvios da norma, culpabiliza-se, vitimiza-se, criminaliza-se”.

Desta forma, assim como Scheinvar (2009), passamos a entender que “as políticas de proteção no Brasil se orientam apenas para contornar algumas situações-limite, sem a menor pretensão de reverter o quadro estrutural que produz a desigualdade” (p. 140). Ou seja, de acordo com esta autora, o que é estabelecido como parâmetro de proteção contra o que se reconhece como risco social, não produz relações libertárias entre

aqueles que requerem essa intervenção para sobreviver, e deste modo acaba se tornando apenas mais um dispositivo de individualização e de produção de estigmas e de controle, especialmente da população pobre. Segundo Deleuze (1992), o funcionamento do capitalismo prevê a existência da miséria, da pobreza para que haja capital e para este autor, quando nos fala em direitos humanos, “não há Estado Democrático que não esteja totalmente comprometido nesta fabricação da miséria humana” (p. 213).

O fio condutor desta análise é que as sociedades modernas são construídas sobre o terreno da insegurança. Todavia, essa insegurança não é algo acidental, mas sim uma dimensão da existência dos indivíduos numa sociedade moderna. Castel (2005) afirma que essa insegurança tampouco se trata da “falta de proteção, mas antes seu inverso, sua sombra projetada num universo social que se organizou em torno de uma busca sem fim por proteções, ou de uma busca tresloucada de segurança” (p. 8). Desta maneira, podemos perceber que ser protegido não se trata de um estado natural, mas sim de uma condição construída social e historicamente.

A utilização do risco enquanto mecanismo de poder se encontra abertamente com a lógica da sociedade calcada no controle sobre a vida. Foucault (1985) indica que a ética do cuidado de si<sup>38</sup> pode ser uma das estratégias de resistência à biopolítica, como um *ethos* que atua na “interseção entre a vida enquanto liberdade e a vida enquanto fonte de controle e exploração” (Moraes e Nascimento, 2002, p. 95).

Em entrevista<sup>39</sup> à Carta Maior, o filósofo francês Alain Badiou (2012) nos dá pistas do que para ele é o sentido da vida quando afirma que esta:

se configura quando aceitamos os presentes perigosos que a vida nos oferece. A existência nos traz riscos, mas, na maioria das vezes, estamos mais espantados que felizes por esses presentes. Creio que aceitar isso que nos ocorre e que parece raro, estranho, imprevisível, excepcional, que seja o encontro com uma mulher ou o maio de 68, aceitar isso e suas consequências, isso é a vida.

Atualmente, esse controle tem sido realizado, dentre outras maneiras, por práticas que pretendem “proteger” o indivíduo dos riscos, baseado na produção de verdades que estão presentes em algumas dessas práticas. Cabe-nos, desta forma, questionar até que

---

<sup>38</sup> Conceito desenvolvido por Foucault (1985) no qual o mesmo pensa o problema do governo de si, isto é, a questão da constituição ética de si mesmo, a partir de um conceito de liberdade imanente às próprias relações de poder.

<sup>39</sup> Entrevista consultada no site <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/-O-comunismo-e-a-ideia-da-emancipacao-de-toda-humanidade-/6/18598> em 20/10/2013.



ponto temos abdicado da liberdade para estar seguros e protegidos, problematizando assim, essa demanda avassaladora de serviços que nos deem segurança. Eis o paradoxo moderno: é preciso segurança para viver em liberdade? Segundo Augusto (2013),

há quem viva feliz assim. Aceite e deseje proteção, aprecie a vida moderada, uma antiga prescrição aristotélica. Seja em meio às contenções e moldes disciplinares, seja em meio às modulações de controle, acredita-se protegido das forças externas, garantindo sua liberdade (p. 190).

Contudo, para Nascimento (2012a) a proteção opera através do conceito de tutela, que “subjuga, produz submissão, permite que seja dito de fora o que é melhor para as pessoas” (p. 57). Para a autora, quem protege define condutas e desejos de modo a vigiar, controlar e disciplinar. “Ao mesmo tempo é uma prática que se dispõe à salvação, já que se aplica para amparar os necessitados, retirá-los de situações de risco e conduzi-los ao bom caminho” (Nascimento, no prelo).

Diante deste panorama é que se propõe e impõe o Projeto Rios da Serra. Especialmente em um período, no qual, a imensa maioria da população ainda se encontrava assustada e desorientada com as consequências da chuva da madrugada do dia 12 de janeiro, a crença na necessidade de proteção encontrava-se inabalável. Nesta ocasião, qualquer auxílio seria bem vindo. Assim, a crença de que essa ajuda teria de vir do Estado fora reforçada por diferentes atores, principalmente pelos que mantêm interesses econômicos e se aproveitam destes momentos para vender para o Estado os serviços que ele diz não conseguir executar.

Naturaliza-se, assim, a brecha para a entrada avassaladora dos interesses do capital naquilo que se reproduz insistentemente como falha, ineficácia, inoperância, do “público”. E o que não faltam são justificativas “técnicas” para tal. Multiplicam-se os discursos “verdadeiros” dos chamados especialistas a respeito de determinada realidade com o intuito claro de perpetuar as parcerias que independente de serem públicas ou privadas, servem competentemente ao capital.

Discursos constituidores do pensamento que pautou a manipulação dos medos de forma que fosse produzido o desejo por proteções e o prazer em obedecer. Ao aceitarem a proposta de sair de seus locais de origem sem questionar, a população apresenta um posicionamento atravessado pela maneira com que essa subserviência às orientações do Estado tem sido historicamente construída.

No entanto, nem todos que ali residiam estavam à disposição para uma política imposta pelo Estado. Pois sempre há resistências. Desta forma, resistir a essa tentativa ininterrupta de controlar o devir pode ser uma forma de ressignificar o conceito de risco, atribuindo-lhe a noção de liberdade como sinônimo. Trata-se assim, da possibilidade de criação e invenção de outros modos de vida que fujam aos modelos pré-determinados de existência e dos mecanismos que atualmente têm investido em uma vida asséptica que pretende ser “protegida”, longe dos riscos.

## CAPÍTULO 2

### UTOPIA DE CONTER O IMPREVISÍVEL DA VIDA

*Aquela era mais uma viagem com o objetivo de realizar uma vistoria nas áreas delimitadas para a execução das intervenções propostas por um instituto do governo estadual na bacia hidrográfica de um dos municípios escolhidos para a realização de um projeto de controle de cheias e inundações. Toda viagem era precedida por uma consulta aos sites de previsão meteorológica ou à própria equipe de campo sobre as condições do tempo na serra. O questionamento a respeito da possibilidade de chuva durante a nossa permanência na região compunha a esfera de nossas preocupações cotidianas.*

*Essa vistoria fazia parte de uma série de ações conjuntas entre a equipe de engenharia e a equipe do trabalho técnico social - TTS. Tratava-se de uma atividade que diziam ser de suma importância na medida em que a equipe do TTS precisava compreender os critérios técnicos estabelecidos pelo projeto básico<sup>40</sup> para que pudesse construir um planejamento das ações referentes ao processo de realocação daqueles que se encontram nas áreas ditas de risco iminente de inundação, segundo a avaliação técnica do próprio projeto da engenharia.*

*No carro estavam três integrantes da equipe técnica do trabalho social e um engenheiro, além do motorista. A oportunidade de uma conversa informal durante o período da viagem criou condições para um diálogo aberto sobre questões que geralmente não eram discutidas em reuniões institucionais, cujas pautas extremamente objetivas estrangulam qualquer possibilidade de problematização de nossas práticas. O clima descontraído no trajeto até nosso destino proporcionou um acesso mais fácil a assuntos muito caros ao instituto responsável pela execução do projeto e aos que dele assumem as orientações de forma quase messiânica. Por vezes, esses espaços informais podem propiciar posições estratégicas para realização de algumas intervenções no modo de pensar daqueles que são os responsáveis pela elaboração e execução de projetos deste porte. Saber ocupá-los foi um desafio constante e instigante.*

---

<sup>40</sup> Projeto básico é o projeto apresentado pelo resultado dos estudos realizados sobre a área que se pretende intervir e projeto executivo é a realização do projeto básico e contempla as modificações necessárias não identificadas anteriormente.

*Após breve relato sobre um dos projetos do instituto, o engenheiro finaliza sua fala com uma sentença cuja conclusão indica o resultado apresentado pelo estudo para a realização desse mesmo projeto como “a verdade”. No entanto, essa foi a deixa para um dos diálogos mais desconcertantes vivenciados na dinâmica deste trabalho.*

*O silêncio posterior a essa conclusão foi quebrado pela seguinte indagação: você acredita nesse resultado como a única resposta ao problema apresentado? A pergunta inusitada fez com que o engenheiro, que sentava no banco da frente, se voltasse para a nossa direção com uma expressão de quem não entendia a pergunta. A surpresa do questionamento foi interrompida por uma parada em um posto de gasolina na beira da estrada para o cafezinho. O tempo daquele café o colocou diante de um embaraço que talvez pudesse ser comparado aos maiores desafios aritméticos em seus anos de formação acadêmica. Posto que, até então, seria óbvio acreditar no resultado de um estudo científico.*

*Ao retornarmos para o carro, o engenheiro nitidamente incomodado, retoma o assunto dizendo acreditar nos instrumentos da engenharia e no resultado de seus estudos, mas por vezes não aceita o uso que se faz deles.*

*A princípio a resposta parecia interessante na medida em que apresentava uma possibilidade de entender aquele saber apenas como um instrumento de transformação da realidade e não como a verdade absoluta. Mas o diálogo podia ir além e a pergunta queria mais.*

*O que se pretende ao colocar em análise uma determinada ciência? Como questionar um saber considerado científico sem que isso seja encarado como um insulto? E quando se trata especialmente daquelas conhecidas como as ciências da natureza? Fomos criados em um contexto no qual esses saberes ditam a verdade sobre o mundo em que vivemos. Tornamo-nos, assim, meros reprodutores de determinadas formas de pensar. E as aceitamos acriticamente sem questionar.*

*O incômodo com relação aos critérios utilizados para a decisão de uma intervenção estatal para a realização de um projeto como aquele permeia a resposta para os questionamentos anteriores, bem como, não encarar as coisas de forma natural também.*

*O referido projeto não trata unicamente da execução de uma obra de recuperação da calha de um rio. A intervenção em apreço propõe uma reconfiguração da geografia local, tanto física quanto social. Neste sentido, falamos de uma intervenção estatal que tem efeitos diretos na vida de toda uma população e não apenas em um cenário físico.*

*Não se trata aqui de negligenciar uma determinada forma de ocupação do espaço público. Mas exatamente colocá-la em análise na medida em que essa ocupação é fruto de um processo histórico que, em certa medida, tem como co-responsável o próprio Estado.*

*Desta forma, quando se pensa sobre os critérios utilizados para a elaboração desse projeto, pretende-se questionar certa hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos de poder sobre um território e sobre determinada população. Como não levar em consideração as consequências sociais dessa intervenção na própria elaboração do projeto e não apenas em sua execução? Questionamento esse que se apresentou como algo importante, porém novo segundo a fala do engenheiro. Ruir a dicotomia entre ciências exatas e ciências humanas apresentava-se como uma possibilidade assustadora.*

*Segue o engenheiro afirmando que, de qualquer forma, um projeto como aquele pretende fazer o “bem” para a população. O diálogo coloca em xeque o que é o “bem” e questiona que, a depender dos elementos avaliados para efetivar a realização de um projeto como aquele, talvez o que se entenda por “bem”, ou como o “melhor” para a população, seja a não realização do mesmo. A conversa termina quando o engenheiro intervém dizendo: “você está me fazendo pensar demais!”. A viagem continua, mas a sensação é de que a serra está cada vez mais distante.*

## **O mito da cientificidade**

Esse episódio relatado a partir do diário de campo revela um dos vetores mais marcantes com relação a minha participação no projeto Rios da Serra, qual seja, a produção de determinados saberes acerca das chuvas na serra e seus efeitos de poder sobre a população afetada. Em uma das conferências que ocorreram na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, entre 21 e 25 de maio de 1973, Foucault afirma que o conhecimento foi inventado, ou seja, que não está em absoluto inscrito na natureza humana ou, de maneira mais precisa, por mais paradoxal que seja, que o conhecimento não tem origem.

Para Foucault (2005, p. 17), “é a luta, o combate, o resultado do combate e conseqüentemente o risco e o acaso que vão dar lugar ao conhecimento”. No entanto, a arbitrariedade do risco e do acaso no contexto da sociedade em que vivemos é perturbadora. Tanto que há um esforço enorme no sentido de exterminar o acaso para

controlar o futuro, pois se acredita que seria possível fechar a porta ao imprevisível para comandar o destino humano e do mundo em geral, restringindo as muitas possibilidades contidas no presente.

Assim, em que sentido se pode afirmar que hoje esse acaso/risco seria ainda mais desconfortável do que em outras épocas? Vivemos pautados pela crença de que deve ser possível prever, calcular, inclusive evitar, certos eventos outrora considerados incontroláveis.

A gestão contemporânea de todos os riscos ocorre em nome da otimização dos benefícios, sempre medidos em termos econômicos e, portanto, quantificáveis. Desta forma, a gestão dos riscos vai se tornando o mecanismo pelo qual se exerce o controle social no qual a ciência é o principal elemento de produção de normas e responsável por administrar os perigos em relação à vida.

Certa vertente da comunidade científica contemporânea parece querer eliminar do mundo uma de suas características constitutivas: a imprevisibilidade. Como lidamos hoje com essa imprevisibilidade? Ou como pergunta Foucault (2008, p. 25), “o que se deve fazer para enfrentar antecipadamente o que não se conhece com exatidão?”. Atualmente vivemos imersos em uma cultura na qual sonhamos resolver tecnicamente todos os conflitos e almejamos manter tudo sob o controle da tecnologia e da ciência. Neste contexto, segundo Moraes e Nascimento (2002),

a função dos especialistas, ou dos *experts*, e da ciência é fundamental. Dessa maneira, a expectativa que criamos do futuro também está calcada no futuro que antecipamos. Assim, se uma certa antecipação do futuro nos indica algum risco para aquilo que não planejamos como o que deveria ser nosso futuro, devemos modificar aquilo que fazemos no presente para esperar que, no futuro, nosso presente seja melhor do que seria se não mudássemos nossos hábitos agora (p. 100).

Neste cenário vigora aquilo que alguns denominam como “mito da cientificidade”, no qual se a tecnologia e a ciência não cumprem suas promessas, o mito cientificista nos consola afirmando se tratar de ineficácia circunstancial. Há, ou deveria haver, soluções técnicas para todos os nossos problemas, inclusive para aqueles que ainda não se manifestaram, embora já latejem no imenso campo de virtualidades. Pensamos nesses problemas como sendo falhas, erros, desajustes técnicos que requerem um tipo de intervenção e uma correção que seriam igualmente “técnicas”.

Hoje em dia, sob a inspiração desse mito cientificista, almejamos sempre a existência de uma pílula, de uma tecla, de um aparelho, de um serviço, um programa ou um projeto com a capacidade de nos salvar seja lá do que for: uma catástrofe ou qualquer outro incômodo que possa desestabilizar a zona de conforto de nossas vidas.

Nesta direção podemos analisar o contexto de criação do Projeto Rios da Serra e relacioná-lo com a maneira como o Estado o apresentou à população que ainda se encontrava desorientada com os efeitos de uma tragédia. Atribui-se como uma das principais causas para o evento do dia 12 de janeiro de 2011, o interrompimento do escoamento das águas de alguns rios da região serrana, o que ocasionou o transbordamento em diferentes pontos de seus cursos. Assim, a intervenção proposta pelo referido projeto prometia uma série de ações cujo objetivo principal seria a prevenção de enchentes, prática política apresentada como “inevitável”, sugerindo “segurança e proteção” àqueles que se encontravam “em risco” pela possibilidade de novas inundações. Contudo, a história nos mostra que as enchentes fazem parte do cotidiano do município desde a sua fundação.

### **Enchentes, cotidiano e história<sup>41</sup>**

A vila de Nova Friburgo foi criada em 1820, para servir de base administrativa para a primeira experiência de núcleos coloniais no Brasil, utilizando a mão de obra livre, em um país que tinha até então o seu modo de produção e sua economia baseada no trabalho escravo. Essa primeira experiência com colonos foi feita com suíços, prevalecendo entre eles os colonos de Fribourg, daí a origem do nome do município. Nova Friburgo desenvolveu-se às margens do rio São João das Bengalas, formado pela confluência dos rios Cônego e Santo Antonio que se lança no Rio Grande e deságua no Paraíba do Sul. O córrego D’antas é um afluente que deságua na montante do Bengalas.

Em 1820, devido às incessantes chuvas de verão, a primeira colheita dos colonos suíços recém instalados foi um fracasso. Os suíços abandonaram suas terras e retornaram para a vila. Com as chuvas incessantes, Nova Friburgo apresentava aos colonos um aspecto desolador. O Rio Bengalas transbordara, as pontes que não foram arrastadas ficaram danificadas e as árvores plantadas nas calçadas foram arrancadas. A enchente atingiu igualmente as casas da vila e os riachos tornaram-se torrentes que

---

<sup>41</sup> As informações históricas deste tópico são fruto do trabalho da historiadora Maria Janaína Botelho Corrêa que resultou no livro “Histórias e Memória de Nova Friburgo” publicado em 2011.

devastavam os jardins, derrubando as cercas. Durante alguns dias, as precárias vias públicas ficaram fechadas para o trânsito. Sob as chuvas intermitentes, Nova Friburgo “não parecia uma vila, mas um alagado”, conforme pode ser observado com um relato de uma enchente ocorrida no início do século XIX, na ocasião do estabelecimento dos colonos suíços em Nova Friburgo.

O início da estação das chuvas será determinante. Em novembro chove. O mau tempo impedirá os colonos de continuarem os trabalhos. As obras da estrada central também ficam paralisadas. Em dezembro, as mesmas condições atmosféricas. Durante esse tempo, observador Porcelet anota: ‘Chegou a notícia inesperada e mais desoladora ainda de que, em várias fazendas dos colonos cuja primeira vegetação tinha oferecido brilhantes esperanças, viam-se a cada dia definharem e morrer as colheitas’. E as chuvas contínuas provocam a catástrofe. As sementes brotaram, mas não haverá colheita. É o fim das esperanças de outubro. A primeira safra será um fracasso.(...) Agora, veem fracassar sua primeira experiência como agricultores. Desanimados, abandonam as fazendas e voltam para a vila. Mas, com as chuvas, Nova Friburgo apresenta aos colonos um aspecto desolador. A construção do quartel de polícia e do mercado está parada. O Rio Bengala transbordou, as pontes que não foram arrastadas ficaram danificadas. A enchente atingiu as casas. Uma delas, de pedra, que os colonos estavam construindo, desmoronou. As árvores plantadas nas calçadas foram arrancadas. Os riachos tornaram-se torrentes que devastam os jardins. Derrubadas, as cercas são pisoteadas pelos bois, vacas ou porcos. Tudo está inundado. Durante alguns dias, as vias públicas ficam fechadas. Sob as chuvas incessantes e pesadas do verão brasileiro, Nova Friburgo não parece mais uma vila, mas um alagado. Um ano após a chegada, apresenta de novo uma paisagem desoladora. O progresso estancou. Parece que tudo tem de recomeçar (Martin, 1996 *apud* Corrêa, 2011, p. 56 e 57).

Esse relato atesta que as enchentes na bacia hidrográfica do município começaram a fazer parte da história de Nova Friburgo desde a sua fundação, fazendo alguns friburguenses oitocentistas se referirem a este período como o “tempo das grandes enchentes”. Há registro de que choveu em Nova Friburgo ininterruptamente durante três meses consecutivos nessa época. Nova Friburgo possui extensa mata atlântica e daí o grande nível pluvial. Sempre foi uma constante na estação das chuvas as enchentes inundarem as imediações dos principais rios de sua bacia, entrando nas casas, destruindo pontes e os precários caminhos. Dificultava, deste modo, o trabalho dos tropeiros causando-lhes perda de cargas e até de animais. Além das perdas materiais



o maior problema das enchentes era o que se entendia como comprometimento da salubridade. Com as chuvas intensas formavam-se pântanos e acreditava-se que as febres eram atribuídas aos focos de miasmas produzidos pelos pântanos. Os miasmas eram a obsessão dos médicos higienistas oitocentistas. Acreditava-se que dos pântanos e manguezais emanavam seres não visíveis a olho nu, os miasmas venenosos, que aspirados pela boca ou nariz, causavam as febres palustres. Segundo a ciência médica da época, as “febres dos pântanos” ou “febres palúdicas” eram provocadas pelos miasmas deletérios que se desprendiam das águas estagnadas.

Logo, o assoreamento de águas estagnadas era uma preocupação constante da Câmara Municipal que se ocupava em aterrar os pântanos. Em consequência das chuvas, as ruas da vila foram niveladas e aterradas para evitar a formação de pântanos, brejos e alagadiços, pois a estagnação das águas poderia resultar no aparecimento de epidemias. Foram as enchentes que provocaram a mudança do cemitério da vila para a parte mais alta da cidade. O cemitério era exatamente onde hoje se encontra o prédio da maçonaria, na Rua Sete de Setembro, e foi deslocado para onde se localiza atualmente, no bairro do Cordoeira. No antigo cemitério, depois que as águas baixavam, os corpos ficavam insepultos devido à força das águas e provocavam constrangimento entre a população. E o pior, poderia provocar doenças.

Mesmo com as enchentes periódicas na estação das chuvas, provocando danos materiais, a vila se desenvolveu no entorno do Rio Bengalas onde foi estabelecido o comércio, muitas residências, as praças, enfim toda a atividade urbana se fixou nas proximidades do rio. A Câmara Municipal concedia terrenos que pertencia a particulares, estimulando a construção na vila. A maior parte desses terrenos estavam localizados onde hoje é o centro da cidade. Os beneficiários que recebiam esses terrenos eram obrigados a construir em determinado prazo, pagando em contrapartida anualmente um foro aos cofres públicos.

Já em 1849, o Código de Postura previa que em caso de inundação, a Câmara Municipal poderia solicitar a colaboração da população com as situações de transbordamento do rio. Caso não houvesse colaboração, punia-se o cidadão com pena de multa e até mesmo prisão. Quando havia inundação do Rio Bengalas na vila, fazia-se o “sinal de rebate e chamada”, e cada vizinho do quarteirão era obrigado a acudir, com todas as “pessoas úteis” de sua família, os que haviam sofrido algum dano. Ainda no caso de inundação, estando as ruas às escuras, deveriam todas as casas vizinhas se iluminarem desde o ponto destinado a socorrer. Igualmente, toda pessoa que possuísse

máquinas e instrumentos úteis para os socorros de inundação, tais como bombas d'água, barris, tinas, baldes, barcos, carroças, escadas, machados, serras, cordas, correntes e couros ou outros quaisquer objetos de préstimo, seria obrigado a concorrer com os mesmos, colocando-os na ocasião da inundação, à disposição das autoridades presentes, com direito a indenização por qualquer dano ou prejuízo que neles viesse a sofrer.

Deste modo, podemos observar que o problema das enchentes não tem como marco inicial as tragédias ocorridas nos últimos anos. No decorrer do século passado, as enchentes fizeram parte do cotidiano da cidade. Já na primeira metade do século XX, a vasta quantidade de imagens fotográficas sobre as enchentes em Nova Friburgo falam por si. Conforme verificamos nas imagens<sup>42</sup> abaixo, as enchentes causavam transtornos à população desde sua fundação.



**Figura 1.1 - Praça Getúlio Vargas na enchente de 1920.**

---

<sup>42</sup> Imagens do Centro de Documentação D. João VI.



**Figura 1.2 - Praça Demerval Barbosa Moreira na enchente de 1938.**



**Figura 1.3 - Visão da Avenida Galdino do Vale na enchente de 1940.**

## **Quando o transbordamento habitual torna-se “arriscado”**

Trazer uma perspectiva histórica das enchentes não foi apenas para dizer que elas sempre aconteceram, muito menos para apresentar um posicionamento conformista de que sempre foi assim. Trata-se tão somente de afirmar que elas fazem parte do cotidiano da cidade e, neste sentido, que a população tem algo a dizer sobre esse fenômeno. Contudo, o projeto de prevenção das enchentes apresentado pelo INEA, pautou-se por uma série de etapas que foram orientadas apenas pelo resultado dos estudos realizados em laboratório pela equipe de engenheiros que diziam ser especialistas em hidrologia, sustentados pela ideia de que estariam reproduzindo naquele espaço as “condições naturais”.

Trata-se de uma hierarquia histórica entre os saberes em que as chamadas “ciências duras”, que se sustentam por “conteúdos do conhecimento histórico metódico, erudito, exato, técnico” (Foucault, 2010, p. 9), ditam um modelo, um método padrão de se produzir conhecimento, desqualificando outros. Contudo os laboratórios não são reinos de imparcialidade, controle e desinteresses. Quando se atende a uma encomenda feita aos estudiosos, de se criar um projeto de “recuperação de uma bacia hidrográfica”, o que atravessa o resultado deste estudo é também, e sobretudo, uma série de interesses econômicos e políticos. Segundo Scheinvar (2009, p. 39), “o campo no qual a formulação política do governo em favor do Estado burguês se faz explícita é o das políticas públicas, o campo das práticas”. Contudo indaga-nos Veyne (1982) de onde vem cada prática com seus contornos inimitáveis. Para este autor, as diferentes práticas que vão engendrando no mundo objetos diversos vêm “das mudanças históricas, muito simplesmente, das mil transformações da realidade histórica, isto é, do resto da história, como todas as coisas” (p. 251).

O resultado do estudo realizado pelos engenheiros responsáveis pelo projeto apontava para o fato de que o transbordamento habitual do rio Córrego D’antas colocaria, em um período estimado de tempo, uma série de famílias em risco. Para alcançar este resultado, os “cientistas” articularam determinados dados e o que ocorreu foram algumas combinações que apresentaram um fato como necessário<sup>43</sup>, qual seja, a

---

<sup>43</sup> Despret (2012) problematiza a ideia de necessidade produzida em um estudo científico realizado com ratos, no qual, esses “fiéis servidores da ciência” se tornaram infanticidas por meio de um trabalho de fabricação das condições necessárias para tal. A autora revela que a emergência do comportamento infanticida se deu por meio de condições ativamente criadas pelos próprios pesquisadores, ou seja, o

retirada das famílias pobres que se encontravam residindo em “áreas de risco iminente de inundação”. Que mundos se criam com determinadas articulações? Quais os efeitos dessas articulações e de algumas alianças? No contexto apresentado, foi a aliança de determinados saberes hegemônicos com interesses do Capital que produziram a “necessidade” dessas intervenções. Para Guattari e Rolnik (2008), esta se trata de uma produção que ocorre pelo que chamam de subjetivação capitalística, sendo este um processo que se dá através de “sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtivas, as grandes máquinas de controle social e as instâncias psíquicas que definem a maneira de perceber o mundo” (2008, p. 35).

Deste modo, o que se põe aqui em análise são os efeitos e as formas de poder que exercem esses saberes, cujo valor de verdade, para além das instâncias de produção científica e validação epistemológica, não é um dado *a priori* apenas pela condição de ser científico, mas por sua habilidade em produzir subjetividades. De acordo com Scheinvar (2009), “a produção de subjetividades refere relações entendidas como produções em redes de conexões produtoras das diferentes perspectivas que nortearão a prática dos sujeitos; diferentes formas de pensar, de desejar, de agir” (p. 32), fundamentais para se instituir determinados “modos de vida”.

Ou seja, esses estudos criaram uma “necessidade” produzida a partir da combinação de alguns dispositivos que foram relacionados em laboratório e, deste modo, a necessidade de se realocar pessoas que residem em áreas apresentadas como de risco de inundação, direcionou uma série de intervenções justificadas por este argumento, produzindo entre outras coisas “as pessoas em situação de risco”. Entretanto, segundo Duarte (2010),

ali onde nossa consciência moderna nos levaria a louvar o caráter humanitário de intervenções políticas visando a incentivar, proteger, estimular e administrar o regime vital da população, ali também Foucault descobriu a contrapartida sangrenta, o “reverso” dessa nova obsessão das políticas estatais pelo cuidado purificador da vida (p. 226).

Nesta direção, podemos observar que o projeto “Rios da Serra” sugeriu duas intervenções que se diziam complementares, consolidando a dupla face do que Foucault denomina de biopolítica. De um lado, o resultado dos estudos das chamadas ciências da

---

infanticídio tornou-se um comportamento espontâneo, “natural”, onde sem dúvida se oculta que a natureza foi laboriosamente fabricada para estes objetivos.

natureza, ditavam as diretrizes da intervenção proposta para a realização de uma obra que se dizia preventiva, e de outro, uma ideia nebulosa de “trabalho social” era convocada para o cumprimento de uma série de ações que tinham como objetivo principal a “limpeza” da área para sua execução. Apesar de parecerem duas intervenções diferentes, ambas funcionavam com a mesma lógica de controle biopolítico atendendo a interesses econômicos.

Vimos deste modo se instituir uma intervenção higienista de controle biopolítico sustentada por argumentos “técnicos” que se dizem neutros e científicos. Configura-se uma racionalidade biopolítica e sua paradoxal forma de funcionamento, a qual, para produzir e incentivar de maneira administrada a vida de um dado corpo populacional, pode vir a promover o extermínio, seja por genocídio ou mesmo por exclusão, de uma população considerada perigosa, de risco ou em risco. Neste sentido, para Foucault (2010a) não existe nenhuma contradição entre o poder de administração da vida e o poder de matar tantos quantos forem necessários para garantir as melhores condições vitais possíveis.

Grande parte das casas construídas às margens do Rio Córrego D’antas não eram legalizadas em cartório, ou seja, não tinham o Registro Geral de Imóveis - RGI<sup>44</sup>. Esses trâmites legais são bastante custosos, o que acaba levando a grande maioria da população a não fazê-lo, muitas vezes por falta de recursos financeiros, outras por puro desconhecimento a respeito de seus procedimentos. Contudo, apesar da justificativa para a realocação não ser jurídica, a orientação estatal era que se utilizasse este argumento como forma de pressionar a população para a negociação de suas “benfeitorias”, inculcando-lhes a responsabilidade pela situação “irregular” em que se encontravam. Para Forrester (1997 apud Coimbra, 2001),

estes são os primeiros a se considerar incompatíveis com a sociedade da qual eles são os produtos mais naturais. São levados a se considerar indignos dela, e, sobretudo responsáveis pela sua própria situação (...). Julgam-se com o olhar daqueles que os julgam, olhar esse que adotam, que os vê: como culpados, e que os faz, em seguida, perguntar que incapacidade, que aptidão para o fracasso, que erros puderam levá-los a essa situação (p. XXX). (p. XXX).

---

<sup>44</sup> O Registro Geral de Imóveis é o ato cartorial que declara quem é o proprietário formal e legal do imóvel, e ainda se a propriedade deste bem está sendo transmitida de uma pessoa para outra.

Nesta direção, a partir dos estudos de Foucault, Duarte (2010) ressalta que “na ‘era do biopoder’ não há Estado que não se valha de formas amplas e variadas de racismo como justificativa para exercer seu direito de matar em nome da preservação, intensificação e purificação da vida da população” (p. 232), entendendo que o racismo hoje não possui apenas um viés natural, mas também um viés cultural e econômico.

Contudo, Foucault (2010) aponta que, a partir do século XIX, ocorreu uma transformação no modo próprio do racismo, que deixa de ser somente o ódio entre raças ou expressão de preconceitos religiosos, econômicos e sociais para se transformar em doutrina política estatal, isto é, em “instrumento de justificação e implementação da ação mortífera dos Estados” (Duarte, 2010, p. 228). Entretanto, assim como Foucault (2010), não entendo que tirar a vida seja “simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor a morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc” (p. 216).

Foucault (2010) afirma que tanto os estados totalitários quanto os estados democráticos liberais valeram-se e ainda se valem da mesma prerrogativa soberana do biopoder para legitimar, em nome da proteção da vida, seu paradoxal abandono, exclusão e até mesmo exposição à morte. Este autor nos adverte, deste modo, que o extermínio ou a morte política por exclusão podem conviver com formas discretas e tecnológicas de controles biopolíticos, afirmando que “a função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo” (p. 215).

Assim, a elaboração dos conceitos de biopoder e biopolítica se concretizou quando Foucault verificou o aparecimento ao longo do século XVIII e, principalmente, na virada do século XIX, de um poder que não se contentava com a aplicação de disciplinas e normas sobre corpos individualizados cultivados em instituições sociais. O biopoder surge como uma tecnologia de poder, diz Foucault, que “não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia” (Idem, p. 203).

A disciplinarização e a normalização passaram, nesse período, a serem tarefas associadas à figura do Estado, sendo exercidas sob o título de política estatal que planejava a administração da vida e do corpo da população. As figuras do Estado e do

poder soberano tornaram-se então decisivas na mecânica do biopoder, pois compete especialmente ao Estado ser a instância focal de gestão das políticas ditas públicas relativas à vida da população.

O cuidado para com a vida de uns traz consigo, de forma necessária, a exigência da morte em massa de outros, fenômeno que ocorre por meio de mecanismos intencionais de morte, sejam eles dissimulados como no caso das práticas implementadas por um racismo de Estado ou manifestos como no caso de sistemas de eliminação generalizada praticados por regimes como o Nazismo por exemplo. A conquista de meios de sobrevivência de um corpo populacional depende da aplicação racionalizada de uma violência que elimina os indivíduos que se tornaram perigosos para o equilíbrio da vida social. E, por mais paradoxal que pareça um “racismo de Estado”, Foucault (2010a) revela que a racionalidade constituinte da nossa sociedade “vai exercer sobre ela mesma, sobre os seus próprios elementos, sobre os seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será uma das dimensões fundamentais da normalização social” (p. 52-53).

O caráter ambivalente do que se denomina trabalho social aponta que, ao mesmo tempo em que as “ações sociais” dizem complementar o projeto para a realização da obra, estas acabam sendo peças-chave para que a intervenção no cenário físico ocorra, pois se o trabalho de realocação das famílias não for concluído, em alguns trechos a obra também não o será. A questão biopolítica é atravessada por interesses econômicos grandiosos, pois a conclusão da obra garantiria o recebimento de quantias enormes de dinheiro público pelas empresas. Sentar à mesa de reuniões, rodeado de empreiteiros, tornou-se uma rotina constrangedora, visto que a exigência de resultados forçava uma abordagem à população completamente arbitrária, afastando-nos de qualquer possibilidade de acolhimento de suas demandas.

A pressão para a conclusão da obra era repassada entre os atores envolvidos neste projeto, formando um círculo de transferência de responsabilidades que tinha como principal efeito uma atitude perversa de “convencimento” para que a população saísse de seus locais de origem em regime de urgência.

Os gestores tinham interesse em concluir “seus feitos” para que os mesmos fossem usados como vitrine de seus mandatos e pressionavam os empreiteiros para tal. Os empreiteiros, por sua vez, maiores interessados na realização do projeto, pressionavam do outro lado, pois a conclusão dessas obras significava a transferência do dinheiro público para a conta das grandes empresas. Entretanto, caso não conseguissem



garantir todo o aparato para a realização das obras no tempo prometido, utilizavam como álibi a demora na negociação e reparação econômica das “benfeitorias”, que era uma atribuição do próprio Estado.

Diante deste cenário, tanto os gestores, quanto os empreiteiros, pressionavam os responsáveis<sup>45</sup> pelo dito trabalho social para que a demolição das casas fosse agilizada. Agilizar a demolição das casas significava atropelar uma série de procedimentos, o que muitas vezes gerava um efeito de ansiedade devastador. Não foram poucos os casos de moradores que apresentaram quadro clínico de saúde grave no decorrer das negociações, sendo um dos mais emblemáticos o senhor que teve um AVC (Acidente Vascular Cerebral) logo após um atendimento para a negociação. Voltou ao “canteiro social”<sup>46</sup> no mês seguinte com um lado do corpo paralisado (uma das sequelas deste quadro de saúde) para a continuidade do processo.

Quase todos que compareciam ao “canteiro social” para negociar uma “benfeitoria”, ainda sofriam pelas perdas irreparáveis ocorridas na tragédia. Outra situação emblemática foi o caso do senhor que aceitou sem qualquer questionamento o valor do que estava estabelecido no decreto para a reparação econômica do que chamavam de “perda total”<sup>47</sup>. O mesmo dizia não ver sentido algum naquele valor, pois havia perdido a esposa, três filhos, a sogra, o sogro, o cachorro e todo o resto material, casa, fotos, objetos pessoais, documentos, etc. Contudo, esta dimensão não era sequer pensada na “mesa de negociação”, pois a retórica só abria espaço para debater sobre o valor do tijolo, do azulejo, da madeira, e não sobre o rumo de suas vidas a partir de então.

Neste sentido, o que mais importava era a execução da obra, e não a maneira como o Estado se propunha a realizá-la. O exercício de poder se deu pela imposição de um projeto apresentado como necessário, em que a proteção à vida foi o ponto

---

<sup>45</sup> Existia uma equipe governamental que dizia coordenar o trabalho das empresas contratadas para realizar todas as etapas necessárias para a reparação econômica das benfeitorias apontadas para a realocação. Essas empresas se diziam especializadas em cadastramento, vistoria e avaliação de imóveis, mas geralmente a negociação era realizada pela equipe do próprio Estado. Neste caso, apesar da pouca experiência em negociação da empresa contratada, ela também realizou esta etapa do processo.

<sup>46</sup> Canteiro social é o nome dado ao local de trabalho da equipe de campo, onde diziam realizar as negociações com os moradores. As empreiteiras alugavam espaços que comportassem a estrutura de um canteiro de obras, com todo o aparato necessário para tal, e disponibilizavam containers para o atendimento à população. O canteiro social, apesar da proximidade com o canteiro de obras, tinha sua área bem demarcada e separada para que a população não tivesse acesso aos engenheiros responsáveis.

<sup>47</sup> Eram consideradas “perdas totais” as situações em que a enxurrada havia levado absolutamente tudo, ou que os deslizamentos de terra haviam soterrado completamente a “benfeitoria”, impedindo desta forma a vistoria e avaliação do imóvel. Nestes casos, o decreto que previa as reparações econômicas, estabeleceu um valor único para aqueles que conseguissem comprovar que havia uma “benfeitoria” no local indicado.

tangencial e objeto de inflexão no qual essa política estatal foi supostamente direcionada. Contudo, Foucault (2010) ressalta que

o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no ‘como’ da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, é evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder (p. 208).

Todavia, Foucault (1979) insistiu na análise de que o poder não se localiza no aparelho de Estado, advertindo-nos que “nada mudará na sociedade se os mecanismos de poder que funcionam fora, abaixo, ao lado dos aparelhos de Estado a um nível muito mais elementar, quotidiano, não forem modificados” (p. 149-150). Ou seja, Foucault se interessava no “como” do exercício propriamente dito da biopolítica,

levando em conta o Estado como vetor de aplicação de políticas saneadoras perpassadas por estratégias de dominação de caráter normalizador, sem que, no entanto, devêssemos reconduzir toda a micromecânica dos poderes normalizadores à figura exclusiva do Estado (Duarte, 2010, p. 224)

É interessante observar neste sentido, os atores, os mecanismos e dispositivos então, que põem em funcionamento determinada racionalidade das práticas de controle, vigilância e intervenção governamental sobre os fenômenos populacionais e que sustentam a máquina do que chamamos de Estado, além dos movimentos que o próprio Estado produz nos mecanismos e nos dispositivos que nele e por ele são acionados. Neste sentido, o poder será pensado como plural e relacional, exercendo-se em múltiplas práticas, sujeitas a transformações no interior de instituições sociais determinadas. O poder se dá em um conjunto de práticas e relações sociais constituídas historicamente, “que atuam por meio de dispositivos estratégicos dos quais ninguém escapa, pois não há região da vida social que esteja isenta de seus mecanismos” (Duarte, 2010, p. 212). Embasado nos estudos de Foucault, Duarte (2010) afirma que

tais considerações punham em questão as concepções jurídico-políticas do poder como instância unificada na figura do Estado, e do poder como sendo exercido apenas no sentido vertical, de

cima para baixo, por meio da repressão e de estatutos legais que impõem aos cidadãos o “não” das proibições e interdições (p. 212-213)

Em vez de assumir o Estado como instituição dada e já desde sempre conhecida em suas funções e características próprias, as quais seriam, supostamente, sempre as mesmas, Foucault procurou compreender a governamentalidade como o princípio geral de orientação das práticas de governo relativas aos fenômenos da população, tal como elas se mostravam produtivas a partir da operação capilar e discreta do próprio governo. Para Foucault (2008), a governamentalidade se constitui pelo conjunto das “instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população” (p. 144), e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Segundo Scheinvar (2009),

Estudar a governabilidade é, portanto, entranhar-se pelos aparelhos de governo, pelos agentes que este produz, assim como pela racionalidade assumida como científica e verdadeira, desqualificando, submetendo, dominando qualquer outra forma de saber que desvie a população do controle exercido pelo poder dominante. Em outros termos, pode-se dizer que novos fios, desconstruindo velhas redes, tecem as tramas da denominada ‘sociedade moderna’, que tem como um de seus fundamentos a inovação de formas de institucionalizar a gestão política e na qual, ao mesmo tempo equipamentos adequados aos tempos modernos emergem, especialistas formam-se para instrumentalizar o novo ideal: o rigor técnico. A dominação produz outras sujeições no corpo social que, no entanto, tendem a passar despercebidas quando fetiches roubam a cena para ancorar poderes pretensamente herméticos aos processos sociais que reivindicam transformações concretas (p. 41).

Foi por meio da noção de governamentalidade, entendida justamente como princípio geral de orientação das práticas e mecanismos de intervenção estatal sobre a população, que Foucault pôde escapar da figura onisciente do Estado ao ressitua-lo no interior de uma nova tecnologia de exercício do poder. A tese de Foucault acerca da governamentalidade permitiu-lhe nomear esse “como” do exercício da biopolítica, pensando desta forma no

exercício cotidiano dos controles, coerções, regulamentações e gestões dos problemas políticos da população para além da

conhecida figura conceitual da fria máquina do Estado centralizado, cujo poder consiste na sua capacidade de se assenhorar da totalidade do corpo social, impondo-lhe a lei, a ordem e a repressão (Duarte, 2010, p. 255).

Nesta direção pretendo fazer um recorte no qual se faz necessário colocar em análise a minha própria prática enquanto “especialista”, ao situá-la como um dos instrumentos dessa conduta dos homens pela qual se deu a intervenção estatal sobre a população residente às margens do Rio Córrego D’antas. Para isso, é importante problematizar a própria noção de especialista entendendo-a como um mecanismo de exercício de poder que atua na produção de verdades e organização de realidades.

### **“Os amoladores de facas”<sup>48</sup>**

Coimbra (2001) revela que a emergência dos chamados especialismos técnico-científicos dá-se em meados do século XIX e que cada vez mais esses peritos são percebidos como iluminados e seus discursos/práticas como verdadeiros. Esses discursos/práticas dos “especialistas” geram o sentimento individual e coletivo de incompetência, tornando-os uma poderosa arma de dominação, “pois serão eles, em última instância, que dirão a todos nós como ver, tocar, sentir, falar, ouvir, escrever, ler, pensar e viver” (p. 47). A produção desse sentimento de incompetência é reforçada por esse saber que chega à população como algo totalmente fora do seu alcance. Neste contexto, ganham ainda mais força os discursos ditos ‘científicos’ e ‘neutros’ produzindo em nossa sociedade ‘verdades’ que operam efeitos poderosos.

Um dos dispositivos encontrados pelo Estado como estratégia de convencimento da população para que saíssem de suas casas foi a realização de reuniões com as lideranças comunitárias. Buscou-se o contato daqueles que exerciam algum tipo de influência sobre a população, presidentes de associações de moradores, líderes religiosos, etc, para a realização dessas reuniões nas quais se explicaria os critérios “técnicos” que, segundo os engenheiros, justificavam a necessidade de realocação dos moradores daquela região. Reuniões estas que ocorreram de diferentes formatos, através de audiências públicas nas quais toda a população era convidada, por meio de reuniões setoriais com lideranças comunitárias dos diferentes trechos da intervenção, e por

---

<sup>48</sup> Expressão utilizada por Baptista (1999).

encontros com os membros do comitê formado para acompanhamento da obra. Contudo, em todos esses espaços eram convocados os “especialistas” para falar em nome do Estado, respaldados por um estudo científico, espaços que inicialmente foram ocupados apenas pelos integrantes da chamada equipe técnica social.

Assim que assumi o cargo e passei a cumprir as tarefas esperadas para a função que exercia, eu ainda encarava o fato da realocação como sendo uma necessidade real, pois havia assimilado aquele discurso como uma verdade para mim também. No entanto, à medida em que me apropriava do contexto de elaboração do projeto e, especialmente, dos interesses envolvidos em sua execução, minha implicação com o tema modificou-se bastante, principalmente quando a rotina colocava-me cara a cara com a população afetada. Estar à frente de determinados espaços tornava-se extremamente angustiante na medida em que cotidianamente era convocado a sustentar posicionamentos que não condiziam com a minha postura ética, especialmente nos momentos em que me percebia tomado pela “indignidade de falar pelos outros” (Foucault, 1979, p. 72).

Fora constituído neste contexto o Comitê de Acompanhamento de Obras – CAO, dispositivo previsto no Caderno de Orientação Técnica e apresentado pelo órgão fiscalizador como uma das exigências para a realização do projeto. Após as reuniões de apresentação do projeto à população, fora formado este comitê com alguns “representantes” da população que fariam o acompanhamento sistemático da execução da obra com o intuito de “fiscalizar” seu andamento, mas que efetivamente não tinham nenhum poder decisório sobre seus rumos ou de denúncia sobre qualquer irregularidade. Assim, o comitê de acompanhamento de obra tornou-se um espaço privilegiado de “captura das potências de resistência pela participação democrática” (Augusto, 2013, p. 23), pois o assento neste comitê sugeria uma falsa ideia de participação nos rumos do projeto. De acordo com Augusto (2013), vivemos hoje um redimensionamento das estratégias de administração estatal para contenção das populações em determinados territórios, pois segundo o autor estas estratégias “não respondem apenas a um problema biopolítico, mas às práticas que investem na participação democrática e em uma infinidade de programas e projetos” (p. 181), destinadas aos habitantes do que este autor chama de “campo de concentração contemporâneo”<sup>49</sup>.

---

<sup>49</sup> Baseado na noção de prática inclusiva de governo (Foucault, 2007), Augusto fala dos dispositivos que elastizam os muros da prisão e se fazem presentes nas relações estabelecidas entre as pessoas “produzindo

Éramos deste modo, convocados diariamente a sustentar uma política higienista por meio de argumentos supostamente “técnicos” que nem mesmo os responsáveis pelo projeto estavam totalmente convencidos. As contradições entre os engenheiros responsáveis desmascaravam a todo instante o caráter “necessário” daquela ação. Não é à toa que nos colocavam como linha de frente para o diálogo com a população sempre com o argumento “técnico” de que os “cientistas sociais” tinham uma maneira mais acessível de se comunicar com os moradores da região, pois conseguem falar a mesma língua. Tínhamos neste sentido, a atribuição de traduzir a verbosidade técnica em uma linguagem popular, como se a técnica estivesse separada dos atravessamentos políticos que constituíam as alianças para a realização daquele projeto.

Compor determinados dispositivos do aparato que colocava em movimento a máquina do Estado fez ruir aos poucos a crença na possibilidade de se produzir desvios em seu modo de funcionamento, pois a violência com que eram instituídas as práticas institucionais me impulsionava mais em direção a assumir a forma-Estado do que dar passagem a movimentos de criação ou de produção de bifurcações em seu interior.

Com o decorrer de algumas reuniões, os critérios apresentados para a realização do projeto foram sendo questionados de forma muito pertinente pela população, o que nos obrigou a solicitar a presença de algum engenheiro que pudesse respondê-los, como se aqueles questionamentos fossem ser resolvidos por uma explicação meramente “técnica”. Nesta direção, podemos apontar com Baptista (1999), que a “técnica” é uma competente aliada dos atos genocidas “que acontecem microscopicamente no cotidiano brasileiro” (p. 49). Genocídios que se dão não só pelo esquitejamento, mas também pela própria exclusão, pelo preconceito, pela submissão, pelo assujeitamento. Assim, o fio da faca que esquiteja, possui alguns aliados que preparam o solo para esses atos. Os amoladores dessas facas “fragmentam a violência da cotidianidade” e

podem ser encontrados em discursos, textos, modos de viver, modos de pensar que circulam entre famílias, jornalistas, prefeitos, artistas, padres, psicanalistas, etc (...) Já que invisíveis no dia-a-dia, a presença desses aliados é difícil de detectar. A ação desse discurso é microscópica, complacente e cuidadosa. Nunca dizem não, não seguem as regras dos torturadores, que reprimem e usam a dor. Ávidos por criar perguntas e respondê-las, por criar problemas e solucioná-los, defendem um humanismo que preencha o vazio de um homem fraco e sem

---

práticas de assujeitamento que as imobilizam, não por uma imposição externa, mas por um desejo voluntário e devotado em se manter na condição de assujeitados” (2013, p. 166).

força, um homem angustiado e perplexo, necessitado de tutela (Baptista, 1999, p. 46).

Ou seja, esse homem fraco e sem força não é capaz de dizer algo sobre si mesmo. O saber produzido por ele, ou os “saberes sujeitados” como se refere Foucault, são encarados como “saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos” (2010a, p. 8). Nesta direção, pergunta Foucault (1979):

que tipo de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem ‘é uma ciência’? Que sujeito falante, que sujeito de experiência ou de saber vocês querem ‘menorizar’ quando dizem: “Eu que formulo este discurso, enuncio um discurso científico e sou um cientista”? (p. 172).

Observa-se, especialmente, durante as últimas décadas, um crescente debate sobre o papel dos “especialistas”, chamando a atenção para o isolamento em que muitas disciplinas caíram e, mais ainda, como não conseguiram acompanhar a complexificação dos problemas vividos pelo homem contemporâneo. A ênfase dada ao debate acerca do episódio da região serrana deflagrou uma série de explicações a respeito das mudanças climáticas do planeta sem que isto tivesse a menor relação com o modo como vem sendo ocupado o solo ou como estão sendo planejadas as cidades por exemplo. Ou quando acontecia qualquer tentativa de se relacionar com outros elementos, estes recaiam em uma responsabilização individualizante para a situação em que se encontravam as moradias “irregulares”.

Desta forma, “como denunciar o caráter anti-natural desses especialismos ‘técnico-científicos’ que trazem como efeitos o não saber sobre o que se produz, para que se produz e que funcionamento tem essa produção?” (Coimbra, 1990, p. 14). Para podermos entender a que demandas atendem os especialistas “técnico-científicos” nas formações capitalistas, torna-se importante colocar em análise a própria ‘ciência’ e os saberes e poderes que encerram tais especialismos. Foucault (2010) revela que a ‘ciência’ não existia antes do século XVIII; sendo este século, o do

disciplinamento dos saberes, ou seja, da organização interna de cada saber como uma disciplina tendo, em seu campo próprio, a um só tempo critérios de seleção que permitem descartar o falso saber, o não saber, formas de normalização e de

homogeneização dos conteúdos, formas de hierarquização e, enfim, uma organização interna de centralização desses saberes em torno de um tipo de axiomatização de fato (p. 153).

Deste modo, para problematizar essa axiomatização, irei recorrer também à tese de Latour (2000) na qual o mesmo afirma que a ciência é uma prática híbrida que não cessa de articular e conectar atores heterogêneos, humanos e não humanos. Para o referido autor, a ciência é uma prática que “faz falar” um fenômeno. A proposta de Latour é a de tomar a ciência em ação, assumindo um olhar antropológico sobre as práticas científicas. Do ponto de vista histórico, importa seguir as controvérsias, os impasses, os pontos de bifurcação e indecisão; ou seja, aqueles pontos na história das ciências nos quais os fatos ainda não se consolidaram, nos quais as fronteiras entre o fato e a ficção estão ainda sob negociação.

Deste modo, toda ação, criação, ciência é composta de uma série de desvios em que práticas, interesses, conhecimentos de diversos campos (científico, político, econômico, etc) se afetam reciprocamente. Seguir os cursos sinuosos desses desvios nos leva a perceber que no chamado fim de cada trajetória jamais se encontrará "a ciência", "a sociedade", "a política", “o social” como domínios de fronteiras nítidas e histórias particulares, com essências próprias, mas, antes, como redes de ações coletivas.

Desta forma, podemos afirmar com Coimbra (1990) que não há saber neutro, todo saber é político e constituído por articulações. Neste sentido, toda articulação também é política; a questão é o que se pretende favorecer quando se aposta em uma articulação e não em outra. Daí a análise do saber implicar também na análise do poder, visto que não há relação de poder sem que se constitua necessariamente um campo de saber. “Da mesma forma, todo saber constitui novas relações de poder e onde se exercita o poder, ao mesmo tempo, formam-se saberes e estes, em contrapartida, asseguram o exercício de novos poderes” (Coimbra e Nascimento, 2001, p. 246).

Nesta direção podemos estabelecer com Ferreira (2006) alguns pontos em comum entre o filósofo-antropólogo das ciências Bruno Latour e o filósofo-historiador Michel Foucault. Nos dois pode-se perceber uma recusa aberta da noção de progresso do conhecimento e da abordagem dogmática dos saberes científicos, entendidos como fonte última da verdade a arbitrar as mais diversas questões.

Trata-se de uma recusa ao entendimento dos saberes a partir de um modelo epistemológico. Neste sentido, “superar esse modelo implica em pôr-se para além dos conceitos de progresso e verdade. Implica em recusar que há uma evolução no



conhecimento em direção à verdade, e de que esta se dá em oposição ao conhecimento comum” (Ferreira, 2006, p. 2).

### **Desnaturalizando os especialismos**

Deste modo, o desafio que se coloca é o de um processo de produção de conhecimento que escape das formas totalizantes,

aliando-se a um paradigma ético-estético-político. Ético no que se refere ao desejo pela diferença, estético por se agenciar no sentido da criação de novos processos de subjetivação e político por estar necessariamente implicado, assumindo compromissos e riscos (Barros *et al*, 1996, p. 181).

Há então uma convocação para a experimentação e criação, de modo que possamos nos deslocar dos fazeres já conhecidos. Para isso, há que afirmar “o gosto pelo risco, pela invenção que nos convoca em nossas regiões de promessa e dúvida, que nos torna insatisfeitos e inquietos com as respostas tranquilizadoras e universalizantes que ‘explicam’ e ‘compreendem’” (Barros *et al*, 1996, p. 184). Não que essas respostas, ou melhor, “que essas teorias envolventes e globais não tenham fornecido e não forneçam ainda, de uma maneira bastante constante, instrumentos localmente utilizáveis” (Foucault, 2010, p. 7), mas quando se questiona alguns modos de produção de conhecimento, o que se pretende é chamar a atenção para a ativação dos saberes locais “contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos de poder intrínsecos” (Idem, p. 11).

Este filósofo sustentou sua crítica ao papel do intelectual como “representante do universal”, como “consciência de todos” em defesa do intelectual que se engaja em lutas pontuais, chamado por ele de “intelectual específico” (1979, p. 8), tratando-se deste modo do

projeto de uma inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para dessujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico (Foucault, 2010, p. 11).

Essa luta se constitui na utilização de fragmentos de teorias, fazendo por vezes empréstimos de modo que se possam estabelecer parentescos entre campos de conhecimento diversos. Para tal, é necessário refazer as fronteiras, ou seja, ruir a

dicotomia entre ciências exatas, ciências duras, ciências da natureza e ciências humanas e sociais, pois de acordo com essa linha de pensamento não existe “a natureza”, nem “o social”, o que existem são composições sempre provisórias. Entretanto, quem autorizaria esses empréstimos ou esses parentescos, indaga-nos Barros *et al* (1996)? “Não importa, pois nos preocupa menos a coerência interna do discurso e mais os efeitos que estes produzirão no campo das práticas” (p. 183).

Neste sentido, é preciso combater os binarismos que constituem o pensamento presente no Ocidente, tal como a divisão entre natureza e cultura e, por decorrência, o dualismo dos modos de investigação das ciências físicas e sociais, que sustentam uma divisão entre “objetos” humanos e não-humanos. Contudo,

não se trata de mumificar as teorias, mas justamente de abri-las a outras conexões onde o critério não será a verdade, a fidedignidade à fonte, a proximidade com a origem, mas sim o modo como elas estão sendo utilizadas, a que estão servindo – que modos de viver instauram -, o que estão produzindo de movimentos de ruptura e afirmação da vida (Barros *et al*, 1996, p. 184)

Estranhar e desnaturalizar os especialismos é uma questão primordial para aqueles que problematizam as dicotomias e que pensam a produção do conhecimento. Não se trata de negar os saberes dos especialistas, mas sim interrogar seus funcionamentos, as práticas que têm implementado e o poder daqueles que em nome da ciência desqualificam os demais saberes. “Eis o desafio: ocupar o lugar do especialista, desmontando-o a cada momento.” (Idem, p. 180).

No entanto, a questão que se coloca não é uma disputa sobre qual modelo permitirá a produção de uma verdade mais verdadeira, mas conquistar espaços onde se possa fazer falar aquilo que escapa, ou é calado pela epistemologia clássica. Interrogar a hierarquização dos saberes dentro de um sistema considerado epistemológico científico, e reconhecer a existência de saberes constituídos por diferentes relações de poder.

Ao interrogar nossa formação positivista e colocar em análise nossas implicações, talvez possamos avançar em um caminho onde a produção de conhecimento nos possibilite construir “novos espaços, onde o que é marginal, subterrâneo e reprimido possa aparecer com força e se afirmar” (Coimbra, 1990, p. 14).

Nesta direção, Foucault (2010) ressalta que a proposta genealógica<sup>50</sup> seria o que o autor chama de uma insurreição dos saberes, porém não contra os conteúdos, nem contra os métodos ou os conceitos de uma ciência, “mas de uma insurreição, sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que são vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa” (p. 10). O que se delimita aqui não é apenas a importância de pensar em termos de conhecimentos de outra ordem, como refere Foucault, mas se assumir como tal, questionando o que se define como científico e os efeitos de poder que este exerce. Esses exemplos de “amoladores de facas” como se referia Baptista (1999), “não pertencem a um passado banido pela razão e pela modernidade, muito ao contrário, foram seus porta-vozes, os fiéis escudeiros da construção de um Brasil culto, saudável e moderno” (p. 47).

Deste modo, problematizar o contexto de elaboração e execução do projeto Rios da Serra não significa anulá-lo, tampouco corresponde ao abandono de sua forma de rigor teórico, trata-se tão somente de uma ênfase necessária para a dimensão ético-política daquilo que se produziu e do que se quis com o que se produziu.

---

<sup>50</sup> “Fazer a genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua “origem”, negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos; prestar atenção escrupulosa à sua derrisória maldade; esperar vê-los surgir, máscaras enfim retiradas, com o rosto do outro; não ter pudor de ir procurá-las lá onde elas estão...” (Foucault, 1979, p. 19)

### CAPÍTULO 3

#### ÉTICA COMO POTÊNCIA E AS PRÁTICAS DE CUIDADO

*Os dias de trabalho no campo eram extremamente cansativos. Não só pela programação intensa de atividades, mas também pelo contato direto com a população que deposita na chamada política pública a crença nas transformações. Ser o elo entre a população e o Estado colocava-me diante de muitas frustrações. Não por acreditar que o Estado se propunha a fazer algo diferente daquilo que faz, mas por não conseguir produzir desvios por dentro de sua máquina. Ou como sugere Ítalo Calvino “tentar saber quem e o que, no meio do inferno, não é inferno e preservá-lo, e abrir espaço” (2012, p. 150). Na grande maioria das vezes, as respostas que eu tinha enquanto representante do Estado não coincidiam com as expectativas da população. Manejar e produzir desvios operando por dentro da máquina do Estado não é tarefa fácil. Depois de um dia daqueles, o que eu mais queria era dormir. Por pouco recusei o convite de assistir a um espetáculo no teatro municipal da cidade. No entanto, o acaso daquele convite me proporcionou um potente encontro. Tratava-se de um espetáculo cujo enredo se desenvolvia tendo como mote a seguinte questão: como se define o amor? A vastidão do tema foi apresentada de uma forma bastante surpreendente. O espetáculo dirigido por um friburguense, jovem promissor, reuniu no palco aproximadamente setenta artistas locais. Por meio de interpretações musicais acompanhadas por apresentações de dança, teatro e depoimentos de personagens da cidade projetados em uma tela de cinema, o tema foi envolvendo cada um e cada uma que assistia àquele espetáculo. O amor ali foi deixando de ser uma abstração, um sentimento universal, uma transcendência. Naquele palco, o amor era o que servia como enredo encarnado na vida das pessoas para contar a história daquela cidade. Uma história construída por pequenas histórias cotidianas, microscópicas, porém muito potentes, relatadas por aqueles que as vivenciaram e ainda as vivenciam. Naquele momento, transitar pela arte foi fundamental para entrar em ressonância com outras formas de me relacionar com a vida e com um movimento importante de criação. Apesar dos poucos meses à frente desse trabalho dito social, meu corpo já apresentava sinais de cansaço. O movimento de desvio para não operar de acordo com a lógica estatal requer muito esforço e criatividade. Aquele encontro me despertou para outros movimentos.*

*O espetáculo seguia até que o tropeço aconteceu. Curiosamente, a música era “Singin’ in the rain” e a coreografia reeditava a dança na chuva de Gene Kelly. Até que um dos guarda-chuvas que compunha o figurino das bailarinas cai da mão de uma delas. A coreografia não pára e o balé se reorganiza. Naquele momento, o sorriso da bailarina quando retoma o guarda-chuva após o imprevisto de sua queda, apresentava a expressão sincera de nossa capacidade de (re)inventarmo-nos. A cidade se recuperava de um de seus capítulos mais trágicos reinventando-se. E aquele espetáculo era o respiro de um belíssimo recomeço. Naquele momento, o tropeço foi positivado e o passado se atualizou de maneira bastante potente no palco reafirmando que “o amor e a loucura são engrenagens necessárias às mudanças”. (Lourau, 1993).*

O chamado “trabalho social” não tinha espaço para realizar atividades cuja perspectiva fosse o acolhimento das demandas produzidas no campo. Dificilmente era possível construir práticas de cuidado com a população afetada, pois o conjunto de ações que formava o que era denominado como intervenção social acontecia meramente para que a obra fosse concluída. E a conclusão da obra não significava necessariamente que as aspirações da população que ali residia seriam ouvidas, muito menos contempladas nas ações do Estado, mas que apenas os interesses econômicos e políticos estavam sendo atendidos. Por mais que se tenha tentado dizer que o “trabalho social” tinha esse objetivo, não se levou em consideração os efeitos da execução desta obra para a história de vida de cada uma daquelas famílias. Entretanto, como nos alerta Rodrigues (2012),

se por um lado é clara a preponderância que se dá às áreas técnicas em detrimento das áreas de saúde e humanas, por outro lado, nos parece enganosa e perpetuadora da mesma lógica em questão a demanda por maior atenção e valor aos “aspectos humanos” da catástrofe (...). Não se trata, portanto de somar saberes que discorrem sobre aspectos de naturezas distintas da cidade, e que desta soma geram um saber mais amplo e completo. Mas de problematizar a assepsia das distinções entre a cidade que é pedra – que é plano, que é técnica – e a cidade que é feita de experiências pessoais e sociais. Trata-se, enfim, não de clamar a importância “de nossa parte no bolo”, e sim esburacar e tornar porosos estes limites – suas questões, seus objetos. Ou ainda, fazer falar cidade e humano a partir da mesma tessitura como intenções incompletas, sem origem ou *telos*, mas marcadas por posicionamentos e tensões que se fazem e desfazem cotidianamente (p. 78).

O que inicialmente fora apresentado pelos agentes do Estado como uma questão importante, um auxílio, um benefício para um conjunto populacional, aos poucos se transformou em angústia, sofrimento, indignação. A reação de surpresa, ao saber que para a execução daquela obra, muitas pessoas que ali residiam seriam obrigadas a sair de suas casas, demonstrava que nem tudo era o que parecia ser. Mapear, cadastrar, avaliar, negociar, nos afastou demasiadamente da perspectiva de um trabalho que utilizasse como mote o verbo cuidar. O contato direto com a população nos colocou diante de inúmeras e surpreendentes histórias, todas cotidianamente construídas às margens de um rio que até então significou subsistência, brincadeira de criança, ponto de referência, barulho bom pra dormir, entre outras coisas, menos risco.

A população em sua grande maioria das vezes não se percebia em situação de risco. O risco apresentado não fazia sentido. Contudo, as palavras de ordem quando proferidas “nos dizem aquilo que julgam que somos capazes ou devemos ou temos a obrigação de crer. Ou nem mesmo crer, mas fazer como se acreditássemos. Não nos pedem para crer, mas para nos comportar como se crêssemos” (Deleuze, 1987, p. 11). Ou seja, o projeto havia produzido uma realidade em que apresentava um contexto no qual todos que ali residiam deveriam se orientar como se estivessem em situação de risco, de modo que aquela “verdade” apresentada deveria ser assumida como uma verdade para cada um e cada uma daquele local.

Assim, a análise crítica deste contexto veio acompanhada da preocupação em não reproduzir a ideia de uma perspectiva que perseguisse o ideal, ou seja, problematizar a ideia de risco fez com que a análise de determinadas práticas do contexto analisado, não tivesse a pretensão de apontar para um modo correto de se intervir, como se ele já estivesse dado *a priori*, mas sim de evidenciar os processos de ruptura, de diferentes conexões que aconteceram ao longo do processo. E deste modo, possibilitar a criação de novos territórios existenciais, nos quais seria possível compor novas conexões em múltiplas direções e sentidos, “a partir do entendimento de que há intervenções que controlam, domesticam e podem haver intervenções que cuidem e cultivam” (Macerata, 2010, p. 53).

Assim, buscarei analisar o modo de produção de subjetividade a partir do “caráter circunstancial das alianças” (Orlandi, 2009, p. 207), ou seja, dos movimentos de resistência cotidianos que ocorrem no contexto de produção de uma “busca sem fim de proteções, ou de uma busca tresloucada de segurança” (Castel, 2005, p. 8), não

apenas entre aqueles que se encontram em situação dita de risco, mas para os sujeitos que habitam o contemporâneo de forma geral.

Pretendo desta forma, pensar de que modo a moral tem constituído no contemporâneo, uma racionalidade que apresenta práticas ditas de proteção como resposta aos problemas apresentados, e no quanto a perspectiva ética pode contribuir para a construção de práticas de cuidado. Não pretendo deste modo, afirmar romanticamente a prática de cuidado, colocando-a como uma forma melhor de intervenção, menos capturada, ou dicotomizar proteção *versus* cuidado. Mas principalmente pensar em como se pode investir na vida, sem criar intervenções/controles totalizantes, naturalizantes, de pretexto humanitário ou caridoso. Augusto (2013) revela, a partir dos apontamentos de Passeti (2007A) sobre o conservadorismo moderado, que uma das características dessa conduta própria da nossa sociedade é

a produção de um discurso que se apresenta como progressista, inovador, fundado na defesa de direitos e garantias inerentes a uma vida democrática e de edificação do cidadão. Ademais, valores como participação e inclusão são norteadores para a construção desse discurso que busca operar, por essas vias, a reforma moral e atualizar a continuidade de práticas de controle e governo em relações assimétricas, que, em meio a tanto palavrorio, reiteram a necessidade de se combater os males sociais: pobreza, fome, disseminação de vício e doenças, promiscuidade sexual, moradias irregulares, etc., mesmo que esses termos apareçam sob outras denominações (p. 123).

Trata-se de um paradoxo no qual se faz conviver um suposto crescimento de liberdades com uma ampliação de assujeitamentos. Seu embate se dá em um exercício contínuo para driblar as sutis capturas que contribuem para a constituição “das formas miúdas que fazem a amarga tirania de nossas vidas cotidianas” (Foucault, 2010b, p 106) e instituem, assim, práticas de controle e assujeitamento por meio de relações de poder que diminuem cada vez mais nossa margem de liberdade.

Foucault ressalta que “é preciso procurar saber como as relações de sujeição podem fabricar sujeitos” (1999, p. 77) e nos convoca a pensar no quanto determinadas práticas de exercício de poder contribuem para a constituição de subjetividades e modos de vida assujeitados. Nesta direção, Duarte (2010) afirma que “são as próprias relações

de dominação disseminadas pelo social que constituem e fabricam o sujeito como destinado à obediência” (p. 214). Contudo, como ressalta Foucault (1979),

o problema não é mudar a ‘consciência’ das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção de verdade. Não se trata de libertar a verdade de todo sistema de poder – o que seria quimérico na medida em que a própria verdade é poder – mas de desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento (p. 14).

Para Foucault, só existe relação de poder na medida em que os indivíduos são livres, pois, do contrário, teríamos apenas dominação. O poder para este autor não é negativo, nem tampouco o mal, mas a conseqüente tentativa assumida pelos indivíduos de regular as condutas uns dos outros.

O modo de vida ético não seria, portanto, o do livre arbítrio para o Bem a partir da livre recusa do Mal. Bem e Mal são ficções fundadas em uma mesma ilusão de consciência. A ética, neste sentido, pressupõe outra atitude diante do mundo, outro olhar filosófico e político que desarticula o sistema do julgamento, não aceitando a oposição bem *versus* mal. (Fuganti, 2001 Apud Coimbra, 2009).

Trata-se deste modo de uma concepção de ética que não pode ser definida pela obediência aos códigos existentes, extraídos de uma verdade universal sobre a natureza do sujeito, mas definida pelo desafio de interrogá-los, pela decisão de pensar/experimentar novas direções para as condutas, a partir da inauguração de formas inéditas de relação com os códigos e normas. Daí afirmar que a ética é a prática da liberdade, ou melhor, de que “a liberdade é a condição ontológica da ética, mas a ética é a forma refletida assumida pela liberdade” (Foucault, 2006, p. 267).

Pensando com Foucault, a ética como prática de liberdade é um exercício que se faz a partir de um certo zelo consigo mesmo, uma vez que o cuidado de si é ontologicamente primeiro. Deste maneira, a ética aqui será pensada como atitude crítica de si mesmo, relacionada às experiências singulares em que determinadas circunstâncias e certezas, garantidas por um julgamento anterior, são destituídas nos exigindo deste modo a coragem de arriscar novos modos de viver.

Podemos dizer que para Foucault (2006), a resistência se faz por um cuidado de si, por uma constante problematização de si mesmo e, portanto, por um *ethos*. Como



afirma Passetti (2007), as estratégias de recusa na atualidade não mais se fazem em relação a uma instância superior ou mesmo pela adesão a um regime político, ratificando o que indicava Foucault como um “cuidar de si”. Desse modo, temos que a liberdade, ou melhor, os efeitos de liberação relativos a estas macroestruturas são capazes apenas de abrir um “novo campo para novas relações de poder, que devem ser controladas por práticas de liberdade” (Foucault, 2006, p. 267). Decorre disso, ainda, que a ética, numa acepção foucaultiana, será então pensada como um constante exercício de fazer com que as relações de poder, nas quais não deixamos de estar inseridos, se deem com o mínimo de dominação possível, de fazer com que elas sejam móveis, de permitir sua reversibilidade, sua constante modificação.

Mas de acordo com Foucault (2006), isso não quer dizer que a única forma de resistência possível seja a relação consigo, mas que a análise do poder a partir das macroestruturas políticas só podem encontrar sujeitos cujas existências passam a ser pautadas por direitos negados ou a adquirir, e por deveres quase nunca passíveis de serem cumpridos. Ao passo que a ética, enquanto prática de problematização da existência, faz valer a liberdade do indivíduo em suas relações com os outros ou, uma outra maneira de se problematizar o viver que, por sua vez, não subordina seu sentido à categorias a priori. Esse “cuidar de si” não teme a vida em sua expansão. Governar a si mesmo é criar espaços de experimentação, inventando percursos de expansão da vida.

Esta forma ética de entender o mundo reafirma diferentes modos de existência, onde se entende que cada ser, singular e coletivamente, constitui processual e dinamicamente diferenças. O que vale dizer que todo ser tem nele a potência de afirmar as próprias diferenças que estão em contínuo processo de constituição, diferenciação, movimento e mudança. Para Orlandi (2009),

É nos combates desse campo de tensões que distinguimos nossos encontros em bons e ruins, conforme os afetos que nele vivenciamos. A coisa é complexa, porque, ao combatermos por premência dos problemas, não praticamos apenas uma resistência contra esse ou aquele intolerável, contra essa ou aquela exploração, contra essa ou aquela injustiça, contra essa ou aquela violação; ao combatermos, somos também levados a sentir e a pensar os combates que se apossam de cada um de nós mesmos, somos levados a avaliar as forças, os afetos que, em nós mesmos disputam intensamente nossas maneiras de sentir, de perceber, de pensar, de agir, criando os mais variados trejeitos de repúdios e aquiescências. A questão ética que se coloca nesse duplo combate – de um lado, o combate de resistência contra o intolerável que identificamos em nossa

exterioridade e, por outro lado, o combate que se passa entre forças e afetos de que nós mesmos somos portadores – é a questão das alianças com forças que recriem, em cada um de nós, múltiplos pontos de recepção e de replicação de uma potente coexistência de bons encontros. (p. 207-208)

Lançar mão da noção de uma perspectiva ética do nosso fazer nos permite mostrar que não estamos fadados a nos constituir como sujeitos morais sempre a partir de técnicas de dominação, mas principalmente que existem “processos imanentes de resistência à própria constituição biopolítica da subjetividade moderna e contemporânea” (Duarte, 2010, p. 210). Ou seja, através da concepção de sujeito ético podemos pensar outro modo de subjetivação em que as técnicas de si, apesar de seu embate com as tecnologias de poder, permaneçam atuantes e mais presentes que os códigos na constituição subjetiva dos indivíduos.

Deste modo, podemos apontar para acontecimentos que inauguram novas possibilidades de vida. E já que este si, ou seja, esse indivíduo se constitui a partir de certos jogos de verdade, esse questionamento, esse estranhamento de si mesmo sugere uma forma diferente de se relacionar com a verdade, e “é certamente nesse campo da obrigação de verdade que é possível se deslocar, de uma maneira ou de outra, algumas vezes contra os efeitos de dominação que podem estar ligados às estruturas de verdade ou às instituições encarregadas da verdade” (Foucault, 2006, p 280), dentre estas a instituição do especialista.

Nesta direção, a perspectiva ética do cuidado no contexto do projeto Rios da Serra convocava-me enquanto “especialista” à desconstrução da verdade instituída pela intervenção proposta, não para colocar outra em seu lugar, mas para pensar múltiplos caminhos que dessem passagem a inúmeras outras verdades sempre temporárias e provisórias. Naquele contexto, o cuidado convocava para a invenção de maneiras de se burlar as práticas ditas de proteção impostas por um risco definido no sentido vertical, de cima pra baixo.

Para Castel (2005), “a vida é um risco porque o incontrolável está inscrito em seu desenrolar” (p. 90). Deste modo, a minha atuação caminhava lado a lado com a construção de estratégias muito próximas ao *modus operandi* de uma política de redução de danos<sup>51</sup>. Tratava-se, assim, de assumir a vida como risco, entretanto de

---

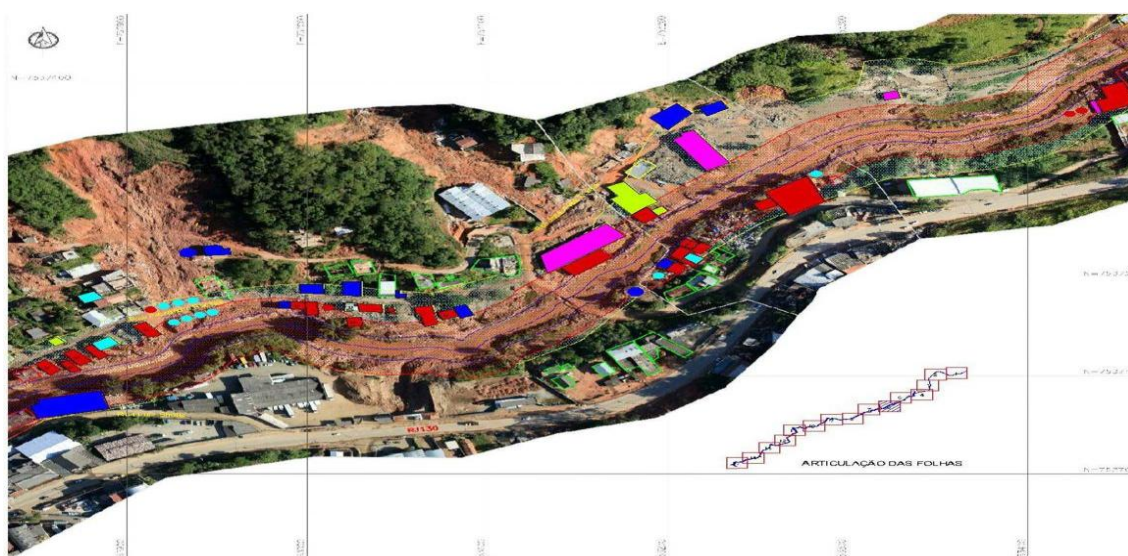
<sup>51</sup> Redução de danos é o nome dado ao conjunto de práticas cujo objetivo é reduzir os danos associados ao uso de drogas psicoativas em pessoas que não podem ou não querem parar de usá-las. Referem-se a políticas que visam reduzir as consequências adversas para a saúde, sociais e econômicas do uso de

modo a encarar esse risco como potência de criação, reforçando, deste modo, “os movimentos de resistência que voltam a potência criadora da vida contra os processos de assujeitamento” (Duarte, 2010, p. 210). Neste sentido, foi necessário utilizar os argumentos do próprio projeto para produzir nele uma dobra<sup>52</sup> e fazer do finito, infinito, multiplicando e produzindo assim outros sentidos.

### A dobra e a produção de outros sentidos

Os traços definidos em linhas azuis, vermelhas, amarelas e verdes delineavam exatamente o grau do risco de cada uma dessas áreas (ver figura 1.4) que margeavam o leito do rio. Risco reproduzido insistentemente por aqueles que se diziam especialistas no assunto. Até então o argumento para a realocação compulsória era o risco a que o transbordamento do rio colocaria os residentes de suas margens, respaldado pela noção de que se tratava de “moradias irregulares”.

**Figura 1.4. Trecho do mapa da bacia do Córrego D’antas.**



A carga moral que carrega essa denominação não levava em conta o processo histórico e político de sua constituição. A moral, deste modo, é relacionada a um

---

drogas lícitas e ilícitas, sem necessariamente reduzir o seu consumo. Ou seja, por analogia, no contexto do projeto Rios da Serra, minha atuação se dava na direção de construir estratégias que minimizassem os efeitos da imposição de um projeto que propunha um determinado modo de ocupação urbana.

<sup>52</sup> O conceito de dobra permite problematizar tanto a produção de subjetividades, no sentido de constituição de territórios existenciais, quanto os modos de subjetivação, entendidos aqui como o processo pelo qual se produz a flexão de um certo tipo de relação de forças que resulta na criação de determinados territórios existenciais em uma formação histórica específica. A dobra exprime a invenção de diferentes formas de relação com o mundo.

sistema de julgamento, onde se afirma a responsabilidade individual, na qual cada um passa a ser responsável pelo que é e pelo que consegue fazer. Ou seja, a condição de “moradia irregular” passa a ser entendida como uma escolha de um indivíduo que fracassou e não como o efeito da especulação imobiliária que o fez não ter outra opção de local para moradia.

A implantação do que chamavam parques fluviais era apresentado como o dispositivo que evitaria que essas áreas fossem reocupadas com núcleos residenciais. E o que se dizia sobre os equipamentos previstos para esses parques era que os mesmos tinham utilização diurna e temporária por serem áreas de lazer, o que supostamente facilitaria qualquer plano de evacuação em caso de enchentes. Além de prometerem utilizar materiais próprios para eventuais inundações evitando assim, grandes danos ao patrimônio.

No entanto, a arrogância no modo como se impunha essa “verdade” para a população, que se esperava aceitá-la incontestemente, fazia aumentar a cada dia o grau de intransigência com relação a qualquer pedido ou solicitação de revisão do projeto. As surpresas que surgiam em sua execução nos davam a nítida sensação de que o previsto em laboratório não havia sido verificado *in loco* antes que se desse início a obra. Ou seja, o cruzamento dos dados utilizados para calcular a cheia do rio e delimitar o zoneamento de risco parecia não dar conta da realidade local. Entretanto, o empirismo e a experiência da vivência naquela localidade eram subestimados em detrimento de uma verdade apresentada como absoluta porque científica.

A verdade é produzida neste mundo por meio de coerções e ela mesma gera “efeitos” de poder. Deste modo, não pretendo questionar a legitimidade do que supostamente era a intenção do projeto, mas sim pensar sobre seus efeitos de poder para a vida daquela população. Assim como Foucault (1979), ao por em análise a relação entre poder e verdade, a preocupação não é discriminar o que provém da verdade e da cientificidade de um dado discurso, mas, sim, investigar “os efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos” (p. 7).

Nesta direção, podemos apontar algumas situações não previstas e no quanto elas forçaram uma flexibilização do que havia sido previamente estabelecido pelo projeto básico. Em uma das reuniões entre os coordenadores de campo das cidades da região serrana em que já se executava a intervenção, fora relatada a questão da mudança no projeto de um trecho da obra em função da necessidade de se “poupar” a demolição de determinada “benfeitoria”, situação esta que não havia aparecido até então como uma

possibilidade real. Pelo contrário, todos os responsáveis sempre foram muito enfáticos em reiterar os argumentos técnicos, apresentando-os como inquestionáveis. Contudo, ao contextualizá-la, percebemos que se tratava da área de lazer da propriedade de uma personalidade política, situação esta que “conferiu ainda mais cinismo à argumentação apoiada na ideia de segurança” (Klein, 2008, p. 475). Diante da possibilidade de um desgaste político, ou até mesmo judicial, o governo estadual recuou e a intervenção no leito do rio naquele trecho fora deslocada alguns metros para a direita, de modo que não fosse necessário realizar aquela demolição.

Devido à longa extensão territorial prevista para a intervenção no leito dos rios, a obra acabava atravessando regiões muito pobres e inevitavelmente alguns pequenos trechos de condomínios luxuosos, especialmente no contexto da cidade em que se propôs esta “adequação”. Essa possibilidade nos abriu um leque de opções para a discussão de muitas outras situações. Apesar de saber que a motivação para essa adequação era econômica e política, a questão é que este episódio abriu possibilidades para a revisão até então impensada de outras áreas também. Ou seja, utilizamos esse exemplo para provocar uma torção no projeto de modo que fosse produzida uma dobra como possibilidade de resistência.

Imediatamente após este episódio fora proposto então, a revisão de diversas situações, entre elas a questão das indústrias instaladas ao longo da bacia do Córrego D’antas, área de minha abrangência. Em dezembro de 2007, fora proposto a criação das Zonas de Expansão Orientada – ZEO, por meio da lei Municipal Complementar N° 24, que dizia instituir o Plano Diretor Participativo de Nova Friburgo. De acordo com o texto da lei, essas áreas compreendiam “toda a extensão da bacia do ribeirão São José e parte da bacia do córrego D’antas, caracterizadas por **áreas vazias passíveis de ocupação urbana**” (art. 83, grifos meus), desde que fosse garantido o provimento de infraestrutura adequada. Ou seja, quatro anos antes da tragédia, o próprio poder público havia incentivado a ocupação daquela área, reforçando um movimento que já vinha ocorrendo ao longo de algumas décadas de ocupação do trecho que liga as cidades de Nova Friburgo e Teresópolis. Muitas indústrias já se encontravam instaladas naquela localidade, e com esse incentivo, muitas outras se direcionaram para esta ocupação.

Contudo, após o episódio do 12 de janeiro do ano de 2011 e a posterior apresentação do zoneamento de risco prevista no Projeto Rios da Serra, muitas delas passaram a compor a lista dos que deveriam ser realocados daquela região. Situação esta que causou um impacto muito grande em função da importância que aquelas indústrias

exerciam, tanto econômica quanto socialmente. A grande maioria dos funcionários daqueles estabelecimentos eram moradores do próprio bairro, e muitos deles apontavam que aquele era o único vínculo que lhes restara após terem perdido quase tudo no desastre, inclusive familiares e amigos, conforme podemos atestar no depoimento de Verônica, 28 anos, extraído da tese de doutorado de Oliveira (2014):

*Eu sei que muita gente perdeu muita coisa, eu também perdi meus irmãos, mas a gente fica tão perdida quando de repente fica desempregada... Você se acostuma a sair todo dia, se arruma, sai pra trabalhar e aí, de uma hora pra outra, não tem mais o que fazer...tudo perdido na chuva, cada produto caro, de boa qualidade, não sobrou nada... e eu com dois filhos pra criar, sem emprego? Nossa, a gente se desestrutura, sem dúvida! Fica aquela sensação de que pode faltar dinheiro pra coisas básicas, de tudo que você planeja dar de bom pros filhos e não tem emprego sobrando por aí pra você simplesmente perder um em um dia e arrumar outro no dia seguinte... dá uma insegurança no futuro! (p. 159)*

Deste modo, aproveitando o ensejo da possibilidade de readequação no projeto, fora proposta uma revisão desta situação no qual foram apresentados os seguintes argumentos: o primeiro seria o próprio impacto social causado pela realocação da principal fonte de emprego da região e o segundo seria o próprio argumento utilizado para a instalação dos equipamentos nos parques fluviais, ou seja, o turno de trabalho e o funcionamento das indústrias também eram diurnos e temporários. Assim, fora utilizado o argumento do próprio projeto para colocá-lo em xeque e repensar se o que havia sido pensado não estaria desproporcional ao risco real. O que se propunha com esta intervenção não era negligenciar as diversas situações, algumas bastante precárias, a que muitos moradores estavam submetidos. Mas principalmente exercitar um diálogo entre os diferentes saberes de modo que fossem produzidas outras verdades no campo de intervenção, em uma tentativa incansável de construção de outros mundos possíveis.

Sem muita saída, os engenheiros responsáveis pela execução viram-se obrigados a reavaliar pequenos trechos e a grande maioria das indústrias foi mantida em seus lugares e alguns trechos foram readequados. Além de abrir precedente também para outras situações, menos relevantes para o contexto da obra, porém muito potentes no que se refere à força de resistência que representam.

As marcas da tragédia ainda estavam presentes por todo o lado. Desde as linhas ainda marcadas nas paredes das casas que insistiam em evidenciar que em algum momento elas estiveram submersas em água e lama, até os afetos que circulavam entre aqueles que viveram na pele os horrores daquele episódio, como podemos constatar no depoimento de Sergio, 49 anos:

*“Era corpo boiando nos córregos, criança que estava dormindo no berço, uma tristeza de cortar o coração... e o pior é que naquela confusão, um monte de gente pisou em cima do corpo das outras, passou por cima, até pode ter empurrado mais pra baixo dos escombros porque na hora de fugir é isso que acontece... você imagina que, para se salvar, vai passar pelo corpo de outra pessoa? Quem pode ver as coisas igual depois disso?” (Oliveira, 2014, p. 136).*

Entre as casas interditadas e marcadas todas com tinta vermelha e identificadas por um número e pelas iniciais do órgão governamental que o havia realizado, havia escombros, ruínas formadas por cacos polissêmicos<sup>53</sup> que contavam a história daquele bairro e das pessoas que ali residiam durante décadas.

Os cacos que compunham o que denominavam de escombros, incomodavam demais pela força de resistência que representavam diante de todo aquele cenário em que o tempo era ditado pelo andamento da obra. Mesmo em condições precárias de conservação, o Estado não tinha autorização para demoli-los sem antes realizar a reparação econômica prometida através do decreto que a instituiu. Contudo, os engenheiros não conseguiam admitir que a obra não tivesse prosseguimento por conta de casas interditadas pela Defesa Civil<sup>54</sup> e que se encontravam sem condições de uso, ou seja, de habitabilidade. No entanto, na contramão dessa racionalidade presente no campo de intervenção, Rodrigues (2012) encontra em Manoel de Barros e nos dá as pistas para recusar esse “imperativo da utilidade”. “Às “desutilidades” não faz sentido perguntar: ‘para que servem? Qual seu préstimo?’; mas urge perguntar: ‘qual sua importância?’ Radical diferença entre utilidade e importância” (2012, p. 73).

---

<sup>53</sup> Expressão utilizada pelo aluno Jefte Moraes Souza em aula do curso de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal Fluminense ao apresentar o tema de sua dissertação que também trata dos efeitos da tragédia na região serrana.

<sup>54</sup> A defesa ou proteção civil diz se basear na integração de planos de emergência, com envolvimento de agentes governamentais e não governamentais através de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar os desastres naturais e os incidentes tecnológicos. Foi o órgão responsável por avaliar as casas após o episódio da tragédia e interditar aquelas que julgavam oferecer risco a seus moradores.

“Desutilidade”, notemos não é sinônimo de inutilidade – qualidade daquilo que não tem uso ou função. A “des-utilidade” de Barros pode ser compreendida, portanto, como aquilo que “des-faz” utilidades, ou melhor, que recusa o imperativo do útil. Imperativo amplamente bradado com o tom urgente da pergunta: “Para que serve isto? “Qual a sua utilidade”?” (Rodrigues, 2012, p. 71).

Assim, retomar as histórias daqueles cacos nos faz pensar no quanto algumas delas estavam sendo invisibilizadas. Fazia-se ecoar a lamúria do “pobre coitado”, “vítima da tragédia”, mas se tentava calar a recusa indignada daquele que insistia em dizer não para a arbitrariedade daquela intervenção. Dava-se extrema notoriedade às lágrimas do morador que enfim recebera o cheque para a reparação econômica, mas tentava-se abafar a fúria daquele que não aceitava o valor irrisório oferecido pelo seu bem imóvel. Exaltava-se o plano de controle de cheias e inundações desenvolvido pela equipe de especialistas, sem que se desse espaço às “tensões que urdem cotidianamente o tecido das políticas da subjetividade feito de pedra “e” de carne “e” de asfalto “e” (...) de utopias “e” de esquecimentos “e” de projetos “e” de traços “e” de riscos “e” de medos...” (Rodrigues, 2012, p. 70).

O Estado não sabia o que fazer com as situações de recusa<sup>55</sup>. Elas eram encaradas como atitudes marginais, pois se esperava que o conjunto populacional seguisse pacificamente o estabelecido e no final ainda agradecesse pelo feito realizado. Contudo, de acordo com Foucault (2006), onde há exercício de poder ali também se instauram focos de resistência. Assim, os trechos ainda hoje por concluir, indicam que houve muitos percalços pelo caminho, e que as atitudes de fúria e indignação constituíram as poucas, porém corajosas, recusas ao controle biopolítico instaurado através daquele projeto.

O prazo estipulado para a finalização da obra expirou; no entanto, a sua conclusão encontra-se ainda muito distante do fim. As estações do ano seguem seu ritmo e o período de chuvas se aproxima mais uma vez. Os alagamentos continuarão a invadir as casas. Alagamentos que não acontecem apenas nas áreas de risco pré-definidas pelos especialistas. São alagamentos que fazem parte da história da cidade, conforme pudemos observar no capítulo anterior. Mesmo sem a conclusão do trecho no

---

<sup>55</sup> Recusa era o termo utilizado para identificar as “benfeitorias” cujos proprietários não aceitavam ter suas residências cadastradas, o que impedia a realização do restante dos procedimentos necessários para construir o processo que balizaria a negociação.



rio Córrego D'antas, já se inicia a obra em outro importante rio do município de Nova Friburgo, o rio Bengalas. Mas a intervenção nessa nova bacia não é pautada por zoneamento de risco<sup>56</sup> de inundação. Algo se passou, e ainda se passa, na experiência de execução deste projeto no trecho do Córrego D'antas.

Além da grande maioria das famílias não ter se dado conta de que se não aceitassem a proposta de reparação econômica ao final das negociações, nada aconteceria, a obediência às orientações do Estado se fazia presente por meio de mais pedidos de proteção, tecendo deste modo, controles consentidos por aqueles que são levados a acreditar cada vez mais no Estado e na intenção humanitária de suas ações.

Deste modo, a escrita desta dissertação, contribuiu para trilhar um percurso que me permitiu livrar de algumas amarras que determinados espaços nos impõem. Especialmente quando se ocupa alguns cargos e se assume certas responsabilidades. Escrever sobre essa experiência, me permitiu elaborar sobre o processo vivenciado neste período, contudo ao mesmo tempo em que a escrita possibilitou recontar essas histórias, ela também evocou para o campo de análise uma série de “sentimentos, percepções, ações, acontecimentos até então considerados negativos, estranhos, como desvios e erros que impediriam uma pesquisa de ser bem sucedida” (Coimbra e Nascimento, 2007, p. 29). Ou seja, a opção ético-política de colocar em análise minhas implicações não ocorreu sem desgastes e dificuldades, efeito do que Lourau chama de sobreimplicação. Para Coimbra e Nascimento (2007), o que define a sobreimplicação é

uma dificuldade de análise e que, mesmo quando realizada, pode considerar como referência apenas um único nível, um só objeto, impossibilitando que outras dimensões sejam pensadas, que as multiplicidades se façam presentes, que as diferentes instituições sejam consideradas (p. 30).

Coimbra e Nascimento (2007) apontam a presença de dois dispositivos que podem estar contribuindo para práticas de sobreimplicação: o acúmulo de tarefas e a produção de urgências. Dispositivos esses que, segundo as autoras, “impõem e naturalizam a necessidade de respostas rápidas e competentes tecnicamente, podendo estar afirmando, assim, um certo ativismo” (p. 28).

---

<sup>56</sup> Nesta nova etapa do projeto foram definidas como “benfeitorias” passíveis de realocação, apenas aquelas que se encontram na linha de execução da nova calha do rio, ou seja, aquelas que de alguma maneira já se encontravam obstruindo o escoamento das águas.

A atribuição de coordenar o campo exigia uma série de habilidades que ao mesmo tempo em que estas foram sendo desenvolvidas com o decorrer do processo, e aprimoradas no próprio ato de caminhar, tornavam-me com a dinâmica do trabalho, um mero “tarefismo” sem que se tivesse tempo para pensar nos porquês e em como as atividades estavam sendo realizadas. Para Coimbra e Nascimento (2007, p. 27), “a sobreimplicação é a crença no sobretrabalho, no ativismo da prática, que pode ter como um de seus efeitos a dificuldade de se processar análises de implicações, visto que todo o campo permanece ocupado por um certo e único objeto”. Havia que identificar os códigos de cada “benfeitoria” no mapa e acompanhar o desenrolar do trabalho da equipe de campo, atualizar as planilhas, rastrear as situações-problema, resolvê-las no território. Naturalizava-se assim o modo de ser perito, tornando a flexibilização de tarefas uma obrigatoriedade. Segundo Coimbra e Nascimento (2007), “tal funcionamento atende com perfeição à lógica capitalista contemporânea, na qual o tempo cada vez mais se comprime e se acelera” (p. 28).

Cobrar produtividade à empresa contratada ao mesmo tempo em que se exigia qualidade no serviço ofertado era o paradoxo que sustentava a função que eu exercia. Isso fez com que “as relações e os encontros se [dessem] de forma apressada, superficial, emergencial, levando a situações de pouco acolhimento e solidariedade, nas quais o coletivo [foi] se esvaziando” (Coimbra e Nascimento, 2007, p.32). Produtividade significava quantidade de “benfeitorias” cadastradas, negociadas, indenizadas. Qualidade no serviço significava atender a população de forma satisfatória. A coisa era feita para que estes termos não se conjugassem.

De acordo com Coimbra e Nascimento (2007), “o mundo contemporâneo exige dos chamados peritos que trabalhem em muitas frentes e em campos os mais diferentes, respondendo às mais variadas questões ao mesmo tempo” (p. 31). Deste modo, a psicologia fora convocada a intervir naquele contexto, porém não se tinha espaço para problematizar com que propósito. A convocação já havia pré-estabelecido suas atribuições e a questão que se colocava era qual psicologia atenderia melhor aquela encomenda. Neste caso, a que se apresentou foi uma certa psicologia dita social. Esperava-se que especialmente, aqueles crédulos de uma psicologia tradicionalmente caridosa e humanista, seguissem as orientações sem questionar. Em uma das reuniões com os moradores, após a habitual explanação a respeito dos critérios “técnicos” e dos rumos do projeto, uma moradora questiona surpresa o fato de seus porta-vozes serem psicólogos, pois para ela esses profissionais estariam para resolver os problemas da

população e não para instaurá-los. “*Mas os psicólogos não servem pra tratar da gente? Vocês estão é nos fazendo sofrer!*”, disse a senhora indignada, em uma das primeiras reuniões com a associação de moradores daquele bairro.

O campo de conhecimento produzido pela psicologia, com sua multiplicidade de saberes, vêm espreado seus tentáculos cada vez mais ávidos por uma parcela maior no mercado de trabalho. Produzem-se demandas no campo e, conseqüentemente, são apresentadas as ferramentas apropriadas àquela intervenção. É interessante notar o aumento significativo de projetos governamentais e da iniciativa privada cujas intervenções exigem, entre outras coisas, a realocação de pessoas de áreas demarcadas para algum tipo de empreendimento, geralmente grandes obras. A especulação imobiliária e a necessidade de reordenação urbana sugerem obras sempre apresentadas como necessárias e atreladas a uma ideia de “progresso” do país. Deste modo, cresce na mesma proporção, o número de profissionais envolvidos no que se denomina trabalho técnico social, especialmente os vinculados a esse tipo de intervenção. Proliferam-se, assim, as especializações nessa área.

Não se trata aqui de negar a produção de novos conhecimentos, nem de rejeitar sua importância, mas apontar para a necessidade de sempre se “colocar em análise o lugar que ocupamos, nossas práticas de saber-poder enquanto produtoras de verdades – consideradas absolutas, universais e eternas – seus efeitos, o que elas põem em funcionamento, com o que se agenciam” (Coimbra e Nascimento, 2007, p. 29). Para estas autoras, “o que interessa à Análise Institucional é a análise de implicações, as pertencas, as referências, as motivações, os investimentos libidinais sempre produzidos nos encontros, nas relações, na história” (p. 30).

Para Coimbra e Nascimento (2007), a implicação “é um nó de relações sempre presente no campo de qualquer pesquisa-intervenção” (p. 30). Contudo, de acordo com essas autoras, não se trata de evitar ou fugir de uma prática sobreimplicada, até porque esta seria tarefa impossível no mundo em que vivemos, mas é constantemente problematizá-la, ou seja:

A estratégia de pensar a sobreimplicação como uma construção histórica, em que todas essas questões estão presentes e possíveis de serem mudadas, afirma uma proposta que aposta também nas linhas de fuga, na possibilidade de experimentar, transformando a nós e ao mundo (Coimbra e Nascimento, 2007, p. 36).

Desta forma, colocar em prática essa ferramenta da Análise Institucional, faz parte de uma das estratégias de se produzir algo novo, de construir outras possibilidades de atuação profissional, afirmando deste modo a potência de se apostar em movimentos voltados para a vida e, com isso, reinventar-me neste processo. “Afirmar esses escapes é, sem dúvida, estar atento às linhas de fuga que estão no mundo e que, muitas vezes, microscópicas e, mesmo, invisíveis, estão produzindo/criando outras realidades” (Coimbra e Nascimento, 2007, p. 35).

### **Considerações finais**

*A maior riqueza do homem  
é a sua incompletude.  
Nesse ponto sou abastado.  
Palavras que me aceitam como sou - eu não aceito.*

*Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas,  
que puxa válvulas, que olha o relógio,  
que compra pão às 6 horas da tarde,  
que vai lá fora, que aponta lápis,  
que vê a uva etc. etc.*

*Perdoai  
Mas eu preciso ser Outros.  
Eu penso renovar o homem usando borboletas.*

*Manoel de Barros*

Terminada a escrita do corpo da dissertação, volto, neste momento, meu olhar sobre ela e sobre mim mesmo, para pensar o que foi feito nela, e o que foi feito de mim neste processo em que se buscou “produzir evidências que visibilizassem o jogo de interesses e de poder encontrados no campo de investigação” (Barros, 2009, p. 230). Em meio aos inúmeros atravessamentos de forças e formas instituídas, foi necessário por vezes situar-me, para que fosse possível construir territórios novos e não me perder no caos do “tarefismo”, valorizando a experiência vivida. E por outras, perder-me em meio à experiência para enfim me situar, e assim, dar passagem ao movimento de experimentação e criação. Afirmando-se neste movimento a inviabilidade de nos mantermos neutros em nossas práticas já que nelas estão as relações que temos com as instituições que nos atravessam, produzindo e sendo produzidos através delas.

No início foram muitas dúvidas, no máximo algumas intuições, e uma aposta que me movia. E apesar do foco do estudo ter sido deslocado de um campo de análise para outro, as questões que foram levantadas na pesquisa atravessaram a experiência tanto na SDH quanto no INEA. Contudo, a questão da intervenção estatal, no cenário da região serrana pós-tragédia, foi, nesta dissertação, o analisador para tentar pensar parcial e localmente, sobre a pergunta que se colocou nesse contexto em que a psicologia fora convocada a atuar: diante da necessidade (produzida) de se intervir, *como* intervir?

Debruçar-me diariamente sobre essa pergunta foi um movimento fundamental para poder driblar as armadilhas impostas pelas sutis capturas produzidas no contemporâneo, especialmente por aquelas que se dão na produção do conhecimento instituído pelas práticas de uma psicologia hegemônica. Contudo, ao assumir a condição processual da produção de conhecimento, foi possível encarar a pesquisa como uma atitude que interroga essas práticas em seus processos de constituição. Assim, pensar no *como* intervir não significou buscar uma resposta ou um modelo de atuação, mas principalmente como fazer para não me “tornar fascista, mesmo quando (sobretudo quando) a gente crê ser um militante revolucionário” (Foucault, 2010b, p. 105).

Deste modo, tal posicionamento exigiu exercer um trabalho sobre mim para não me deixar invadir totalmente pelo Estado e tentar, deste modo, construir e direcionar ações de cuidado. Ações de cuidado voltadas para a vida e balizadas por uma ética imanente do acontecimento e não transcendental de uma finalidade a ser atingida, uma ética da singularidade e não de uma lei universal invariante. Para Bocco, Manzini e Nascimento (2006), essa ética é a base para a aposta na construção de sentidos para a existência de outras psicologias. O que não significa apresentar um campo novo de conhecimento ou uma nova verdade, mas sim produzir saberes transversais que estejam atentos aos diferentes desvios e sentidos produzidos no campo de intervenção. Para isso, “é necessário tomarmos a prática *psi* como uma prática implicada, que atua na potência política da vida” (p. 16), e assim como Rodrigues (2005, p. 86), reafirmá-la como “campo de análise a ser permanentemente reinventado, em todas as nossas práticas profissionais e acadêmicas” (p. 86).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AUGUSTO, A. *Política e Polícia: cuidados, controles e penalizações de jovens*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

BARROS, R. B. de. *Grupo: a afirmação de um simulacro*. 2º Ed. Porto Alegre: Sulina/ Editora da UFRGS, 2009.

BARROS, R.D.B. et al. Teorias e Práticas Psicológicas em Instituições Públicas: uma abordagem transdisciplinar na clínica. In: *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo: Núcleo de Estudos e Pesquisa de Subjetividade do Programa de Pós-Graduação da PUC/SP, n.4, 1996, p. 176-186.

BADIOU, A. Amor e revolução. Entrevista disponível em <http://www.aldeianago.com.br/artigos/8/5940-amor-e-revolucao-entrevista-com-alain-badiou-por-eduardo-febbro>. Acessado em 20-07-2013

BAPTISTA, L. A. *A cidade dos sábios*. São Paulo: Summus, 1999.

BATISTA, V. M. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. - Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BATISTA, N. *Introdução: Sessão de abertura*. – In: ABRAMOVAY, P.V. & BATISTA, V.M. (Org) *Depois do grande encarceramento, seminário*. – Rio de Janeiro: Revam, 2010.

BECK, U. A sociedade global do risco. Disponível em: SWIF (<http://lgxserver.uniba.it>) \_ Web italiano para a Filosofia - Copyright 1997-1998. Tradução provisória portuguesa de SELVINO JOSÉ ASSMANN - Florianópolis - UFSC - Depto. de Filosofia - julho de 2000, disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/ulrich.htm>.

CALVINO, I. *As cidades invisíveis*. Tradução Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, edição 2012.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTEL, R. *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. (C. Luz Trad.) Rio de Janeiro: Francisco Alves. PP. 100-179. (Trabalho publicado originalmente em 1981), 1987.

\_\_\_\_\_. *A Insegurança Social: o que é ser protegido?* Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

COIMBRA, C. M. B. e NASCIMENTO, M. L. do *O Efeito Foucault: Desnaturalizando Verdades, Superando Dicotomias*. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Set 2001, vol.17, no.3, p.245-248.

\_\_\_\_\_. Sobreimplicação: práticas de um esvaziamento político? In: Práticas Psi Inventando a Vida/ Organização de Esther Maria. M Arantes, Maria Livia do Nascimento, Tânia Mara Galli Fonseca. Niterói: EdUFF, 2007.

\_\_\_\_\_. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: Geisler, A. R. R.; Abrahão, A. L. e Coimbra, C. (Orgs.). Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde. Niterói: EDUFF, 2008.

COIMBRA, C. M. B e LEITÃO, M. B. S. *Direitos humanos e a construção de uma ética militante*. In: Clínica e Política 2: subjetividade, direitos humanos e invenção de práticas clínicas./ (org.) Janne Calhau Mourão. Rio de Janeiro: Abaquir: Grupo Tortura Nunca Mais, 2009.

COIMBRA, C. M. B; ANDRADE, J. M. P; LEITÃO, M. B. S. e BRASIL, V. V. *Intervenção clínica quanto à violação dos Direitos Humanos: por uma prática desnaturalizadora na teoria, na ética, na política*. In: BARROS, R. B., PASSOS, E. & RAUTER, C. (Org). Clínica e política: subjetividade e violação dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Te Corá, 2002.

COIMBRA, C. M. B. e ABBÊS, C. B. *Potentes misturas, estranhas poeiras: desassossegos de uma pesquisa*. In: Maria Livia do Nascimento (org). PIVETES: a produção de infâncias desiguais. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 2002.

COIMBRA, C. M. B. *Operação Rio: O mito das classes perigosas*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto, 2001.

\_\_\_\_\_. *A divisão social do trabalho e os especialismos técnico-científicos*. Revista do Departamento de Psicologia – UFF. Ano II, N. 2, 1º semestre 1990.

CORRÊA, M. J. B. *Histórias e Memória de Nova Friburgo*. Rio de Janeiro: Educam, 2011.

DELEUZE, G. O ato de criação - Edição brasileira: Folha de São Paulo, 27/06/1999. trad: José Marcos Macedo. Palestra de 1987.

DELEUZE, G. *Conversações*. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, G e PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Editora Escuta, 1998.

DESPRET, V. *Que diraient lês animaux, si... on leur posait lês bonnes questions?* Paris: La Découverte, 2012. (tradução livre prof. Ronald)

DUARTE, A. *Vidas em risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault/ André Duarte*. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FAVRET-SAADA, J. *Ser afetado*. Tradução Paula Siqueira. Cadernos de Campo n. 13: 155-161, 2005.

FERREIRA, A. A. L. Para além dos fundamentalismos epistemológicos: o encontro de Michel Foucault e Bruno Latour na construção diferencial de um mundo comum. In: RAGO, M.; MARTINS, A.L. (Org.). *Revista Aulas: Dossiê Foucault*. n. 3, dez. 2006. Disponível: <<http://www.unicamp.br/~aulas/>> Acesso em: 24 de agosto de 2013.

FONSECA, T. M. G.; THOMAZONI, A. R.; COSTA, L. A.; SOUZA, V. L. I. de; LOCKMANN, V. da S. *Microfascismos em nós: práticas de exceção no contemporâneo*. In: *Psicol. clin.* vol.20 n.º.2 Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103566520080002000](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103566520080002000) Data de acesso: 14 de julho de 2013.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_ *História da sexualidade: o cuidado de si*. 10 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_ *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_ *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Editora Nau, 2005.

\_\_\_\_\_ *Ditos e escritos, v. V: Ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

\_\_\_\_\_ “Do governo dos vivos”, *Verve*, Volume 12, São Paulo: Nu-sol, 2007, p. 270-298.

\_\_\_\_\_ *Segurança, Território, População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

\_\_\_\_\_ *Em Defesa da Sociedade*, São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

\_\_\_\_\_ *Ditos e escritos, v. VI: Repensar a política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b.

\_\_\_\_\_ *A coragem da verdade: o governo de si e dos outros*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

FUGANTI, L. *A Ética Como Potência e a Moral Como Servidão*. São Paulo: 2001, mimeografado.

GIDDENS, A. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Ed. USP. 1991.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2008.



KLEIN, N. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*; tradução Vânia Cury. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LATOUR, B. *A ciência em ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

\_\_\_\_\_. *Cogitamus: Seis cartas sobre las Humanidades Científicas*. Buenos Aires: Paidós, 2012.

LISPECTOR, C. *O recrutamento*. In: *Pra não esquecer: crônicas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

LOBO, L. F. *Instituições e Poder: Racionalidade Macropolítica e Genealogia*. Estudos de Psicologia. Edufrn, Natal, v. 9, n.2, p. 309 – 316, 2004.

LOURAU, R. *Análise Institucional e Práticas de Pesquisa*. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

MARTIN, N. *A Gênese de Nova Friburgo*, 1996.

MACERATA, I. M. “... como bruxos maneando ferozes”: *relações de cuidado e de controle no fio da navalha. Experiência “psi” em dispositivo da política de assistência social para crianças e adolescentes em situação de rua*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2010.

MORAES, T. D. e NASCIMENTO, M. L. *Da norma ao Risco: Transformações na produção de subjetividades contemporâneas*. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 1, p. 91-102, jan.-jun. 2002.

MONTEIRO, A. COIMBRA, C. MENDONÇA FILHO, M. *Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas: Estatal é Necessariamente Público?* Revista Psicologia e Sociedade, 18 (2): maio/agosto de 2006.

NASCIMENTO, M. L. *Interrogando as relações entre proteção e negligência, pobreza e abrigo, e seus dispositivos de controle*. Capítulo II. Tese para concurso de professor titular. Departamento de psicologia/ UFF, 2012a.

NASCIMENTO, M. L. *Proteção à infância e à adolescência nas tramas da biopolítica*, 2012b. Artigo não publicado.

NASCIMENTO, M. L. & SCHEINVAR, E. *Crises e deslocamentos como potência*. In: NASCIMENTO, Maria Livia do. & SCHEINVAR, E. (Orgs) *Intervenção socioanalítica em conselhos tutelares*. Rio de Janeiro, Ed. Lamparina, 2010.

OLIVEIRA, S. Seção Flechas & Dardos, para a série Ágora, agora II, realizado pelo NU-SOL e veiculada na TVPUC/CNU, em agosto de 2008, reprise em 2009.

OLIVEIRA, S. R. É possível dizer adeus? Repercussões de múltiplas perdas e desaparecimentos de pessoas em contextos de desastre. (Tese de doutorado) PUC/Rio, 2014.

ORLANDI, L. B. *Combater na Imanência*. In. Para uma Vida não-Fascista, pp. 201-208, Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

ROCHA, M. L. & AGUIAR, K. F. *Micropolítica e o Exercício da Pesquisa-intervenção: Referenciais e Dispositivos em Análise*. Psicologia Ciência e Profissão, 2007, 27 (4), 648-663.

RODRIGUES, H. B. C. e SOUZA, V. L. B. A Análise Institucional e a Profissionalização do Psicólogo. In V. R. Kamkhagi e O. Saidon (orgs). Análise Institucional no Brasil. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987, pp. 27- 46.

RODRIGUES, H. B. C. *A psicologia social como especialidade: Paradoxos do mundo psi*. Psicologia & Sociedade; 17(1): p. 83-88; jan-abr.2005.

RODRIGUES, H. B. C. *As subjetividades em revolta. Institucionalismo francês e novas análises*. Dissertação (mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

RODRIGUES, H. B. C.; LEITÃO, M. B. S.; BARROS, R.D. B. de (orgs.) *Grupos e instituições em análise*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2000. Prefácio.

RODRIGUES, A. C. *Pra ficar atento ao que ficou inacabado: das inutilidades dos restos das cidades*. In: Por que a cidade? Escritos sobre experiência urbana e subjetividade. Niterói: Editora da UFF, 2012

SCHEINVAR, E. *O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente*. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

TEIXEIRA, A & MATSUDA, F. – Feios, sujos e malvados – *Le Monde Diplomatique – Brasil* – Ano 5, Número 56, p. 12 – 13, Março 2012.

VEYNE, P. M. *Como se escreve a História*. Brasília, Cadernos da UNB, 1982.

WACQUANT, L. *As prisões da miséria*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2001.

WASELFISZ, J. J. Mapa da Violência 2010. *Anatomia dos Homicídios no Brasil*. São Paulo, Instituto Sangari, 2010.

Sites consultados:

<http://historiadefriburgo.blogspot.com.br/2012/01/enchentes-cotidiano-e-historia.html>

<http://www.nu-sol.org/>